

HEIJI TANAKA

OS PROFETAS DA EDUCAÇÃO
NO SÉCULO XX
E A REDENÇÃO DO HOMEM DO
TERCEIRO MILÊNIO

OS PROFETAS DA EDUCAÇÃO

NO SÉCULO XX

**e a redenção do Homem do
terceiro milênio**

HEIJI TANAKA

**OS PROFETAS DA EDUCAÇÃO
NO SÉCULO XX
e a redenção do Homem do
terceiro milênio**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MON
37.015.4
T161p
TES/MEP

OS PROFETAS DA EDUCAÇÃO
NO SÉCULO XX
e a redenção do Homem do
terceiro milênio

SISBI/UFU



1000202531

HEIJI TANAKA

Uberlândia - MG

2001

Trabalho apresentado à Faculdade de Educação
da Universidade Federal de Uberlândia, como
pré-requisito para a conclusão do curso de
Mestrado em Educação sob a orientação do
Professor Wenceslau Gonçalves Neto.

**À MEMÓRIA DE
FUKUME TANAKA
(1931-2000)**

**À Professora Ruth dos Santos Caldeira
- mulher das minhas primeiras letras -,
com eterna gratidão.**

"Crime e pobreza ainda existem entre nós, e o abismo que separa pobres e ricos continua a crescer. Enquanto isso, nossas crianças, mesmo quando jovens adultos, não sabem ler e escrever. Talvez tenha chegado a hora - se ela já não passou - de começar tudo de novo."

(Christopher Lasch)

SUMÁRIO

Agradecimentos	8
Introdução	10
Capítulo 1	
Educação como Redenção	14
Educação e Liberdade	15
Educação e Libertação	22
Educação e Opressão	30
Educação e o Novo Humanismo	39
Capítulo 2	
A emergência das expectativas	45
O cenário mais amplo	46
O cenário da prosperidade	53
O cenário interno	64
O cenário do "novo" liberalismo	73
Capítulo 3	
O discurso da ordem sobre a Educação	81
<i>O Homo faber</i>	82
A questão do Trabalho e os discursos sobre a Educação	86
O ócio involuntário	94
O Homem do novo milênio	103
A marcha da desigualdade e da intolerância	120
Conclusão	126
Bibliografia	130

AGRADECIMENTOS

"Nem sempre os melhores caminhos se encontram diante dos maiores portões."

(Ditado coreano)

O presente trabalho constitui-se na dissertação de conclusão do curso de mestrado ministrado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia ao longo do biênio 2000-2001. Como é de praxe nessas ocasiões, gostaria de agradecer a várias pessoas que foram importantes para que esse objetivo pudesse ser alcançado. Ao longo do tempo, vamos adquirindo uma série de dívidas que não podem ser contabilizadas monetariamente, daí a dificuldade em saldá-las. Tentamos fazer isso da melhor maneira possível, demonstrando uma genuína gratidão para com essas pessoas.

A reitoria da Universidade Paranaense, em especial na pessoa da Professora Neiva Pavan Machado Garcia, foi importante para viabilizar, em grande medida, o curso que pôde ser ministrado na própria cidade de Umuarama e abrindo vários espaços para a realização desse projeto. Isso facilitou sobremaneira a minha vida, em particular, oportunizando um aperfeiçoamento profissional do qual já estava me ressentindo fazia algum tempo. Os colegas de turma também foram importantes ao longo de todo o curso, pelas conversas de corredor, por compartilhar as nossas dúvidas e ansiedades, ou simplesmente pela presença física num espaço privilegiado da universidade. Porém, um agradecimento muito especial vai para Lucyelena Picelli, pelo carisma, simpatia e dedicação com que tratou de vários assuntos relacionados a toda turma. Os professores do Programa de Mestrado da UFU, igualmente, foram de suma importância, levando-me a olhar para outras direções nas questões acerca da Educação e por estarem sempre abertos ao diálogo nos (poucos) horários fora da sala de aula. Nesse sentido, gostaria de mencionar as Professoras Rossana Valéria de Souza e Silva e Selva Guimarães Fonseca e os Professores Apolônio Abadio dos Santos e Geraldo Inácio Filho. Quero agradecer, também, aos professores José Carlos Araújo (UFU) e Almiro Schulz (UNIT - Uberlândia) que compuseram a banca examinadora do presente trabalho. E, naturalmente, o meu orientador, Professor Wenceslau Gonçalves Neto, a quem passei a ter como uma referência para a minha vida, pessoal e profissional, por sua competência, integridade, humildade, dedicação e um leve

senso de humor - uma qualidade das pessoas altamente espirituosas - e por quem alimento uma grande admiração.

Ao longo da minha vida profissional, muitas outras pessoas também foram importantes. Por isso, gostaria de agradecer a todos os colegas das várias escolas onde lecionei e que, em algum momento, tive algo a aprender com eles. No presente momento, os colegas mais presentes têm sido os professores do Colégio Global de Umuarama e da Universidade Paranaense, com quem tenho compartilhado as inquietações quanto aos rumos tomados pela Educação. No entanto, a presença de algumas pessoas foram decisivas para a minha trajetória, contribuindo para que eu chegasse até aqui: meus sinceros agradecimentos às Professoras Maria Aparecida Monteiro, Lucineyde Picelli e Sônia Régio dos Santos. A elas sou profundamente grato por tudo que já fizeram por mim. Também gostaria de agradecer a alguns amigos cuja convivência tem sido importante ao longo da minha vida: Lázaro e Francisca Gorini, Adolfo Matsuo, Vladimir e Rita P. Mendes, Edson Martinussi, José Carlos Dalmas, Odacir Zanatta, Flávio Braga e Adilson Martinez. A todos eles faço minhas as palavras de Pitágoras na forma de um pedido: "Escreve na areia as faltas de teu amigo". Ao longo da realização deste trabalho, Michela Ehrlich passou a ser uma presença constante (e importante) em meu dia-a-dia. A sua delicadeza e generosidade serviram-me como um estímulo a mais para a conclusão desse projeto.

Para encerrar gostaria de ressaltar apenas mais uma coisa. Apesar de ser originário de uma família de imigrantes, muito modesta e de poucos recursos intelectuais, a maior dívida que temos (eu e meus irmãos) é para com os nossos pais. Entre outras razões, é por isso que este modesto trabalho é dedicado à memória de minha mãe. Foram eles que se esforçaram ao máximo para que pudéssemos ter uma educação formal, talvez até como última esperança, para que não tivéssemos que enfrentar todas as vicissitudes pelas quais eles já haviam passado. Dessa maneira, tive o privilégio de jamais abandonar uma sala de aula desde os meus seis anos de idade. A eles somos eternamente gratos. Através das letras não cheguei a conquistar nem fama nem fortuna (no sentido capitalista dessas palavras), mas tornei-me uma pessoa mais rica sob inúmeros aspectos que são imensuráveis se analisados sob critérios convencionais. Talvez, seja essa a possibilidade que o sistema educacional deveria continuar oferecendo aos nossos jovens para que eles não percam a esperança em relação ao futuro.

Umuarama - PR, setembro de 2001.

Heiji Tanaka

INTRODUÇÃO

A partir do momento que os discursos sobre a Educação passaram a ser formulados de forma mais sistemática, a sua essência esteve sempre ligada diretamente à sociedade de cada época em questão. Esses discursos tinham a preocupação de inserir os indivíduos no contexto social e econômico, visando a melhoria das condições de vida da sociedade de acordo com o ponto de vista com que era observado pelos analistas. Dessa forma, questões como a formação do trabalhador, a participação do cidadão na vida pública, a ética comunitária e a coesão social, faziam parte do ideário da maioria desses discursos. Tratava-se, portanto, de uma visão prospectiva acerca da sociedade criando a expectativa de que a vida em sociedade poderia ser aperfeiçoada pelo uso de instrumentos adequados através da mediação do sistema educacional que, enfim, deveria primar por uma prática diretiva para alcançar um determinado fim.

Nessa perspectiva, a idéia de Educação que moldou a sociedade ocidental sempre teve um olhar voltado para o futuro, para a inserção das crianças e jovens na sociedade até a conclusão desse processo quando estes fossem integrados completamente ao atingirem a idade adulta. Sem dúvida, tratava-se de uma perspectiva teleológica do Homem, onde o começo, meio e fim encontravam-se, de certa forma, determinados a partir de parâmetros traçados previamente. Porém, não se tratava de nenhum esquema fechado, onde não se encontraria espaço para qualquer diferenciação em seu interior. Poder-se-ia dizer que essa visão de Educação, que perdurou ao longo dos séculos XVIII e XIX, servia como um referencial para a prática educativa que contava, ainda, com um espaço relativamente amplo de manobra e flexibilidade. Era uma discussão consistente e, apesar de uma busca da compreensão de uma dada totalidade, não podia ser definida como *totalitária*. A finalidade explícita era formar homens livres, autônomos e emancipados política e economicamente, preservando a liberdade individual e a igualdade jurídica de todos perante as leis. Em outras palavras, o respeito ao Estado de Direito e à cidadania.

No entanto, essa perspectiva, essencialmente liberal, ocultava inúmeros aspectos no âmbito social, político e econômico que acabavam respingando, também, nos discursos sobre a Educação. Questões como a desigualdade social, os conflitos entre as classes, a preservação de

privilégios, não faziam parte das discussões liberais. Tais aspectos constituíam-se, na visão liberal, numa exceção e não a regra para uma sociedade cuja base estava assentada muito mais na desigualdade do que na liberdade.

No decorrer da História, os discursos envolvendo a Educação tiveram, assim, que mudar a coloração para inserir novos elementos para que se pudesse estabelecer uma abordagem que ganhasse tanto em abrangência quanto em profundidade. Foi assim com o marxismo e com a Filosofia da Libertação transplantada para a Educação através da *Pedagogia do Oprimido* que encontrou maior ressonância nos países periféricos da América Latina e da África. Enquanto isso, na Europa, ganhava corpo a vertente estruturalista que enquadrava todos os discursos nas malhas do Poder estabelecido, sufocando quaisquer ganhos que pudessem advir da expansão de uma discussão da qual fazia parte toda sociedade: a democratização da Educação e o seu papel na emancipação dos homens. Daí que, a maioria dos discursos elaborados a partir de então, sejam na Literatura, Sociologia e Educação, tendem a acirrar a crítica sobre questões que considero não serem primordiais, perdendo o foco daquelas que realmente importam na prática educativa e, no extremo, esses discursos nem se preocupam em discutir coisas consideradas *ultrapassadas*, enfatizando, assim, aspectos *novos* que devem merecer a atenção dos contemporâneos. Os discursos acerca do Politicamente Correto e da Educação para a Paz caminham nessa direção, inventando fórmulas e eufemismos que fazem arrepiar o leitor um pouco mais desatento.

Neste trabalho, pretendo explorar a gênese e a evolução de alguns desses discursos relacionados à Educação num cenário mais amplo e, também, como eles chegaram até nós. Quando restringimos o nosso olhar em direção aos discursos mais recentes, é surpreendente não tanto a facilidade com que se fala de assuntos considerados *velhos* com uma roupagem (linguagem, melhor dizendo) aparentemente nova, mas a sedução que eles exercem sobre leitores do mundo inteiro, mesmo entre aqueles que se consideram esclarecidos e ciosos das armadilhas que qualquer discurso pode esconder. Ao contrário dos discursos considerados *ultrapassados*, como o liberal e o marxista, os discursos elaborados a partir da segunda metade do século XX, que primam pela atualidade e pelo *novo*, caracterizam-se, ao meu ver, por uma falta de consistência de suas análises e por um irrefreável desejo de projetar suas idéias para um futuro que não é nem distante mas, simplesmente, atemporal - daí o sub-título dado ao trabalho. Pode-se considerar esses discursos como uma retomada do pensamento utópico em sua categoria mais vulgar, que traça o nosso futuro com um gigantesco otimismo proporcional apenas ao pessimismo dos pós-estruturalistas nas décadas de 60 e 70 do século passado. Acredito que até podemos aparentar um certo otimismo quanto ao futuro, mas quando esse otimismo vem

imbuído de um fervor messiânico que beira o fanatismo, então a situação se torna bastante perigosa.

O desenvolvimento do presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, analiso a evolução dos discursos acerca da Educação, desde os liberais de linhagem mais pura e passando pelos iluministas que fizeram do século XVIII um século de grandes expectativas quanto ao futuro da humanidade. O contraponto a essa vertente de pensamento será o marxismo enquanto Teoria Social aplicada à questão da Educação numa sociedade de classes. A perspectiva social e educacional do marxismo constituiu-se na influência mais duradoura da tradição do pensamento revolucionário - daí que o seu desmoronamento trouxe uma grande angústia para aqueles que apostaram todas as fichas na sua realização. O radicalismo da vertente estruturalista e do seu sucedâneo, o pós-estruturalismo, advém, em grande medida, dessa desilusão com o socialismo implantado no leste europeu, especialmente no pós-Segunda Guerra. A dissolução (não completa) de uma corrente de pensamento tão radical serviu, também, para originar um discurso pretensamente *novo* mas que mostrou ser um discurso essencialmente conservador, repleto de aporias e sem nenhuma consistência teórica ou prática. São os discursos politicamente corretos que versam sobre multiculturalismo, tolerância, auto-estima, que foram utilizados na Educação pelos propagandistas da chamada Educação para a Paz.

No segundo capítulo, procuro relacionar algumas das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que ocorreram no pós-Segunda Guerra no mundo todo e, obviamente, também no Brasil, com a emergência de novas demandas sociais e políticas - especialmente no campo da Educação. A análise que se pretende estabelecer é no sentido de relacionar as imensas transformações que estavam ocorrendo (industrialização, urbanização, etc.) com a emergência das expectativas por parte da sociedade quanto ao sistema educacional que era considerado como a chave para a prosperidade tanto das nações quanto dos indivíduos. Trata-se de uma perspectiva bastante histórica mas que não aprisiona todos os acontecimentos apenas numa análise macro-histórica. Ao contrário, a intenção é, justamente, transportar a análise do nível *macro* para o nível das relações sociais e as suas implicações ao longo da segunda metade do século passado. Pretendi fazer com que História e Educação caminhassem juntas para estabelecer as suas conexões com a sociedade, economia e a cultura de acordo com o contexto analisado.

Por fim, no terceiro capítulo, as observações se voltam para as coisas que os novos discursos acerca da Educação estão apontando como o cenário do futuro da humanidade. São esses discursos que estão girando pelo mundo como sendo a tendência para a *nova era* por uma espécie de profetas que se utilizam da ingenuidade e da boa vontade de seus leitores anunciando um discurso aparentemente de vanguarda, mas que se reveste de uma superficialidade e de um conservadorismo pouco visto na história das idéias. Para os profetas do terceiro milênio, tudo é

novo sobre a Terra. Os discursos sobre a Educação, propagados por intelectuais de variadas origens, pretendem inserir novamente o Homem como centro do universo - uma espécie de neo-humanismo. Na verdade, acabam colocando o *Eu* como centro do mundo, bem de acordo com o discurso conservador dos neoliberais que tomaram de assalto a democracia e o relativo bem-estar social construído arduamente na segunda metade do século passado. É uma visão bastante estreita da realidade, quando analisada de forma mais atenta, mas que consegue disfarçar a superficialidade - e, muitas vezes, a futilidade - de seus argumentos através da utilização constante de eufemismos e neologismos sem muito sentido. Essa prática satisfaz inúmeros segmentos da intelectualidade, acomodados em seus gabinetes, ansiosos por *coisas novas* que não acrescentam nada às questões que efetivamente preocupam milhões de pessoas em todo o planeta: a desigualdade social, a pobreza e de que maneira a Educação poderia contribuir para diminuir o imenso abismo que separa a miséria da afluência. Essas questões parecem não perturbar aqueles que, levados por motivos de diversas ordens, se habituaram a olhar o mundo apenas se postando diante de um espelho. Os conservadores do mundo inteiro agradecem, comovidos, pelas banalidades proferidas por um pensamento pretensamente crítico e de vanguarda.

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO COMO REDENÇÃO

Ao longo do tempo, muita confiança tem sido depositada na Educação no sentido de criar uma sociedade melhor, mais justa, mais livre, onde fosse dada a oportunidade aos homens desenvolverem livremente as suas potencialidades, independentemente da tutela de um governo ou de um pensamento impositivo e dogmático. São esses princípios que têm norteado grande parte da Filosofia da Educação e não foram poucos os pensadores que se esforçaram em buscar meios para a concretização desses ideais.

Neste capítulo, pretendo analisar alguns aspectos relacionados à evolução do pensamento social e filosófico acerca da Educação e os seus desdobramentos ao longo da história até chegarmos nas discussões mais atuais, fundamentando os motivos que levaram a várias mudanças do discurso acadêmico sobre esse assunto. Nesse sentido, o capítulo está dividido em quatro seções interligadas entre si e que seguem uma certa ordem cronológica. Na primeira seção tratamos da questão da Educação num plano mais filosófico, procurando recuperar as origens do liberalismo e a sua relação com as práticas sociais que envolvem também a da Educação. Na segunda seção, analisamos a Educação sob o enfoque das desigualdades sociais e o seu potencial para servir como agente de libertação do Homem na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, assim como as conseqüências dessa idéia quando transportada para o plano da prática social. Na terceira seção, o tema é um desdobramento do segundo, quando trataremos das idéias que fizeram parte do panorama cultural após o fracasso das utopias revolucionárias do leste europeu que buscaram construir as bases do novo Homem. Torna-se facilmente compreensível a irradiação de idéias extremamente pessimistas e relativistas quanto à sociedade e à cultura, num momento de desmoronamento das utopias nas quais se depositou muita fé e esperança. Finalmente, na quarta seção, tratamos das idéias mais recentes sobre a Educação, que procuram

centrar as suas atenções sobre o sujeito, numa visão holística e que prometem transcender os limites das concepções elaboradas anteriormente. Denomino essa perspectiva de neo-humanista, sem nenhuma relação com o neoliberalismo, mas sim com a retomada de um ideal que remonta o início da Idade Moderna, no sentido de recolocar o Homem como centro de nossas preocupações.

Educação e Liberdade

No campo da Educação, o liberalismo tem sido a mais forte influência no mundo ocidental. Não o liberalismo enquanto um conjunto teórico-prático no campo da Economia tal como estamos habituados a ouvir falar - ainda mais na atualidade, com a hegemonia do discurso dos partidários do neoliberalismo. Mas, liberalismo, aqui, entendido como uma doutrina de conceitos e valores que surgiu há mais ou menos três séculos e que se espalhou na Europa e na América. Concebido como uma doutrina, o liberalismo oferece um vasto arcabouço filosófico para a interpretação e compreensão da sociedade, da política e também da economia. Quando tomado nesse sentido, o liberalismo possui um alcance muito maior e mais profundo para a realidade na qual está inserido e nem sempre se coloca numa posição intransigente como estamos acostumados a ouvir quando nos deparamos com a cantilena dos economistas ultra-liberais.

Um ponto que serve de unidade à doutrina liberal é, sem dúvida, a defesa apaixonadamente radical que faz da liberdade - no sentido mais elevado do termo. A liberdade é tomada como elemento fundamental do liberalismo - o que não significa, como vulgarmente se pensa, que essa doutrina permite tudo até a beira da anarquia. Muito pelo contrário. O liberalismo pressupõe um ordenamento das coisas e da vida dos indivíduos sem, contudo, querer controlar os detalhes da vida cotidiana dos homens. A liberdade, nesse sentido, pode ser concebida a partir de duas perspectivas. Foi o filósofo Isaiah Berlin que, numa conferência, em 1958, intitulada *Dois Conceitos de liberdade*, definiu a liberdade num campo positivo e num outro, negativo. Retomando essa idéia, José Guilherme Merquior escreve que:

"A liberdade negativa é sempre liberdade *contra* a possível interferência de alguém. São exemplos disso a autonomia de fruir intulamentos (contra possíveis abusos); a autonomia de expressar crenças (em oposição à censura); a liberdade de satisfazer pessoalmente gostos e a livre procura de objetivos individuais (em oposição a padrões impostos). A liberdade positiva, por outro lado, é essencialmente um desejo de governar-se, um anseio de

autonomia. Contrariamente à liberdade negativa, não é liberdade *de*, mas liberdade *para*: aspiração ao auto-governo, a decidir com autonomia em vez de ser objeto de decisão. Enquanto a liberdade negativa significa independência de interferência, a liberdade positiva está relacionada à incorporação do controle¹.

Essa preocupação com a liberdade - quase no limite da exasperação - do liberalismo ocorre, em grande parte, em função da sua própria origem histórica. O surgimento do liberalismo enquanto doutrina política está vinculado a um contexto de opressão, de falta de liberdade, que caracterizou o surgimento dos Estados modernos na Europa, governados por monarcas absolutistas. Os defensores do liberalismo desejavam promover um governo que pudesse ser colocado *dentro* da própria sociedade e não confiavam num governo colocado *acima* dos homens. Portanto, era uma luta da sociedade contra o Estado absolutista - mas não contra o Estado propriamente dito. Daí advém a idéia de que o governo deveria ser a representação de um contrato social onde os homens pudessem confiar o poder de executar as decisões a delegados previamente escolhidos. É certo que os primeiros defensores do contrato social - como por exemplo Thomas Hobbes² - eram adeptos fervorosos do absolutismo; porém a simples possibilidade vislumbrada de que o convívio social pudesse ser estabelecido através de um contrato entre os próprios homens, seduzia os grupos sociais que poderiam se beneficiar dessa espécie de consenso da vontade geral.

É comum tomarmos esse ideal liberal como se fosse sinônimo do ideal burguês do início da Idade Moderna. Em grande medida é um equívoco. A questão é que a burguesia se apoderou rapidamente desse ideal para justificar, filosófica e politicamente, as suas aspirações de classe num momento de ascensão do capitalismo. No contexto de uma sociedade estamental, baseada na concessão de privilégios e onde a posição do indivíduo era determinada pelo nascimento, a burguesia se viu marginalizada de todo processo que ocorria dentro de uma sociedade eminentemente aristocrática. Apesar de sua ascensão econômica e do acúmulo de riqueza, o burguês era uma figura ainda a ser evitada não apenas fisicamente como também enquanto referência para o modo de vida da aristocracia. Nesse sentido, o liberalismo serviu como uma luva aos ideais da burguesia, que pretendia substituir a aristocracia por uma espécie de meritocracia, retirando o papel primordial concedido ao nascimento.

Por isso, a questão central do liberalismo - a liberdade - ganha mais ênfase ainda quando associada à idéia de uma pretensa igualdade reivindicada pelos burgueses. Ora, a liberdade

¹ Cf. José Guilherme Merquior, *O liberalismo - antigo e moderno*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 25. Para uma exposição das principais idéias de Isaiah Berlin ver *Os limites da utopia*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

² Ver a obra *Leviatã*, São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 141 e seguintes.

política e religiosa que ganha corpo na Europa, especialmente a partir do século XVII, vem acompanhada com a idéia de uma normatização das leis que ampliassem a noção de igualdade. Desse modo, associamos dois elementos dentro de uma doutrina que irá servir para reorganizar toda uma época. A liberdade de participar dos assuntos públicos e ter acesso à propriedade da terra eram ainda privilégios de poucos. Assim como, a isenção de impostos da aristocracia fazia com que a carga de tributos recaísse sobre todo o restante do povo - os camponeses miseráveis e, fundamentalmente, a burguesia enriquecida.

Para a burguesia interessava, portanto, eliminar os privilégios de classe que mantinham-na à margem da sociedade, ao mesmo tempo que garantia a sua ascensão econômica e política. A liberdade associada à igualdade concedia essa oportunidade e justificava as suas aspirações mais imediatas. Tratava-se da oportunidade dela (a burguesia) se inserir nas questões decisórias dos Estados nacionais e, simultaneamente, minar os privilégios de nascimento que ela não possuía. A partir do momento que os que são considerados livres são também iguais perante as leis, não sobra argumento para os defensores da aristocracia - que mesmo assim irão resistir, até o último momento, para não abrir mão dos seus privilégios. Ao superar esse entrave histórico, pôde a burguesia ascender a uma posição cada vez mais hegemônica dentro da sociedade e reivindicar para si uma doutrina que irá subverter a ordem existente e que tão bem serviu aos seus propósitos ao longo da Idade Moderna quando ela se consolida enquanto classe social dominante.

No entanto, a doutrina liberal não se manifestou apenas nessa luta entre a sociedade e um governo tirânico e, tampouco, na luta contra os privilégios determinados pelo nascimento na ordem aristocrática. Ao aprofundar a questão da liberdade, o liberalismo se preocupou, também, com a relação entre a sociedade e os indivíduos. Era preciso não apenas evitar o abuso de poder da autoridade constituída sobre o conjunto da sociedade, mas também proteger o indivíduo das imposições estabelecidas, arbitrariamente ou não, pela coletividade. Não se poderia correr o risco de acabar com a tirania de um sobre todos para entrar numa outra tirania, igualmente perigosa, de todos contra um indivíduo desprotegido. Em qualquer situação, o indivíduo teria que ter o direito de escolha. É nessa direção que, doravante, a doutrina liberal irá caminhar.

Na passagem do século XVII para o XVIII, John Locke³ já se preocupava com essa questão. Para Locke, um governo deve ter previamente estabelecido os limites de sua autoridade, devendo também contar com o consentimento da sociedade no exercício de seu poder. O filósofo inglês previa, inclusive, o afastamento da autoridade quando houvesse a quebra da confiança que a sociedade havia depositado nela, quando não haveria mais o consentimento, a aceitação do governante por parte dos governados. Essas idéias inspiraram, em larga medida, a Revolução

³ Ver *Segundo Tratado sobre o governo*, São Paulo: Ibasa, 1963, p. 49 e seguintes.

Gloriosa na Inglaterra nos anos de 1688-9, que estabeleceu a monarquia parlamentar nos moldes que encontramos até os dias de hoje. Porém, a proteção da sociedade civil contra o governante era também uma proteção do indivíduo contra o Estado que personificava a coletividade. Assim, nem o Estado, nem a coletividade, devem interferir na vida individual, a não ser quando essa conduta ferisse o contrato social - como por exemplo os crimes tipificados nas leis. Essa concepção de liberdade reafirmava os ideais do liberalismo que remonta ao jusnaturalismo, ou seja o Direito Natural, de onde a doutrina liberal tomou emprestado alguns dos seus conceitos.

No desenrolar do século XVIII, a doutrina liberal passará por um processo que a tornará, positivamente, ainda mais encorpada em seu escopo da liberdade e da igualdade. No século das Luzes, à idéia de liberdade e igualdade irá se somar uma outra questão: a do progresso intelectual e moral dos homens. É o momento em que toma forma a teoria política dos três poderes concebida por Montesquieu e que vem até os dias de hoje; o sonho de ampliar ao máximo o conhecimento acerca do Homem e da natureza acalentado pelos enciclopedistas; e também, os ataques mais virulentos à Igreja Católica através dos escritos de Voltaire, que tomava o pensamento religioso como fonte de terror e opressão e como motivo principal que mantinha os homens num estado de obscurantismo e ignorância. Porém, as maiores contribuições que procuravam olhar o Homem numa perspectiva ampliada da liberdade e da igualdade, talvez tenham sido dadas por Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant.

Para Rousseau, o Homem é um ser passível de ser modificado para melhor, de ser aperfeiçoado intelectual e moralmente através da Razão - uma faculdade eminentemente humana⁴. A palavra aperfeiçoamento é, talvez, a que melhor define as esperanças do Iluminismo com relação aos homens do século XVIII e os que virão posteriormente. Rousseau, ao contrário de Hobbes, acreditava que o mal praticado pelos homens era externo a eles mesmos, algo apreendido ao longo de uma existência corrompida pela violência e ignorância. O mito do "bom selvagem" ilustra bem o pensamento otimista de Rousseau quanto às possibilidades do Homem de se regenerar e se aperfeiçoar constantemente através do uso que ele faz da Razão. Se "o Homem nasce bom mas a sociedade o corrompe", é a sociedade que se torna responsável pela vida corrompida, mas cabe ao indivíduo procurar transformar a ordem das coisas através de seu esclarecimento. A idéia de que indivíduos esclarecidos são também mais elevados moralmente nos vem em grande parte do nosso (um tanto quanto ingênuo) rousseauísmo - que nos faz manter um certo otimismo em relação à humanidade e à Educação.

Ao mesmo tempo, Rousseau irá aprofundar um pouco mais a questão da relação entre governantes e governados e o processo que deve definir a tomada de decisões dentro do processo

⁴ Ver *Emílio ou Da Educação*, Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

político. Para Rousseau, o que deve determinar a validade das decisões coletivas é o princípio da vontade geral. Seria uma espécie de proto-democracia moderna, onde os homens reunidos decidiriam o que é melhor para a *res publica* contemporânea. Ao propor que a maioria deve eleger o que é mais importante para a sociedade, Rousseau estabelece um meio termo entre a coletividade e o indivíduo, precavendo-se de que o princípio da vontade geral não deve significar a tirania da maioria sobre a minoria. Culpá-lo pelo estado de coisas da nossa democracia seria uma grande injustiça.

No entanto, o que fez de Rousseau o iluminista mais simpático, apesar de sua personalidade bastante difícil⁵, talvez tenha sido o fato de ser o único, naquele período, a fazer referência a uma questão bastante cara para nós e que se tornará central na preocupação de muitos pensadores nos dois séculos seguintes: a desigualdade social.

Para a doutrina liberal, as desigualdades entre os homens eram produtos da própria natureza e, por conseguinte, impossíveis de serem solucionadas⁶. Rousseau até toma esse princípio como correto: as desigualdades físicas e intelectuais entre os homens realmente eram produtos da natureza que fez uns gordos outros magros, uns destros outros canhotos, uns voltados para os números outros excepcionalmente argutos na Filosofia etc. Porém, no que se refere à desigualdade social esse raciocínio não se aplicaria porque ela é produzida no interior da própria sociedade. Radicalizando ainda mais para a época em que vivia, Rousseau afirmava que, como criação do Homem, a desigualdade social poderia ser revertida através do uso da Razão - desde que ela fosse direcionada para esse fim. Como não era esse o objetivo maior do Iluminismo, essa idéia foi deixada de lado - ao menos temporariamente. Ela será retomada desastrosamente ao longo do processo da Revolução Francesa pelos jacobinos comandados por Robespierre⁷.

Já no sofisticado pensamento filosófico do alemão Immanuel Kant, encontramos a razão a serviço da emancipação do Homem. Em seu famoso ensaio *Resposta ao "Que é o Esclarecimento"*, Kant coloca a questão do imperativo categórico do Homem em buscar a verdade onde quer que ela se encontre. Porém, não se trata de uma verdade absoluta, ininteligível ao Homem. Ao contrário, trata-se de um compromisso com uma verdade que estabelecemos através da nossa capacidade de julgar o mundo e os homens. O imperativo para o Homem é buscar a verdade contida nos julgamentos morais que fazemos à realidade externa: o que é a justiça, o bem, a virtude etc. Desse modo, chegamos ao ponto crucial de qualquer discussão

⁵ Cf. a obra do erudito economista Eduardo Giannetti da Fonseca, *Vícios privados, benefícios públicos?*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 194 e 195 (notas 11 e 14).

⁶ Cf. John Locke, *Segundo Tratado sobre o governo*, op. cit.

⁷ Ver Jean-Jacques Rousseau, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, São Paulo: Ática, 1989. Ver também Patrice Canivez, *Educar o cidadão?*, Campinas: Papirus, 1991.

filosófica: o que é a verdade? Para Kant, a verdade tem que ser construída pelo Homem racionalmente livre de qualquer julgamento *a priori* ou absoluto. Trata-se, na verdade, segundo Kant, "de libertar o homem do seu estado de menoridade", onde o pensamento é tutelado por uma autoridade ou pelo pensamento religioso. Em ambos os casos, é uma forma de obscurecer a verdade e impedir que o Homem possa se emancipar de entidades que o transcendem e o oprimem intelectualmente. Sem dúvida, é um dos ideais mais elevados e mais caros ao Iluminismo⁸.

Toda essa ênfase no Homem-indivíduo por parte do liberalismo tinha uma razão de ser. E uma razão doutrinária. Como queria preservar ao máximo o indivíduo tanto da ação do Estado quanto de uma coletividade massacrante, o liberalismo deveria promover as condições necessárias para a emancipação intelectual do Homem, capaz de se defender das interferências arbitrárias em suas aspirações privadas. Isto porque, o liberalismo, ao se distanciar do Estado, adquiriu uma ojeriza por sua presença onde quer que ela se manifestasse. Assim, a não intervenção do Estado em assuntos privados (em especial na economia, mas não apenas nela), teria que, necessariamente, vir acompanhada dessa autonomia dos indivíduos capazes de se auto-defender. Pois, a partir do momento que o indivíduo é livre e igual aos outros, pelo menos no plano formal, e possui também uma autonomia em suas iniciativas, é de se esperar que ele possa alcançar, por si mesmo, as condições para a sua própria sobrevivência, ou seja, que ele possa obter, sem a ajuda do Estado, a sua autonomia econômica. Se se é livre, essa liberdade tem que ser utilizada também para fins práticos. O Homem torna-se senhor do seu destino. A partir do momento que o Homem é livre ele se torna responsável pela suas ações sem depender do Estado ou de qualquer outro tipo de tutela. A autonomia individual torna-se, assim, completa, cabendo ao Estado ficar responsável apenas pelas questões que realmente servem para proteger os interesses de toda sociedade - no caso a segurança e a defesa da propriedade privada contra a ameaça de usurpação tanto por parte do Estado como de outros agentes.

Ao ligar a questão da autonomia intelectual com a autonomia material dos indivíduos, o liberalismo deu mais um salto em sua trajetória e que é, para a maioria do público, a sua face mais conhecida. O liberalismo econômico defende a não intervenção do Estado na economia como forma de evitar que a busca da autonomia material dos indivíduos fique prejudicada por uma intervenção, ao mesmo tempo indesejada e inócua. De acordo com os defensores do liberalismo econômico, existe uma "mão invisível" que rege a economia: o mercado. Quanto mais livre for o mercado, melhor será o seu funcionamento. Isto porque, o mercado é o *locus* privilegiado onde os competidores, em busca da sobrevivência, podem desenvolver todo o seu

⁸ Cf. Immanuel Kant, *Textos seletos*, Petrópolis: Vozes, 1990, pp. 100-17 (edição bilingüe). Ver também Patrice Canivez, *Educar o cidadão?*, op. cit. pp. 39-45.

potencial criativo e empreendedor. Interferir nesse processo seria podar a liberdade de todos em buscar o melhor para si mesmos.

Através do mercado, os indivíduos otimizam os seus recursos intelectuais e materiais em busca de um crescente ganho para si mesmos. Sem esse estímulo, a sociedade ficaria estagnada, pois não haveria incentivo algum para que os homens buscassem um auto-aperfeiçoamento de suas capacidades. O próprio mercado se encarregaria de se auto-regular, expulsando os piores competidores e mantendo os melhores através de uma seleção natural. A lei do mercado, mais conhecida como a lei da oferta e da procura, manteria a economia em equilíbrio e quaisquer desequilíbrios seriam rapidamente sanados, pois a natureza do mercado se encarregaria dessa tarefa. Assim como a Astronomia do século XVII preconizava um universo em equilíbrio, os economistas liberais imaginavam um sistema integrado e equilibrado, capaz de solucionar eventuais problemas naturalmente.

Essa visão, um tanto tacanha da liberdade, vulgarizou a idéia de que o liberalismo, em si, seria um elogio ao egoísmo e aceitaria com complacência uma certa anarquia na questão econômica, onde o indivíduo seria capaz de tudo para sair vitorioso no campo de batalha chamado mercado. Ao mesmo tempo, restringiu sobremaneira o modo de conceber a busca da emancipação do Homem, afastando-se, em grande medida, dos ideais do Iluminismo. Pois, para os filósofos iluministas, a emancipação através do esclarecimento servia para formar um indivíduo autônomo no sentido mais completo que essa palavra possa nos inspirar. Para o liberalismo econômico, a emancipação intelectual do Homem vai perdendo um crescente espaço em prol da busca da maximização dos seus ganhos. Passa a vigorar, não tanto a anarquia, mas a idéia de que os homens, por natureza, devem colocar os seus interesses individuais acima de todas as coisas. Nesse sentido, a própria idéia de emancipação foi prejudicada, pois, o imediatismo do mercado nos empurra, inelutavelmente, em direção à maximização dos ganhos econômicos. Essa visão, essencialmente economicista, da realidade empobreceu bastante a idéia de autonomia individual, que ficou restrita ao âmbito do trabalho enquanto gerador de riqueza⁹.

Se o Estado deve intervir o mínimo possível nos assuntos da sociedade civil, as relações econômicas também deveriam ficar fora do controle do Estado. Em nome da liberdade criou-se os meios para legitimar a exploração do trabalho e a desigualdade social. Sem a proteção legal do Estado, agora acuado pela excessiva intervenção do passado, as camadas mais pobres da sociedade se viram obrigadas a aceitar um sistema de dominação e opressão que o próprio

⁹ É comum atribuir essa visão míope da realidade trazida pela vulgarização do liberalismo econômico à Adam Smith, considerado o fundador dessa vertente de pensamento com a obra *A Riqueza das Nações*, publicada originalmente em 1776 no contexto do Iluminismo. Mas é um equívoco. Essa herança se deve, talvez, muito mais a David Ricardo e Thomas Robert Malthus, considerados os seguidores imediatos de Adam Smith. Ver Eduardo Giannetti da Fonseca, *Vícios privados, benefícios públicos?*, op. cit. O subtítulo dessa obra é, sugestivamente, "a ética na riqueza das nações".

liberalismo condenava em suas origens. No entanto, como a realidade não é estática, a própria história acabou por criar novos meios que possibilitassem a superação dessa situação. Os movimentos sociais puderam florescer em nome da liberdade e da igualdade cada vez com maior intensidade e o que era fator de opressão acabou tornando-se meio para um combate histórico mais amplo e prolongado. Daí o fato de que, se o liberalismo foi incapaz de visualizar a liberdade num campo mais abrangente, negligenciando a coletividade em nome da afirmação do indivíduo, não se pode negar que ele gerou os meios para se estabelecer, historicamente, o Homem livre - livre da tirania, do pensamento religioso e da servidão. E abriu novas possibilidades para que o Homem - tomado no seu sentido universal - pudesse continuar a aspirar a sua emancipação.

Educação e Libertação

Mesmo com todo impacto provocado pela expansão do liberalismo, imensas lacunas foram sendo deixadas para trás ao longo de quase dois séculos. Centrando todas as suas atenções no indivíduo, era fácil para os liberais perderem de vista a dimensão social envolvida em qualquer questão referente à liberdade. Por não conseguirem preencher essa lacuna, os liberais, em sua maioria, preferiram ignorá-la e criticar qualquer acusação nesse sentido como o primeiro passo para uma maciça intervenção da coletividade e do Estado contra a liberdade individual. E a maior lacuna deixada pelo liberalismo foi justamente a questão da igualdade. Não a questão da igualdade de direitos, que o liberalismo conseguiu, até certo ponto, fazer avançar até mais do que era esperado como iniciativa de uma classe social que ainda não estava tão segura de sua hegemonia. Porém, o que ficou ignorado por muito tempo foi uma outra dimensão da igualdade de direitos - a igualdade social.

Numa sociedade marcada por uma profunda desigualdade social como era a sociedade européia dos séculos XVIII e XIX, era natural que essa problemática viesse à tona mais cedo ou mais tarde. Como vimos, com a exceção de Rousseau, os defensores da liberdade até esse momento não tinham a mínima preocupação com essa questão. Os pensadores estavam mais preocupados, até com uma certa dose de razão, com a afirmação do individualismo burguês enquanto valor a ser seguido por todos. Foi com a Revolução Francesa de 1789 que ocorreu o primeiro passo para o questionamento acerca da desigualdade social. Foi quando se falou não apenas na liberdade e igualdade, como também na dignidade dos homens. E os revolucionários franceses falavam (pretensiosamente ou não) em Homem e não apenas no francês ou inglês. Ao não particularizar esse Homem, a Revolução pôde fornecer-lhe uma dimensão universal

enquanto sujeito histórico, independentemente da posição social ocupada pelo indivíduo. Assim, deu-se um passo gigantesco, involuntário é verdade, na universalização das aspirações das camadas populares.

Porém, a desastrada atuação dos jacobinos, que eram os grandes defensores das camadas populares durante a Revolução levou a França a um verdadeiro banho de sangue nos anos imediatamente posteriores a 1789. Sob o argumento de que a igualdade social era uma tarefa exequível para aquela geração de revolucionários, líderes como Robespierre, Danton e Saint-Just, não hesitaram em lançar mão da violência para concretizar os seus objetivos¹⁰. O que se assistiu foi a execução de milhares de pessoas em nome da liberdade, igualdade e dignidade dos homens. A Revolução, que havia começado como uma grande promessa de emancipação do Homem (de todos os homens) tomava um rumo cada vez mais incerto e violento. Ao se espalhar a onda de violência, toda Europa ficou apreensiva com os rumos da Revolução, o que acabou reforçando o pensamento conservador que tanto combateu Napoleão Bonaparte no período subsequente à apoteose revolucionária dos jacobinos e a reação conservadora dentro da própria França. Para os que eram contrários a qualquer intervenção para modificar a ordem natural das coisas, a atuação dos jacobinos serviu apropriadamente aos seus objetivos. A luta pela igualdade social não começou muito bem na terra onde ela foi inventada.

Dessa maneira, o visível enriquecimento da burguesia procurava justificar, na prática, os ideais pregados pelo pensamento filosófico e econômico da época. Era a demonstração mais contundente de que não se devia intervir na ordem das coisas e que a lei do mercado ainda era o meio mais eficaz para premiar os melhores. Contudo, essa situação só fazia crescer a animosidade das classes menos favorecidas da sociedade que não encontravam a mesma sorte e acabavam sendo acusadas de serem preguiçosas e pouco diligentes com o trabalho - o que justificava o seu fracasso diante das implacáveis leis do mercado. A esses indivíduos restava apenas a labuta diária em busca do mínimo necessário para a sobrevivência, e isso, quando conseguiam ultrapassar a linha da sobrevivência. Na maior parte dos casos, nem mesmo a sobrevivência era garantida pelo esforço empreendido no trabalho. O progresso material trazido pela Revolução Industrial manteve-se apenas como uma miragem para os deserdados da terra. Como escreveu Friedrich Engels, no relato que faz da cidade de Manchester, um dos primeiros grandes centros industriais do século XVIII, sobre a condição dos trabalhadores no alvorecer da Revolução Industrial:

¹⁰ Ver Eric Hobsbawm, *Ecoss da marsehesa*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

"Os criadores de porcos alugam aqui [no bairro operário] os pátios, assim como na maioria dos bairros dos trabalhadores, e colocam neles chiqueiros; em quase todo pátio existe um tal canto cercado ou até vários, nos quais os moradores jogam todos os detritos e imundícies, com que engordam os porcos, o que empesta a atmosfera destes pátios fechados nos quatro lados, devido às matérias animais e vegetais em decomposição"¹¹.

É em contraposição a essa situação e dos vazios que o liberalismo não pôde preencher, sob o risco de sua auto-anulação, que Marx e Engles irão começar a formular as bases da Teoria Social que mais influenciou o século XIX e grande parte do século XX, que será denominada pelos seus autores de Materialismo Histórico. Especialmente Marx, que possuía uma formação filosófica mais sólida, empreendeu uma vigorosa busca de uma teoria capaz de explicar e preencher não apenas as lacunas deixadas pelo liberalismo, como também as lacunas da própria história até então vazias.

Karl Marx é considerado o herdeiro - mas não discípulo - do filósofo Friedrich Hegel - até então, o mais influente pensador alemão. Hegel se esforçou para conceber uma filosofia que pudesse explicar toda história da humanidade. Em sua concepção, a História era uma eterna viagem do Espírito Absoluto em busca da liberdade e da compreensão da totalidade. Através da compreensão do passado e do presente - da Filosofia da História, então - realiza-se a compreensão de cada etapa da viagem que serviu de degrau para níveis cada vez mais elevados de liberdade que o Espírito Absoluto - o sujeito histórico de Hegel - reconhece no presente. Marx não compartilhava dessa visão de processo histórico, pois acreditava que essa concepção levava à legitimação de toda estrutura de dominação montada pelo sistema capitalista ao longo dos séculos. Imaginar que o presente se constitui na suprema realização do Homem, corresponderia a afirmar que todo processo havia marchado progressivamente para a realização dos ideais da burguesia.

O mérito do capitalismo e da burguesia foi o de promover, aparentemente, a libertação do Homem, concebendo-o juridicamente como livre e igual dentro da sociedade. Nesse sentido, o capitalismo representa uma organização social qualitativamente superior quando comparado às sociedades escravista ou feudal anteriores, onde o que definia o escravo ou o servo era exatamente o grau de destituição de liberdade a que estavam sujeitos. Essa exaltação do capitalismo enquanto a realização prometéica da civilização vai se diluindo pouco a pouco até se tornar uma negação radical devido a impossibilidade do capitalismo em promover, *per se*, a emancipação do Homem, pois o capitalismo só pôde se desenvolver ocultando a sua verdadeira

¹¹ Cf. Friedrich Engels, o excerto de "A situação da classe operária na Inglaterra" in Florestan Fernandes (org), *Marx e Engels*, São Paulo: Ática, 1984. pp. 308-18.

face: a dominação política e econômica da burguesia. Apesar de considerar todos os homens livres e iguais, a ordem capitalista é incapaz de suprimir os antagonismos no interior da sociedade sem que ela mesma fique ameaçada de desaparecer. Ao mesmo tempo que esse ordenamento social se desenvolve, a burguesia consegue libertar forças humanas que nenhuma outra época havia conhecido. O domínio sobre a natureza, as transformações da indústria, as máquinas que aumentam o rendimento do trabalho, a dominação sobre os quatro cantos do mundo, tudo isso, para Marx, tem que ser creditado como obra da burguesia. No entanto, o custo dessa obra foi, também, uma crescente e brutal exploração do trabalhador sob o sistema capitalista.

"Entretanto, a nossa época, a época da burguesia caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. (...)

Que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social? (...)

Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal"¹².

Para Marx, a burguesia conseguiu aperfeiçoar a sua dominação social, em larga medida, porque aperfeiçoou os mecanismos jurídicos que garantem o acesso à propriedade privada dos meios de produção, garantindo, simultaneamente, a posse e a propriedade desses meios. Por conseguinte, a marca indelével do proletariado é o fato dele ser completamente livre, inclusive dos seus meios de subsistência. Destituído de sua capacidade de se auto-reproduzir - mesmo que seja no nível da subsistência - o proletariado é obrigado a vender a sua força de trabalho no mercado. Assim, o trabalho humano, base para a produção da riqueza em todas as épocas anteriores, passa a ser considerado tão somente como mais uma mercadoria a ser comprada e vendida livremente. No jogo do livre mercado, defendido pelos liberais, o trabalho também está sujeito às variações da oferta e da procura. Como existe um excesso de mão-de-obra, criado artificialmente, o valor da mercadoria trabalho é cada vez mais deteriorado, possibilitando a ampliação dos lucros dos capitalistas e da acumulação de capital que fica concentrada nas mãos da burguesia. Esse excesso de trabalhadores constitui-se num exército de reserva para manter o

¹² Cf. "O Manifesto do Partido Comunista" in Florestan Fernandes (org), op. cit. pp. 365-75. Sobre o marxismo, vale a pena consultar a extensa Introdução escrita pelo organizador no volume em questão, pp. 9-143, e também o ensaio bastante original de Marshall Berman, "Tudo o que é sólido desmancha no ar: Marx, Modernismo e Modernização" in *Tudo que é sólido desmancha no ar*, São Paulo: Companhia das Letras, 1986, pp. 85-125. Sobre a trajetória de Marx e a época em que viveu, ver Edmund Wilson, *Rumo à Estação Finlândia*, São Paulo: Companhia das Letras, 1986, especialmente pp. 109-326.

valor trabalho no patamar mínimo desejado pela burguesia. Caso contrário, seria de esperar que a busca pelo pleno emprego se constituísse numa prioridade da sociedade. Assim, o pretense equilíbrio do mercado não se concretiza quando a mercadoria em questão é a força de trabalho. Se isso viesse a ocorrer, o capitalismo perderia, segundo Marx, a sua principal fonte de acumulação: a mão-de-obra farta e barata.

Por outro lado, essa vasta acumulação de capital, abre novas possibilidades para a burguesia aperfeiçoar os mecanismos de dominação social e desenvolver técnicas para ampliar o domínio do Homem sobre a natureza. As máquinas aceleram o processo produtivo, tornam menores os gastos com mão-de-obra, e aumentam, em rapidez e quantidade, a circulação de mercadorias. Esse desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo é mais um agravante para os trabalhadores, que vêm tornar mais escassas as condições de trabalho, ameaçados pelo desemprego e a impossibilidade de produzir a sua própria sobrevivência. Nessa relação entre trabalho e produção, o trabalhador não reconhece o produto do seu próprio trabalho enquanto uma produção social, pois tudo que é produzido é apropriado de forma privada pela burguesia.

"O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz desnudez para o trabalhador. Produz beleza, mas mutilação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas joga uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte, máquinas. Produz espírito, mas produz idiotia, cretinismo para o trabalhador"¹³.

O trabalhador, enquanto ser social, torna-se um estranho, primeiro em relação ao mundo no qual vive e, segundo, em relação a si mesmo. Ele produz uma riqueza que não poderá desfrutar e esquece-se dos seus semelhantes na hora de disputar um emprego para si e para o qual tem que afastar os seus concorrentes. A alienação do trabalho é a alienação do Homem enquanto ser social. O trabalhador, desvinculado do produto do seu próprio trabalho, é um estranho dentro do mundo que ele constrói enquanto representação de sua existência. A exteriorização do seu trabalho não é reconhecida como um trabalho social, pois, apesar de ser realizado dentro de um processo, ele é apropriado individualmente pelos burgueses.

E como poderia ocorrer uma superação positiva desse presente histórico descrito por Marx?

Como homem que procurava conjugar as suas idéias com a ação, Marx procurou preencher esse espaço de sua Teoria Social da melhor maneira possível. Para ele, o primeiro passo seria libertar-se da alienação imposta pelo capitalismo, através da formação de várias ligas de trabalhadores que teriam como tarefa primordial conduzir os trabalhadores à luta contra a

¹³ Cf. "Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana" in F. Fernandes (org), op. cit. pp. 147-81.

burguesia. As lideranças desses movimentos, que contariam com a presença de intelectuais não cooptados pelo capitalismo, seriam a vanguarda de um movimento capaz de tomar o poder de Estado através de uma revolução que subverteria a ordem das coisas existentes. Ao invés de todo um aparato que servia para proteger os privilégios da burguesia - a propriedade privada em especial -, teríamos um Estado voltado para os interesses do proletariado. É verdade que Marx não vislumbrou de forma exata como seria um Estado pós-revolucionário, ficando tal tarefa a cargo de Lenin que escreveu um pequeno livro intitulado *O Estado e a Revolução*, que segundo os críticos é um manual de Engenharia Política pouco consistente em seus alicerces¹⁴. A única coisa que Marx vislumbrou foi o papel preponderante que o Estado teria enquanto verdadeiro representante da coletividade que se esforçaria para a concretização da máxima redistributivista que dizia: "a cada um de acordo com suas capacidades, a todos de acordo com suas necessidades".

A Revolução, *per se*, não implica que o processo estaria consumado. A Revolução não se constitui, para Marx, no ponto de chegada da sociedade comunista, mas, ao contrário, no ponto de partida para a construção de uma nova sociedade, liberta de suas carências materiais e da exploração do homem pelo homem. A concretização dos ideais revolucionários inaugurava uma nova etapa histórica, aberta às transformações internas impelidas pelo próprio movimento histórico. O escopo da Revolução possuía um forte componente libertário - no sentido positivo - extinguindo a luta de classes, humanizando as relações sociais e superando a alienação do trabalho. Como Marx avalia ao final do *Manifesto Comunista*, "a burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros".

Filosoficamente, a Revolução pode ser concebida como a vontade coletiva em busca da felicidade, da redenção. É quando os homens concebem, a partir da experiência comum a eles, do tempo vivido, uma busca para a criação de uma ordem social menos injusta e menos opressora. A Revolução seria uma busca metafísica de um estado de plena realização dos homens. Vista por esse ângulo, a Revolução pode ser facilmente confundida com uma *Revelação*, da mística judaico-cristã de instalar "o Reino de Deus na Terra", o que irá render várias críticas ao marxismo. No entanto, talvez Marx não pensasse a Revolução nessa perspectiva, mas como um elemento inseparável de sua Filosofia da História, ou seja, como algo inseparável do processo histórico e como suprema realização da consciência dos homens. A Revolução, em Marx, contém um forte componente no sentido de busca da libertação, da emancipação do gênero humano.

¹⁴ Ver Vladimir Lenin, *O Estado e a Revolução*, São Paulo: Hucitec, 1986. Para uma crítica ao legado do marxismo e do leninismo ver José Guilherme Merquior, *O marxismo ocidental*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

Ao longo do século XX, não foram poucos os que trilharam por esse caminho em busca da Revolução, da promessa de felicidade e da redenção dos homens. Da Rússia de 1917 até Cuba, passando pelos países do Oriente, como a China, Vietnã, Camboja e Coreia do Norte e também vários países da África, no pós-Segunda Guerra, muitos acreditaram ser real a possibilidade de concretizar a utopia comunista. No entanto, quando a Revolução de fato se desenrolou no plano da realidade, os ideais foram cedendo lugar às mais cruéis atrocidades. Com Stálin na Rússia, Mao Tsé-tung na China, o Khmer Vermelho no Camboja, o ideal comunista de uma sociedade igualitária foi sendo desmontado um a um nesses lugares, substituindo a idéia de fraternidade entre os homens pelo medo e a desconfiança de que próximo a nós sempre estava um contra-revolucionário para minar os nossos esforços na construção da nova sociedade. E em lugar do ideal, sobrou a dura realidade da distribuição da escassez, a busca dos interesses individuais por parte das altas autoridades que se apegavam aos privilégios auto-concedidos e das pessoas comuns que se refugiavam nos mercados negros duramente reprimidos. O sonho de igualdade, mais uma vez, cedeu lugar à implacável realidade da miséria humana - miséria material e espiritual.

Por mais que se esforçassem em reeducar toda uma geração, tentassem inculcar os valores do "Homem comunista", a violência e a repressão permaneciam como principal arma para dissuadir aqueles que não se enquadravam na nova ordem. Isto porque, apesar dos revolucionários cultivarem uma adoração imensa em relação ao próximo, quando os novos grupos se consolidavam no poder, as lutas intestinas apareciam com maior ferocidade. Era quando os revolucionários percebiam que mais difícil do que *fazer* uma revolução era manter aceso o espírito revolucionário por um período prolongado de tempo. O resultado foi que a pretensa reeducação não surtiu os efeitos esperados: os campos de trabalhos forçados na Sibéria, a Revolução Cultural na China, ou o retorno a uma vida primitiva no campo no Camboja, atestavam apenas a insanidade dos homens que estavam no poder.

Mas, o que teria dado errado com a Revolução?

Talvez, a resposta mais contundente seja de ordem filosófica e não apenas sócio-econômica. A questão é que para se construir uma nova sociedade é preciso estabelecer novos padrões morais e éticos difíceis de serem alcançados por uma geração - se é que podem ser alcançados em algum outro momento. Reeducar o povo moralmente é uma tarefa demasiadamente espinhosa para qualquer governo e, por isso, raramente foi tentada ao longo da história. Essa tarefa ficou a cargo, geralmente, dos pregadores religiosos. Daí, em grande medida, o caráter messiânico das revoluções e dos revolucionários.

Quando se imagina a igualdade como um ideal absoluto a ser conquistado, todos os outros interesses devem ficar subordinados ao interesse maior. E, moralmente, as pessoas

mudam pouco ao longo da vida, mesmo sob a batuta de um governo tirânico. E, assim, se o liberalismo falhou por privilegiar demasiadamente o indivíduo em detrimento da coletividade, o comunismo falhou por querer esmagar o indivíduo em nome dos interesses coletivos. Em ambos os casos, a obra da emancipação do Homem ficou incompleta, pois o indivíduo destituído da liberdade não tem nenhum valor; assim como o indivíduo livre mas condenado a viver em uma coletividade marcada pela extrema desigualdade tende a se transformar num ser cada vez mais egoísta. No primeiro caso, o indivíduo pode até ser forçado a ser bom, mas não é feliz; no segundo, o indivíduo pode até ser feliz, mas não carrega consigo a bondade. Nos dois casos perde a humanidade. Por ora, poderíamos ficar com as palavras confortadoras de Isaiah Berlin:

"Felizes os que vivem sob disciplina que aceitam sem questionar, que obedecem espontaneamente às ordens de seus líderes, espirituais ou temporais, cuja palavra aceitam como lei infrangível; igualmente felizes os que, através de seus próprios métodos, chegaram a convicções claras e inabaláveis com relação ao que fazer e o que ser, sem a menor sombra de dúvida. Só posso dizer que os que se instalam nesses confortáveis leitos do dogma são vítimas de uma miopia auto-imposta, antolhos que podem trazer contentamento, mas não a compreensão do que significa a humanidade do ser"¹⁵.

É nessa busca da emancipação do Homem, na compreensão do significado mais profundo da "humanidade do ser", que muitos educadores do então Terceiro Mundo, especialmente na América Latina, também irão fundar suas esperanças na Educação. Com certeza, a proposta mais conhecida nesse sentido partiu do pedagogo brasileiro Paulo Freire¹⁶. Conhecido e respeitado em várias partes do mundo, Paulo Freire se constituiu numa referência intelectual não apenas para a Pedagogia mas para as Ciências Sociais no seu conjunto. Retomando a concepção dual de sociedade, dividida entre opressores e oprimidos, exploradores e explorados, proprietários e despossuídos, Paulo Freire pretendeu fazer da Pedagogia um meio para transformar a realidade social e libertar o Homem das condições mais deploráveis de vida. A Educação como caminho para a auto-reflexão dos indivíduos deveria servir não como instância de reprodução do exercício da dominação social, mas como agente de libertação. Toda sua Pedagogia do Oprimido é voltada para superar as condições impostas aos oprimidos pela alienação e falsa consciência da realidade que o sistema capitalista reproduz em suas várias instâncias.

O método de Paulo Freire, voltado para a educação de adultos, privilegia a reflexão em detrimento da simples dogmatização do oprimido. É preciso compreender o mundo para que

¹⁵ Cf. Isaiah Berlin, "A busca do Ideal" in *Os Limites da utopia*, op. cit. pp. 13-28.

¹⁶ A obra mais conhecida desse admirável pensador é *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. A primeira edição dessa obra é de 1970.

possamos atuar sobre ele; é a partir da compreensão da realidade que se abrem as portas para a transformação do sujeito, em primeiro lugar e, por conseguinte, do mundo que nos rodeia. Através dos "temas geradores" para reflexão, Paulo Freire busca a emancipação do indivíduo - emancipação essa que é inseparável da emancipação de toda coletividade. Em Paulo Freire encontramos, de fato, uma pedagogia libertadora, não coercitiva e não dogmática, que eleva a promessa de emancipação enquanto uma prática *para* a liberdade dos homens. As suas palavras no capítulo I de *A pedagogia do oprimido* demonstra um lado humano pouco visto em intelectuais de tendência marxista: "ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão". É lamentável que muitos se apropriaram de seu método e de suas idéias desvirtuando-as de acordo com as suas convicções políticas, fazendo uso para fins pouco louváveis, como por exemplo os militares no Brasil com o seu programa de alfabetização de adultos no final da década de 60 e começo da de 70.

No entanto, apesar desse contraponto apresentado por Paulo Freire na busca da libertação, a tendência mundo afora não irá apresentar, nos anos 60 e 70, uma visão tão otimista quanto ao futuro da humanidade. Muito pelo contrário. É isso que discutiremos na próxima seção deste capítulo.

Educação e Opressão

Na década de 60, já era bem visível um certo mal-estar nos meios acadêmicos quanto aos rumos tomados pelo conhecimento e os seus desdobramentos sociais e políticos. O fervor messiânico dos revolucionários da primeira metade do século havia sido substituído pelo pessimismo ainda engajado ou apenas pela apatia e indiferença. Muitos intelectuais, que haviam abraçado a causa revolucionária com convicção, encontravam-se cada vez mais decepcionados com os rumos da história. No passado, a esperança florescia: se não dava para ser stalinista, poder-se-ia simpatizar-se com Trotsky; se este foi assassinado, ainda havia Mao; se o grande timoneiro não era confiável, havia Fidel ou Che Guevara, e assim por diante. Mesmo os mais crentes, talvez, um dia se cansam de esperar pela chegada de seu Messias.

Mas como nenhum discurso social suporta o vácuo por muito tempo, por mais insano, superficial ou grotesco que possa ser esse novo discurso, não demorou para que uma corrente de pensamento tomasse conta do cenário acadêmico da época. Essa tomada do poder começou discretamente com o estruturalismo francês, e depois de forma barulhenta, após 1968, com a conversão do movimento que passou a ser chamado de pós-estruturalismo. Em ambos os lados, uma figura esteve presente, primeiro como coadjuvante e, posteriormente, como o principal astro

intelectual, guru de uma geração de intelectuais, que parecia ter sempre alguma novidade para contar: o filósofo francês Michel Foucault.

Sem sombra de dúvida, Michel Foucault foi o símbolo de uma época de contestação ao *status quo* social e ao *Establishment* acadêmico - não o maior, mas o que teve influência mais longa nesse quesito. Contestar tudo e, principalmente, os principais modelos de conhecimento consagrados pelas Ciências Humanas até então: o marxismo, a psicanálise e o discurso científico. O que estava sendo colocado em xeque era o Saber, o Conhecimento, as Ciências (sim, tudo em maiúsculo), que no passado haviam sido colocados como fonte de liberdade ou libertação, agora eram colocados, justamente, como o oposto daquilo em que acreditávamos: esses elementos não passam de um meio que, até o surgimento de Foucault, a sociedade se utilizou para promover todo um sistema de dominação enraizado nos mínimos detalhes da vida. Não fosse Foucault, a humanidade jamais teria dado conta dos micropoderes que se estabeleceram em todas as redes das relações sociais.

Era a apoteose do novo, do rompimento com o passado que não trouxe a emancipação do Homem tão almejada; pelo contrário, mergulhou o mundo na barbárie, espalhou sangrentas guerras mundo afora, promoveu as maiores devastações nos lugares mais distantes em nome de uma ou outra ideologia e permitiu a ascensão de governos tirânicos que exaltavam a violência e a destruição que beiravam a insanidade, trazendo apenas dor e sofrimento aos seus povos. Pessoalmente, Foucault não era afeito a grandes demonstrações que provocassem escândalos mas os seus fiéis seguidores faziam o "serviço" pelo mestre. Ironicamente, para quem condenava qualquer manifestação de fanatismo, acabou sendo idolatrado por uma horda de fanáticos que tomou de assalto os departamentos de Ciências Humanas em várias universidades do mundo inteiro¹⁷.

Poder e Saber são termos correlatos na teoria foucauldiana e conceitos centrais do ponto de vista analítico. Sob esse prisma, Poder e Saber são os elementos mediadores que exigem a separação do sujeito constituído do sujeito constituinte da história. No intercâmbio desses dois termos, encontra-se, para Foucault, a produção da verdade. Não estamos falando aqui do Poder no sentido tradicional, do "poder político", "poder do Estado", etc. Estamos a falar do Poder em todas as instâncias em que ele se manifesta, especialmente em sua dimensão microfísica, que atinge as pessoas nas questões mais elementares e cotidianas, que implica em uma repressão imperceptível para a maioria dos mortais comuns, mas que se levanta aos olhos de todos como sendo o exercício da dominação. Na teoria foucauldiana:

¹⁷ Ver José Guilherme Merquior, *Foucault ou o nihilismo de cátedra*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Apesar da existência de vários foucauldianos na Academia brasileira, essa obra foi recebida com uma certa frieza no país, seja em função do poder de fogo intelectual do autor como também em função do estilo reconhecidamente autoritário de Merquior.

"O sujeito é constituído por práticas de sujeição, que ele é um simples efeito de poder: o sujeito surge como resultado de um processo de individualização repressiva, através da observação, da punição e da disciplina"¹⁸.

Partindo desse pressuposto, no sentido de que o sujeito é um efeito do Poder, este se transforma no elemento mediador das relações inter-subjetivas. Como o Poder, para existir, deve ser exercido sobre pessoas e não sobre coisas, as Ciências Humanas formularam os diversos discursos - Medicina Social, Psiquiatria, Direito - para aprisionar o Homem na clausura do Poder. Fica bem claro onde Foucault pretende chegar: todo discurso enunciado traz a marca do Poder em suas costas. Onde, o gerador do Poder é o próprio Saber configurado nas diversas práticas sociais relacionadas aos mais variados temas. Segundo Foucault, esses discursos que se sucedem temporalmente - denominados por ele de *epistemes* - encontraram seu campo mais fecundo na inauguração da modernidade no século XVIII. Todas as alterações anteriores ao Iluminismo tinham, de certa forma, ainda um conteúdo eminentemente místico com relação ao Saber. É o caso da injeção de poções para expulsar os demônios do corpo dos loucos, ou a confissão através da dor e do sofrimento (o suplício) para dirimir uma alma pecaminosa. A Idade Clássica (francesa) é o lugar onde os mecanismos de combate à loucura e aos marginais começam a tomar uma forma racional e até teleológica: as reformas penais que são efetuadas servem para aprimorar a vigilância carcerária; os hospitais servem como forma de excluir os doentes (mentais ou físicos). Nenhuma palavra sobre o conteúdo prático dessas medidas - mesmo que eivadas de um conteúdo ideológico capaz de interligar a teoria com a prática de uma determinada sociedade.

A pesquisa foucauldiana é norteada pela busca incessante das mudanças formais e estruturais dos discursos - uma Genealogia. O método é emprestado de Nietzsche, e não deve ser entendido como a busca da *origem* de um determinado conteúdo. Não deve ser confundido, também, com qualquer tentativa de rastreamento com relação a uma história das ciências. A *episteme* deve servir como um modelo que é adotado num determinado momento da história, oferecendo uma unidade para o discurso que é enunciado. Porém, não se deve esperar nenhuma unidade do pensamento ao final da pesquisa, pois a própria essência do método genealógico é a dispersão do conteúdo inicialmente totalizante.

¹⁸ Cf. Sérgio Paulo Rouanet, "Poder e Comunicação" in *As Razões do Iluminismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 147-92. Fora da Academia, o ensaísta é um dos principais defensores da obra de Foucault no país e um dos poucos que polemizaram com Merquior quando do lançamento de *Foucault ou o nihilismo de cátedra*, op. cit.

"A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à Ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico"¹⁹.

Ora, temos agora o verdadeiro alvo da crítica que Foucault pretende fazer da Ciência moderna. O Poder se origina, não mais pela disputa de posições hegemônicas dentro da sociedade ou de interesses divergentes entre grupos sociais, mas pela tendência da Ciência em procurar ordenar *toda e qualquer* forma de saber, procurar uma certa unidade entre teoria e prática de sujeitos socialmente integrados. Não se trata de falar de conflitos sociais em sua acepção mais conhecida, mas de uma coerção que vem da, e implica na, existência da própria Ciência. Nenhum discurso que busque uma exposição teórica que tenha condições de proporcionar uma unidade objetiva ao conhecimento não merece qualquer consideração e deve ser descartado. O endereço do alvo dessa crítica? O marxismo e o freudismo.

Esses grandes sistemas de explicação, da história e da mente humana, esses saberes (para usarmos uma linguagem foucauldiana), criaram apenas novas formas de dominação e alastraram os micropoderes por toda sociedade. São esses poderes pelos quais Foucault se interessa nos seus trabalhos, pois eles servem para promover a funcionalidade da sociedade no seu dia-a-dia. Nas palavras de Foucault, servem para "esquadrinhar", "disciplinarizar", "normatizar", o campo social e político, econômico e cultural. Esse Poder está em todos os lugares, provém de todas as direções e atinge todas as pessoas. Ele é onipresente, onisciente e onipotente. Tudo o que o Homem possa vir a aspirar é um desejo criado de antemão, pela vontade do Poder (e não *de* como em Nietzsche).

Os ataques de Foucault contra a moderna sociedade não têm como alvo apenas as teorias totalizantes como o marxismo e a psicanálise. Esses ataques têm como objetivo, também, atingir as Ciências - todas em seu conjunto - enquanto um ordenamento coerente da teoria e prática sociais na busca de uma apreensão objetiva da realidade. Foucault e seus seguidores vêem na Ciência o principal pilar de sustentação da reprodução do Poder e da dominação, que criou uma rede intercambiável de relações negativas para a sociedade com as suas verdades que serviam, apenas, para "disciplinar e esquadrinhar" ela mesma. Conceitos como alienação e reificação, tão importantes na Teoria Social e na Estética, foram lançados para sempre no abismo do

¹⁹ Ver Michel Foucault, "Genealogia e Poder" in *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1984, pp. 68-78.

esquecimento. De quem é a responsabilidade por esse estado de coisas? Dos formuladores do Saber em todas as áreas, principalmente os intelectuais.

Isto porque, os intelectuais se acostumaram a falar pelos outros, como se fossem "iluminados" (termo bastante usado na década de 80 nos meios universitários), pelo seu Saber e, por isso, pensavam que tinham livre acesso aos desejos e frustrações de todo gênero humano. A prática aconselhada pelo mestre parisiense, era o de deixar fluir pela boca dos próprios agentes o seu próprio discurso. Como nem sempre os editores de jornais, revistas, televisão, estão abertos a todos os canais subjetivos de expressão, era preciso, pois, ouvir e representar os desejos e ansiedades dos próprios agentes em questão: prisioneiros, homossexuais, loucos etc. No tocante a essa questão, é bastante esclarecedora uma conversa entre Gilles Deleuze e Foucault realizada em março de 1972. A conversa toda é uma digressão sobre o intelectual contemporâneo e a representatividade que ele possui numa sociedade constituída de complexos interesses individuais e coletivos. Todo diálogo se passa com trocas de gentilezas recíprocas que faz lembrar a situação de dois cavalheiros que não conseguem passar pela mesma porta porque nenhum deles quer ser o primeiro.

Gilles Deleuze: "Nós somos todos pequenos grupelhos. Não existe mais representação, só existe ação: ação da teoria, ação da prática em relações de revezamento ou em rede" (seja lá o que isso quer dizer).

Michel Foucault: "O intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência. Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber, elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem"²⁰.

Assim, todas as reformas propostas desde os iluministas - e outras antes deles -, serviram apenas para ampliar ainda mais o controle sobre os indivíduos e contribuíram para espalhar os micropoderes para disciplinarizar o corpo e a mente de toda sociedade. Sob esse aspecto, somos tentados a endossar a afirmação de Merquior no sentido de que a visão foucauldiana acerca do Iluminismo é a de um totalitarismo comparável ao fascismo e ao stalinismo. Com efeito, Foucault radicaliza a sua visão de sociedade ao afirmar que o Homem moderno, em sua longa trajetória, se auto-iludiu no seu papel de sujeito histórico e, na verdade, todo o processo social dos últimos trezentos anos não passou de um processo para transformar o Homem num ser dócil aprisionado nas malhas do poder. Essa constatação ocorre quando ele analisa as reformas humanizantes das prisões propostas por Cesare Beccaria no século XVIII. Essas reformas,

²⁰ Ver "Os intelectuais e o poder" in *Microfísica do poder*, op. cit. pp. 69-78. Os parênteses, obviamente, são meus.

segundo Foucault, representam, apenas, um aperfeiçoamento das sanções, novos meios de vigilância e uma mudança na perspectiva de se olhar a punição.

"Sob a humanização das penas, o que se encontra são todas essas regras que autorizam, melhor, que exigem a 'suavidade' como uma economia calculada do poder de punir. Mas elas exigem também um deslocamento do ponto de aplicação desse poder: que não seja mais o corpo, com o jogo ritual dos sofrimentos excessivos, das marcas ostensivas no ritual dos suplícios; que seja o espírito ou antes um jogo de representações e de sinais que circulem discretamente mas com necessidade e evidência no espírito de todos"²¹.

Quando situamos toda essa produção no seu devido contexto, numa visão retrospectiva, ela não produz nenhum efeito surpreendente. Pelo contrário. Os anos 70 são de ressaca para grande parte da intelectualidade européia. Na França, Claude Lévi-Strauss, Louis Althusser e Jacques Lacan pareciam ter entrado em recesso - em maior ou menor período de prolongamento. O semiólogo Roland Barthes, talvez o menos inclinado para o *show-bizz* da *Rive Gauche*, apresentava os seus escritos de forma esporádica. De Jean-Paul Sartre já não se esperava muita coisa, pois desde meados da década de 60 afastara-se das questões mais polêmicas, com um silêncio que guardava uma grande derrota intelectual²². Mas Foucault, e a nova legião de pós-estruturalistas como Jacques Derrida, Gilles Deleuze e Felix Guattari, ascenderam majestosamente aos palcos das universidades parisienses. Com a ânsia de mostrar que tinham coisas muito novas para anunciar, não é surpreendente a gama de variações temáticas que buscavam em seus estudos e as pseudo-inovações que pretensamente traziam para um público sedento de novidades: a revolução molecular, o Anti-Édipo, as pulsações políticas do desejo, o inconsciente maquínico, Esquizoanálise, a cartografia do desejo, o desconstrutivismo, o conhecimento rizomático e outras balelas. É essa a imagem triste e pobre que os pós-estruturalistas terão para mostrar da vida moderna.

"Submetidos a isso por um momento, percebemos que não há liberdade no mundo de Foucault, porque sua linguagem compõe uma teia inconsútil, um cárcere no qual nenhum sopro de vida pode entrar. Estranho é que tantos intelectuais da atualidade parecem querer definir lá dentro, com ele. A resposta, eu creio, é que Foucault oferece a toda uma geração de refugiados dos anos 60 um alibi de dimensão histórica e mundial para o sentimento de passividade e desesperança que tomou conta de tantos de nós nos anos 70. Inútil tentar

²¹ Michel Foucault, *Vigiar e Punir*, Petrópolis: Vozes, 1986, p. 91. A primeira edição francesa dessa obra é de 1975.

²² Para uma análise bastante pertinente do ambiente intelectual desse período ver Perry Anderson, *A crise da crise do marxismo*, São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 37-64.

resistir as opressões das injustiças da vida moderna, pois até os nossos sonhos de liberdade não fazem senão acrescentar mais elos à cadeia que nos aprisiona; porém, assim que nos damos conta da total futilidade disso tudo, podemos ao menos relaxar"²³.

Mas nem tanto. Se o emaranhado de futilidades e pseudo-inovações do pós-estruturalismo não causava estranheza, o mesmo não se pode falar em relação aos estragos deixados por essa corrente de pensamento que contaminou grande parte do ocidente. O seu herdeiro mais presente na atualidade é uma coisa bizarra denominada "Politicamente Correto", e encontrou nos EUA - mas não apenas nesse país - o campo mais fértil para se disseminar. No Brasil, felizmente, o PC não encontrou, ainda (é bom que se frise), espaço para o seu crescimento, porém já começa a dar os primeiros sinais de evidência em alguns meios intelectuais muito ligados à influência da cultura americana.

O discurso PC iniciou-se subrepticamente nas universidades (aonde mais poderia ser?) americanas ao final da década de 70 e cresceu na década seguinte como erva daninha num jardim abandonado. A onda do PC prega, como ponto de partida, que todo discurso acadêmico tem que ser reescrito e todo currículo reavaliado porque foram escritos e formulados por pessoas do sexo masculino, brancas e de origem cristã. Nenhuma minoria teve voz ativa quando da concretização desses projetos universitários e, portanto, são todos arbitrários, repressores, impositivos e parciais, porque determinam previamente uma visão de mundo. Apelando para um discurso de respeito às diferenças (um pseudo-multiculturalismo), o discurso PC quer revitalizar todo tipo de conhecimento que foi deixado de lado ao longo da história pelas academias americanas, apegando-se num ultra-relativismo sem fronteiras. Tudo passa a ser encarado a partir de uma perspectiva sexista e racista.

O início dessa *Guerra Santa*, verdadeira cruzada contra o falocentrismo, seria uma remodelação do vocabulário cotidiano utilizado nas universidades mas que deve ser espalhado por toda sociedade - em rede como diriam os pós-estruturalistas -, através das escolas, locais de trabalho e outros locais de convívio social - se é que sobrar algum depois dessa cruzada de fanáticos e radicais que acreditam em idéias tão simplistas como essas. Isto porque, as palavras carregam um sentido muito forte que é internalizado pelas pessoas, atingindo a sua auto-estima e impedindo a emancipação dos indivíduos enquanto seres humanos. O primeiro alvo a ser atingido é o vocabulário utilizado para designar os gêneros. Falar em Homem para designar a humanidade, não pode; falar em *um* Deus também, mesmo porque ninguém sabe se Deus é

²³ Cf. Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, op. cit. p. 34-5. O subtítulo dessa belíssima obra é justamente "a aventura da modernidade", que nos traz um relato, às vezes, melancólico da modernidade, mas aberto às mudanças empreendidas pela ação dos homens.

masculino ou feminino; vários trabalhadores, para designar um determinado segmento, também é proibido, pois está se excluindo *as trabalhadoras*, e assim por diante. Na década de 80, muitos autores americanos se viram obrigados a recheiar os seus textos com o uso infundável de termos no masculino e feminino para não parecerem incorretos perante a legião de censores do PC: os homens e as mulheres, os trabalhadores e as trabalhadoras, os escritores e as escritoras, os meninos e as meninas etc. Quem não se adequasse às regras poderia ser apedrejado (num sentido nem tanto metafórico) tal como ocorria literalmente no Irã com as mulheres que ousassem não usar o *shador*.

A segunda meta seria recuperar o tempo perdido para as minorias oprimidas como as mulheres, os negros e os homossexuais. Como eles foram, histórica e socialmente, marginalizados, era preciso dar voz aos seus anseios, às suas vontades e aspirações, com o intuito de promover uma maior igualdade e recuperar a auto-estima daqueles que foram tão humilhados no passado. O início de uma missão tão nobre começaria com uma revisão radical das palavras utilizadas para designar essas minorias: os negros passariam a ser chamados de "afro-americanos"; os homossexuais de "gays"; o obeso e o baixinho devem passar a ser chamados de "pessoas de dimensões diferentes"; os perdedores são "aqueles que conseguiram pouco", numa infundável lista de eufemismos e termos complicados que ficamos a imaginar quem são esses homens (e essas mulheres) que ficam o dia todo a pensar nessas coisas tão grotescas.

Daí para as coisas que devem ser ensinadas nas escolas para que as novas gerações não repitam a grosseria dos homens brancos cristãos do passado. Temos que ser abertos a todos os tipos de conhecimento, valorizar a literatura e a história das minorias étnicas, dos vencidos, dos marginais, colocando-as num primeiro plano - numa inversão radical da cultura predominante. Na literatura ocidental, nada mais opressivo do que a iniciativa do crítico Harold Bloom de escrever sobre um *Cânone*, ou seja, uma sistematização dos maiores literatos e suas respectivas obras ao longo da história. Nele estão presentes, entre outros, Dostoievsky, Milton, Dante Alighieri, Balzac, Flaubert, Proust, Kafka, Joyce e, no topo da lista, como uma escolha pessoal do autor, Shakespeare. Mas nenhuma mulher nessa lista? Nenhum escritor africano, chinês, indiano ou coisa parecida²⁴? Desse modo, os propagadores do PC acham que os programas universitários de literatura devem ser totalmente revistos. Não é de se estranhar que na década de

²⁴ A Academia Sueca que escolhe anualmente o ganhador do Prêmio Nobel de Literatura parece ter, pelo menos, se sensibilizado com a onda PC. Ela tem alternado a concessão do Prêmio a escritores de várias nacionalidades, de diferentes origens étnicas, nem que para isso a qualidade da obra dos premiados tenha sido bastante diferente entre si. Apesar disso, temos encontrado pouquíssimas mulheres nesse grupo - o que deve irritar profundamente os grupos feministas mais radicais.

80, escritores como Bukowski e Kerouac passaram a ser leituras obrigatórias em várias universidades americanas.

Por outro lado, os currículos e os livros de História, igualmente, têm que ser revistos para que possamos ensinar uma história mais verdadeira às nossas crianças. A história foi construída, desde sempre, para preservar os privilégios dos homens brancos cristãos que ocultam os fatos deliberadamente para manter o exercício da dominação. Em parte isso é verdade. Mas, daí a condenar Cristóvão Colombo como o maior genocida da história e Thomas Jefferson, porque foi proprietário de escravos, Melville, autor de *Moby Dick*, porque não possuía consciência ecológica e outras teses revisionistas sem muito fundamento, vai uma grande diferença. Todos nós gostaríamos que o povo e a cultura dos quais fazemos parte tivesse tido um passado mais glorioso e que tivesse determinado os rumos da história. Porém, sabemos que nem sempre isso irá acontecer pelo simples fato de que é impossível mudar certas coisas do passado.

Quanto à questão racial, o que assusta no discurso PC é a sua virulência associada a um simplismo grotesco. O sonho de Martin Luther King transformou-se num pesadelo. Todos os males que assolam a vida dos negros é debitada ao passado escravista da sociedade americana. Sob esse argumento, os defensores do PC querem impor a leitura de autores africanos para que os negros não se afastem de suas origens. Na verdade, a origem de todos nós é africana, por isso, a obrigação que temos de rever o nosso conceito de cultura. Os negros americanos devem olhar a África com ternura, pois ela representa o seu passado e, talvez, o seu futuro. Para os que acreditam em grandes conspirações, a história foi toda ela uma conspiração. O grupo radical *A Nação do Islã*, cujo líder, Louis Farrakhan, defende uma nação negra separada dos EUA, prega que a origem de toda escravidão é devida aos judeus. O que se vê, então, para as minorias americanas é a obrigação de se sentirem vítimas de algo maior e do qual elas não podem se defender. Quanto mais vulneráveis esses grupos puderem se apresentar, mais facilmente podem justificar a sua situação sócio-econômica, a sua marginalização do processo social e podem se opor com mais radicalismo. Todavia, é duvidável que a simples utilização de eufemismos e neologismos e o complexo de vitimização possam, de fato, recuperar a auto-estima das minorias e fazê-las acreditar que pertencem à uma sociedade mais ampla e não estão presas a um determinismo sexual, racial ou religioso. Como escreveu o crítico de arte americano Robert Hughes:

"Queremos criar uma espécie de Lourdes lingüística, onde o mal e o infortúnio são afastados por um mergulho nas águas do eufemismo. O inválido levanta-se de sua cadeira, ou sente-se melhor sentado nela, porque alguém decidiu que, para fins oficiais, ele era 'fisicamente prejudicado'? O homossexual acredita que os outros o amem mais ou menos

porque é chamado de 'gay' - termo revivido da gíria criminal inglesa do século XVIII, que implicava prostituição ou viver de expedientes? O ganho líquido é que arruaceiros que antes davam porrada nos homossexuais hoje dão porrada nos gays²⁵.

E essa pergunta poderia ser estendida aos negros, aos índios, aos chineses e às mulheres que querem um ambiente de trabalho asséptico para que não sejam vistas sempre como objeto de desejo e todas as minorias que passaram a ser alvo da proteção dos defensores do Politicamente Correto. Na verdade, o apego às vítimas da história, as minorias étnicas, sexuais, raciais ou de qualquer outra natureza, transformou-se, na realidade, num culto à intolerância e à incapacidade de forjarmos um projeto social baseado na justiça e na igualdade, escapando do conformismo imobilizador característico do discurso radical, vazio de conteúdo e inconsistente em suas ações.

Educação e o Novo Humanismo

Nenhum século teve o seu final tão alegremente antecipado do que o século XX. Ao final do ano de 1999, legiões de fanáticos religiosos, artistas, arrivistas, novos ricos e milionários, já comemoravam a chegada do século XXI. Muito se falou dos casais que planejaram o nascimento de seus filhos para o primeiro dia do terceiro milênio. Apesar de saberem que tudo isso era falso cronologicamente, o que valia era o clima da chegada de um ano cujo número contendo três zeros em seqüência, é cercado de misticismo por todos os lados. Outros anunciavam a proximidade da Era de Aquários que se iniciará somente daqui a duzentos anos. Mas não era isso que antecipava o final do século. Muito antes, já se falava nas cidades, nos carros, nas potências econômicas, nos computadores, no Homem, no modo de vida e, claro, na Educação, do século XXI. Sabíamos exatamente como deveria ser o próximo século com pelo menos dez anos de antecedência. Talvez, por isso, quanto mais o terceiro milênio ia se aproximando, o clima de decepção crescia proporcionalmente.

No entanto, mesmo com todos os desastres trazidos pelo pós-estruturalismo, ainda podemos respirar com certo alívio: o mundo não acabou, os modismos vão passando até serem sepultados pelo esquecimento, a vida prossegue o seu curso e novos modismos vão surgindo. O mais recente deles, não é tão radical quanto o anterior, mas promete transformações em um grau

²⁵ Ver *Cultura da reclamação*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Todo o livro é um ataque frontal ao comportamento Politicamente Correto e o seu congênere de direita, o Patrioticamente Correto. Robert Hughes desfia uma série de argumentos contra o radicalismo, o reacionarismo, o fanatismo e o relativismo sejam no campo da política ou da cultura, encontrando espaço, ainda, para lançar ironias sutis sobre esse tipo de comportamento bastante bizarro que é o PC.

tão elevado que só poderia ser comparado à época do Iluminismo. Por isso, a Educação do terceiro milênio se volta novamente para o Homem como centro de todas as coisas, mas sem a mesma onipotência do passado. É uma tentativa de construir um novo humanismo, fundado na liberdade, igualdade, fraternidade e solidariedade entre os homens. Lavoisier dizia que na natureza nada se cria, tudo se transforma. Na história da educação, igualmente, pouco tem sido criado, e muitas coisas do passado voltam a ser copiadas em moldes um pouco diferentes.

Em moldes diferentes mas não muito. A formação do novo Homem está calcada, em larga medida, nos valores consolidados pelo Iluminismo e recheados de algumas questões eminentemente atuais que foram incrementadas pelos intelectuais. A nova onda, que se espalhou pelos Departamentos de Educação de várias universidades européias, que promete criar novas bases para o convívio entre os homens do novo milênio, intitula-se multiculturalismo e parece que tem realmente algo a oferecer para nós. Os pregadores dessa corrente de pensamento, preconizam que a humanidade é constituída de diferenças culturais imensas e que devemos respeito a todas elas indistintamente mas sem cair no fanatismo da onda do Politicamente Correto. Mesmo no interior de uma sociedade essas diferenças continuam a existir, sejam no plano individual sejam no plano de pequenos grupos que pertencem à comunidade. Daí o imenso respeito e tolerância que devemos ter para com essas diferenças. O nível das relações sociais transcende o liberalismo clássico e, tampouco, coloca-as sob a análise a partir de princípios do marxismo - que tinha como pressuposto os conflitos sociais irreconciliáveis. Seria uma sociedade qualitativamente diferente de todas as outras que existiram anteriormente - sem descartar a experiência do passado, portanto, mantendo um certo grau de historicidade. Daí, o seu caráter aparentemente mais consistente que a simples defesa dos diferentes com base na onda do discurso Politicamente Correto.

Nesse sentido, a Educação do novo milênio deve ser centrada no sujeito e não voltada para a sociedade em si. É o indivíduo, em primeiro lugar, que merece ser alvo de nossas atenções e é a partir dele que as grandes transformações podem ocorrer. Algo do tipo: "nada muda se você não mudar". Essa concepção de Educação encara o Homem a partir de uma visão holística, qual seja, que ele não é determinado, *a priori*, apenas, pelas suas condições materiais de existência (o marxismo); que as suas ações não são determinadas apenas pelo conflito entre *id*, *ego* e *superego* (a psicanálise); ou mesmo, que a liberdade individual define a liberdade da coletividade (o liberalismo). A visão holística do Homem pressupõe que a vida é um conjunto muito mais amplo que a sociedade, a política e a economia tomadas isoladamente. É preciso estabelecer, então, novas relações nesses campos também, mas temos que nos voltar para as relações intersubjetivas mais transcendentais, a preservação do meio ambiente, a questão do lixo e a poluição ambiental.

Para tanto, os antigos modelos (os acadêmicos preferem paradigmas) de sociedade e de organização política, que impõem as decisões de cima para baixo, estariam ultrapassados.

De fato. Aceitar o desafio de formar o Homem com base nessas expectativas não se constitui numa tarefa exequível dentro do modelo político e educacional que encontramos em nossa sociedade no presente. Isto porque, busca-se estabelecer relações de convívio em patamares muito mais elevados partindo de dentro de uma estrutura pré-estabelecida e habituada ao modo de vida que se pretende mudar radicalmente. A Educação do terceiro milênio, voltada para a paz, a tolerância e a solidariedade, necessita estabelecer novos padrões morais e éticos capazes de levar adiante o seu projeto de Homem e sociedade. Seria uma sociedade baseada na busca da justiça social, da solidariedade, da inclusão dos marginalizados, da tolerância e respeito para com as diferenças, harmonizando a relação sempre tensa entre indivíduo e sociedade que caracterizou o nosso modo de organização social, especialmente a partir da Idade Moderna. Uma sociedade inclusiva seria, justamente, aquela que proporcionasse as condições necessárias para conciliar um grau mais elevado de liberdade individual, de igualização das oportunidades entre todos e, ao mesmo tempo, assegurasse as condições dignas de existência para as minorias que foram historicamente oprimidas.

Ao mesmo tempo, uma Educação para a Paz tem que estar voltada, também, para o exterior do Homem. Ao longo de nossa evolução histórica, principalmente sob a égide do capitalismo, o Homem se auto-concebeu como o senhor absoluto da natureza. Em nome dessa onipotência, ocupamos quase todos os espaços econômicos disponíveis do planeta, não poupamos os recursos naturais em nome de um pretenso progresso das condições de vida da população e, também, não nos importamos com os detritos que eram lançados no ar pela queima de combustíveis. Assim, transformamos a natureza, mas também provocamos mudanças irreversíveis do meio ambiente. O resultado foi que, os espaços econômicos aproveitáveis e os recursos naturais (inclusive a água) estão se esgotando rapidamente; o ar que respiramos encontra-se cada vez mais degradado - o que provoca várias doenças no sistema respiratório. Cidades como São Paulo, Bangcoc e México, há muito já passaram do limite tolerável no que se refere à falta de qualidade do ar. Para abrigar uma população de 6 bilhões de pessoas - e que deve ultrapassar os 9 bilhões em 2050 -, será preciso um esforço sobre-humano para garantir um mínimo de qualidade de vida para toda a humanidade.

Será a Educação para a Paz, tolerante, solidária e inclusiva, capaz de respeitar as diversidades culturais e individuais, uma "utopia realista"?

Talvez. Depende de qual concepção de Homem estamos partindo. No século XVII, Thomas Hobbes escreveu que o mal é inerente ao Homem. Se deixado no seu estado de natureza, o Homem colocaria em prática todo o seu egoísmo e a vida teria como regra a violência

generalizada, pois ninguém mediria esforços para alcançar os seus objetivos. Seria a luta de todos contra todos. "O homem é o lobo do homem", é a máxima hobbesiana. Por isso, ele justificava o governo absolutista como o único meio de salvaguardar os interesses dos mais fracos, ao mesmo tempo que serviria como freio às ambições descontroladas dos mais fortes. Em nome da sobrevivência da comunidade, os homens estabeleceram um contrato social, outorgando ao monarca absolutista o papel de manter a ordem e a paz, impedindo que a vida degenerasse no caos e na anarquia. O soberano é aquele que julga sem ser julgado; onde todas as divergências convergem na busca de uma solução pacífica. Assim, o Homem conseguiu estabelecer regras mínimas de justiça e tolerância necessárias ao convívio social, onde todos tivessem o seu direito à sobrevivência assegurado. É certo que essas regras estavam bem longe do ideal, mas não podemos negar que fazem parte de uma explicação bastante coerente e que serviu adequadamente para a afirmação dos Estados Nacionais.

É uma concepção de homem extremamente pessimista; todavia, contém uma lógica interna admirável. No entanto, a tradição liberal - em especial com o Iluminismo - mostrou também que é possível conceber o Homem não apenas em seu estado de natureza. A sociedade, a cultura e a própria história servem para aprimorar as condições materiais e morais do homem. Qual seja, temos que imaginar uma realidade dinâmica, onde o determinismo biológico é, se não suplantado, amenizado pelos valores morais e culturais engendrados pelo convívio social. Os iluministas em geral eram elitistas, mas mesmo assim depositavam uma confiança muito grande (talvez até exagerada) de que o Homem era um ser passível de ser modificado através do esclarecimento. Se se fosse dada a ele a oportunidade de conhecer realidades diferentes, o Homem poderia aprender e aperfeiçoar a sua própria existência. Ao combater os privilégios de nascimento, implicitamente, os liberais estavam afirmando que o valor do Homem não é determinado pelo nascimento, mas por aquilo que ele aprende e realiza ao longo de sua existência. Daí, a suprema importância da liberdade, pois sem condições de escolher jamais podemos ter o exato valor do indivíduo enquanto ser moral e social.

Se tenho condições de escolher entre o bem e o mal, o justo e o injusto, a virtude e o vício, o valor se encontra justamente no ato da escolha que leva à realização de uma ação. Mesmo porque, o absoluto moral não existe - a não ser, obviamente, para aqueles que acreditam cegamente em alguma doutrina, seja ela religiosa ou política. Por isso, o dilema moral, ético, do indivíduo e da sociedade, não depende, exclusivamente, do grau de instrução adquirido mas está ligado a outras raízes que podem ser plantadas ou fortalecidas dependendo das circunstâncias. Como não existe um "imperativo ético", pelo menos formalmente estabelecido, o Homem é livre para tomar as suas próprias decisões e fazer os seus julgamentos acerca de si mesmo e dos outros. É diferente nas sociedades totalitárias, onde se tentou, justamente, estabelecer todas as

regras de conduta antecipadamente, imaginando que a sua simples existência faria dos homens seres mais justos, honestos e bons. O ser humano é bem mais complexo do que imaginam os governantes totalitários e toda linhagem de moralistas que já pensaram em reformar a sociedade somente a partir dos seus aspectos morais.

Conjugando os vários aspectos da história das idéias, podemos imaginar que não é impossível almejarmos um indivíduo propenso a aceitar pequenas mudanças no que se refere à sua conduta moral.

"O que nos leva a acatar uma norma de conduta? Por que submetemos nossas ações, com maior ou menor freqüência, a restrições externas, mesmo quando estas conflitam com o nosso desejo ou benefício imediato? Qual a motivação individual de fazer coisas como, por exemplo, cumprir as leis, pagar impostos, dizer a verdade, não atirar lixo na rua, ser pontual, entrar em fila, respeitar o farol, não colar etc., e isso independentemente da relação que tais coisas possa guardar com o nosso auto-interesse?"

(...) A adesão mais ou menos generalizada [a uma norma de conduta] pode ser atribuída a três fatores básicos: submissão, identificação e internalização.

No caso da *submissão*, a adesão à norma se dá por força da ameaça de sanção externa dos infratores. A decisão resulta de um processo deliberativo racional. A punição é o preço do crime. (...)

A *identificação* é a adesão a normas motivada pelo exemplo e pelo desejo de conquistar ou manter a boa opinião dos demais. Pago imposto porque as pessoas que mais prezo e admiro assim fazem e sinto-me bem pelo fato de, como elas, também fazê-lo. O desejo de estar bem comigo mesmo e de comandar o apreço e o respeito daqueles a quem prezo e admiro atuam aqui como incentivos ao cumprimento da norma.

(...)

Finalmente, a *internalização* é a decisão de acatar a norma com base numa reflexão ética. Pagarei o imposto *x*, embora pudesse sonégá-lo impunemente. Não me importa, também, o que farão ou poderão pensar os outros. Pago porque acredito tratar-se da conduta sã e razoável. O imposto *x* é um tributo justo e estou convencido de que a vida em sociedade requer, de cada um de nós, o respeito a um conjunto de regras de interesse comum. Não pagar significaria violar a regra e lesar a comunidade"²⁶.

Dos três fatores que levam à adesão a uma determinada conduta, a primeira, a submissão, isoladamente, não é suficiente. Pois, apenas o medo não basta para que o indivíduo obedeça *sempre* a mesma regra. Se dependesse apenas do Terror para erigirmos uma sociedade mais

²⁶ Ver Eduardo Giannetti da Fonseca, *Vícios privados, benefícios públicos?*, op.cit. p. 88-9.

justa, os modelos totalitários seriam a sua criação mais acabada. A segunda, a identificação, é válida para comunidades que apresentam um grau de homogeneização de interesses e de *status* social bastante grande. Não é o caso das sociedades modernas e, muito menos, a situação internacional do mundo contemporâneo. Resta-nos, o terceiro fator - a internalização. A esperança de que determinada conduta moral possa ser internalizada responde em grande medida à expectativa de uma Educação voltada para a formação do Homem, e não apenas voltada para a reprodução dos conhecimentos acumulados ao longo do tempo.

Mas, para que ocorra a internalização dos valores éticos de uma sociedade é preciso que a Educação esteja de acordo com dois princípios: o da alteridade e o da intencionalidade. O primeiro diz respeito à crença de que os homens podem ser modificados no seu comportamento social e na sua conduta ética, sendo capazes de tomar decisões livremente, sem que se torne necessária a coerção de uma autoridade colocada acima deles. É uma perspectiva iluminista, rousseauísta se se preferir. Mas também kantiana no sentido de que a mudança tem como finalidade a emancipação do indivíduo. A segunda se refere aos meios utilizados para se alcançar o primeiro princípio. De nada valerá se qualquer um dos princípios for imposto à força aos homens, pois, neste caso, estar-se-á negando toda concepção elaborada anteriormente baseada na liberdade e na autonomia dos indivíduos. É uma concepção racionalista, no sentido de que as nossas ações não são destituídas de sentido e que somos capazes de visualizar os seus efeitos, benéficos e maléficos, para a coletividade. Ou seja, retomamos a capacidade de promovermos um juízo acerca do presente e do futuro da humanidade. Quando comparamos esses novos discursos acerca da Educação com os discursos elaborados pelos pós-estruturalistas, ficamos com a impressão de que se constitui num imenso avanço para toda sociedade. Todavia, essa impressão pode ser real ou apenas corresponder à uma ilusão. É isso que retomaremos no terceiro capítulo.

CAPÍTULO 2

A EMERGÊNCIA DAS EXPECTATIVAS

Neste capítulo iremos tratar das grandes transformações sociais e econômicas vividas pela humanidade na segunda metade do século XX. Essas transformações não significaram apenas a simples mudança de hábitos e comportamentos, mas também um substancial incremento das demandas sociais que acabaram gerando um dos períodos de maior prosperidade na história da humanidade. Na realidade, o que se pretende retratar é a criação do Estado do Bem-Estar Social nos países do capitalismo avançado e as suas repercussões nos países periféricos, que acreditaram num processo de industrialização como única forma de vencer o atraso histórico de suas estruturas econômicas e sociais. Os resultados dessa aposta não foram pífios, mas tampouco podemos dizer que foram capazes de criar sociedades que apresentassem um mínimo de homogeneidade em seu interior. Ao contrário, o modelo adotado acabou gerando um grau de desigualdade no interior das sociedades subdesenvolvidas, que apenas se acentuou nas últimas décadas com a adoção das práticas neoliberais sem nenhum critério mais consistente se não o de reproduzir aqui o discurso feito nas altas esferas das organizações internacionais.

O presente capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira seção, procuramos descrever o contexto histórico que moldou o mundo na segunda metade do século XX com o final da Segunda Guerra e o advento da Guerra Fria e que alçou os EUA e a URSS à condição de maiores potências do planeta, com direito de intervir em todos os assuntos internacionais. A Guerra Fria desempenhou um papel decisivo para moldar as relações internacionais e também para o reordenamento das economias capitalistas nesse período. A segunda seção focaliza o período de prosperidade em várias partes do mundo, especialmente nos países capitalistas mais avançados, preocupados em reconstruir suas economias no pós-guerra. Fica evidente a importância da participação do Estado nesse processo como agente dinamizador do crescimento

econômico e os efeitos benéficos que essa intervenção acabou promovendo. Ao mesmo tempo, esse crescimento econômico implicou numa série de transformações sociais e culturais que foram marcantes ao longo de todo o século. O cenário da prosperidade tem tudo a ver com a competição dos países capitalistas com as economias socialistas na busca de maior eficiência na satisfação das necessidades individuais e coletivas. A terceira seção é voltada para as transformações que estavam ocorrendo no Brasil nesse período. A oscilação entre autoritarismo e democracia, populismo e golpismo, mostrava os limites da capacidade de nossas elites políticas em resolver os conflitos sociais dentro de um quadro constitucional. O que acabou prevalecendo foi, mais uma vez, a nossa tradição autoritária na defesa de privilégios que se reproduzem secularmente. Por fim, na última seção, analisamos as condições que permitiram o retorno do discurso conservador que se tornou hegemônico com a falência do Estado de Bem-Estar Social e todas as incongruências contidas no interior de um discurso que se pretende inovador apenas introduzindo o prefixo *neo* a uma ideologia bastante conhecida.

O cenário mais amplo

A segunda metade do século XX começou, de fato, em 1945. O final da Segunda Guerra Mundial marca um divisor de águas na nossa história. Em seis anos de combates, o conflito terminara com um saldo de 60 milhões de mortos, duas bombas atômicas que deixaram seqüelas na humanidade para todo sempre, o horror dos campos de extermínio, enfim, o retrato mais fiel da ilimitada capacidade humana de causar dor e sofrimento à nossa própria espécie. A Guerra havia sinalizado que havíamos alcançado um grau tão elevado de irracionalidade e bestialidade, que foi preciso tudo isso para acordarmos do torpor em que nos encontrávamos, e que nem mesmo o atormentado espírito de Goya poderia imaginar os limites a partir de onde o humano cede lugar aos instintos mais selvagens. Se tivéssemos que eleger o símbolo do horror e selvageria que marcou a primeira metade do século XX, poderíamos escolher, com certeza, a suástica e tudo o que ela nos faz lembrar acerca de nossa desumanidade.

Foi com alívio que o mundo recebeu a notícia de que a Guerra havia terminado na Europa em maio de 1945. Berlim, a capital do nazismo, estava destruída, Hitler e seus seguidores mais fiéis haviam se suicidado, mostrando como os nazistas concebiam o mundo em sua ilimitada ambição de dominar e destruir todos os povos considerados inimigos. Nos países vencedores - e nos outros que pensavam fazer parte do clube dos vencedores -, o clima de festa e alegria tomou conta de quase toda população - se não de toda população. Mesmo Paris, humilhada com a invasão nazista em 1940, festejava aquilo que parecia ser o fim de um pesadelo. Mas um

pesadelo bem real que deixou marcas profundas na sociedade francesa¹. O espetáculo da multidão nas ruas para comemorar, beber e cantar o retorno à vida cotidiana era comovente e parecia que havíamos recuperado o sentimento de fraternidade sufocado pelos horrores da Guerra. Quando se imagina ter visto pessoalmente as profundezas do inferno, mesmo a vida mais prosaica na terra pode parecer o paraíso prometido.

Todo esse clima e esse sentimento despertado pelo fim da Guerra, quando olhado retrospectivamente, tem um significado mais profundo. De certa forma, a Segunda Guerra foi o último momento de certeza quase absoluta de que uma parte da humanidade ainda confiava nos seus ideais mais elevados, como o Bem, a Justiça, a Liberdade e a Dignidade. Enquanto isso, uma outra parte representava a negação desses ideais tão caros aos nossos ancestrais. Por isso, a Guerra era vista, nos mais diversos meios sociais, como uma luta entre o Bem e o Mal, os defensores da liberdade contra aqueles que desejavam oprimir, os que assumiam o compromisso com a democracia e aqueles que pregavam a tirania. Foi um desses momentos raros e, aparentemente, agradáveis, de que se tem absoluta certeza dos motivos pelos quais estamos fazendo algo, mesmo que seja uma guerra. Quando a vitória dos Aliados foi anunciada em maio e em agosto de 1945, a imensa comoção que tomou conta das pessoas se devia ao fato de que a liberdade, mais uma vez, triunfara sobre a tirania e a opressão. Passou até despercebido o *detalhe*, por assim dizer, que ao lado dos vencedores posava na fotografia a URSS, comandada por Josef Stálin e um dos maiores tiranos que o mundo já conheceu. Até isso pareceu, num primeiro momento, um detalhe um tanto quanto irrelevante. A impressão generalizada era de que, apesar dos milhões de mortos e mutilados, havia valido a pena tanto sofrimento.

No entanto, em especial para as pessoas comuns, todo clima de alegria e confraternização deve ceder lugar, mais cedo ou mais tarde, à implacável realidade de nossas vidas. E começamos, então, a perceber, mais claramente, o mundo real que emergia dos escombros da Guerra. Podemos apontar quatro aspectos, todos igualmente importantes, que ressaltam, de forma decisiva, essa nova realidade².

O primeiro aspecto que salta aos olhos, é o enfraquecimento geral das antigas potências européias. Castigada por duas guerras no espaço de uma geração, a Europa viu as suas forças se

¹ Fora da Alemanha e da Áustria, foi na França que a presença do nazismo deixou marcas mais profundas. Quando Hitler invadiu a França, em 1940, vários grupos de extrema direita, inclusive de intelectuais, exaltavam a força e a virilidade demonstrada pelos alemães em contraste com a fragilidade francesa nos combates. As feridas deixadas pela questão do colaboracionismo na França ainda não estão, mesmo depois de sessenta anos, completamente cicatrizadas. Ver, por exemplo o artigo de Luis Felipe de Alencastro sobre o documentário da televisão francesa acerca do julgamento de Klaus Barbie ocorrido em 1987 e apresentado ao público somente em 2000 in *Jornal Folha de São Paulo, Caderno Mais!*, 19 de dezembro de 2000.

² Grande parte da discussão que se estabelecerá na seqüência está baseada na obra, imprescindível, de Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos: o breve século XX*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Para o autor, o século XX começa, historicamente, com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e se encerra, melancolicamente, com a dissolução da União Soviética, em 1991.

esgotarem em meio à destruição que ela mesma havia provocado. A Alemanha foi o país mais castigado pela Guerra, sofrimento esse ampliado pela insanidade dos nazistas. Ao final da Guerra, a Alemanha estava completamente destruída, o outrora maior parque industrial do continente teria que ser reconstruído a partir das cinzas deixadas pelas bombas dos aliados que colocaram abaixo as principais cidades do país. Mas não apenas a Alemanha sofreu com a destruição provocada pela Guerra. A França também se encontrava arrasada, não apenas material e economicamente, como também moralmente. O país foi atingido mortalmente duas vezes: a primeira, quando se ajoelhou, de forma humilhante, diante dos invasores nazistas, sem oferecer a resistência da qual os franceses se orgulhavam antes de começar a Guerra. O desfile do exército nazista diante do Arco do Triunfo, assistido por um orgulhoso Hitler, constituiu a suprema humilhação para qualquer francês partidário da liberdade. A segunda, ao final da Guerra, com as manchas deixadas pelo colaboracionismo, que espalhavam suspeitas e condenações por todos os lados. O marechal Pétain, herói da Primeira Guerra, foi julgado como traidor após a Segunda Guerra, e acabou sendo condenado à pena capital. Mesmo a Grã-Bretanha, orgulhosa do seu grande império que ocupava 3/5 das terras do planeta, viu o seu poder econômico e militar cada vez mais enfraquecido. Rapidamente, foi perdendo as suas antigas colônias, e assistiu, impotente, a libra esterlina ser substituída pelo fortalecido dólar americano como meio de pagamento nas transações internacionais. Pior do que nunca ter sido uma grande potência, talvez seja presenciar a própria decadência, sem poder alterar a trajetória dos acontecimentos.

O segundo aspecto marcante da nova realidade do pós-guerra, era a consolidação do poder dos EUA no cenário mundial. Apegados a uma política voltada para a hegemonia no continente americano, acanhados quanto aos assuntos europeus, os EUA se viram, desde o final da Primeira Guerra, alçados à posição de fiel da balança nos assuntos internacionais. Mesmo assim, ocupados com os desdobramentos da Crise de 1929, os EUA se mantiveram neutros na Guerra até fins de 1941, quando foram atacados pelos japoneses no Hawái. Geograficamente distantes do palco dos combates, contando com recursos naturais e fontes de energia quase inesgotáveis, os americanos puderam enfrentar os longos anos de luta praticamente sem serem atingidos militarmente, pois Pearl Harbor era uma base naval e não um centro urbano. Na duas vezes que os EUA entraram em guerra na Europa, a sua participação foi decisiva para determinar os seus resultados. Ao fim da Segunda Guerra, em função da nova configuração geopolítica que o mundo ia tomando, os americanos não puderam retomar à sua prática isolacionista - como havia caracterizado a sua política externa no passado. Assim, o país tomou a responsabilidade de influenciar os acontecimentos em todas as partes do mundo.

Num primeiro momento, os EUA trataram de garantir a sua presença e influência nos países da Europa Ocidental, devastados pela Guerra e incapazes de proporcionar a garantia de

suas próprias fronteiras. Num segundo momento, o país tratou de estender a sua influência no extremo oriente, onde travou uma guerra particular e desmedidamente sangrenta, praticamente sozinho, contra os japoneses. Após a vitória proporcionada pelos efeitos das duas bombas atômicas, lançadas em agosto de 1945 sobre as cidades de Hiroxima e Nagasaki, os americanos ocuparam o Japão, reorganizaram a sua economia, criaram um regime de governo parlamentar até então inexistente e, ainda, trataram de montar todo o sistema de Defesa da ilha, considerada, a partir de agora, um aliado estratégico dos EUA no novo contexto militar. Dessa forma, os EUA passaram a ser, reconhecidamente, uma potência mundial.

Em terceiro lugar, temos que mencionar a emergência da URSS no cenário internacional, posando como grande potência também vencedora da Guerra, e que, por isso, deveria interferir de forma mais decisiva nos acontecimentos do pós-guerra. No início do século XX, a então Rússia parecia estar condenada ao atraso político e econômico, dominada por um governo autocrático e por uma nobreza parasitária, proprietária de terras, que ostentava o seu luxo ao custo da exploração do trabalho de milhões de camponeses miseráveis. É verdade que a participação da Rússia na Primeira Guerra não foi tão vergonhosa, mas o seu desempenho, quando comparado com o desempenho das grandes potências, evidenciava uma nítida fragilidade militar do maior país em extensão territorial do planeta. Obrigada a sair da Guerra por causa da Revolução bolchevique, em 1917, a Rússia mergulhou em quatro anos de guerra civil, finalmente vencida pelo novo regime, que impôs uma nova organização econômica e política ao país, destruído duas vezes em menos de uma década.

Mesmo em 1921, com a consolidação dos bolcheviques no poder, era difícil imaginar que a Rússia sairia de seu secular estado de letargia, acostumada aos abusos dos autocratas que ocupavam o poder, indiferentes para com as necessidades da população. O novo regime prometia a construção da nação em novas bases, buscando o progresso e a prosperidade com muito sacrifício mas com liberdade ao povo. Talvez, Stálin não tenha entendido direito essa idéia, e passou a promover a modernização do país com o sacrifício *da* liberdade de toda sociedade. Sob o stalinismo, a agora URSS irá passar por uma profunda transformação econômica, saindo da condição de país agrário e atrasado, para a condição de segunda potência do planeta no espaço de duas décadas. Em detrimento de outros setores da economia, Stálin não poupou recursos - materiais e humanos - para fazer da URSS um país industrializado, especialmente no setor militar. A máquina de guerra soviética podia pecar pela qualidade de seus produtos, mas compensava eventuais falhas através da quantidade de equipamento e pela força e vitalidade dos seus soldados. Assim, surpreendeu todo o mundo quando se empenhou na resistência à invasão nazista ao seu território em 1941-2.

Com o moral elevado, apesar de todas as limitações, Stálin e o Alto Comando do Exército Vermelho, passaram à ofensiva, fazendo os alemães recuarem até as linhas de suas fronteiras. Como não haveria meios de negociar um acordo de paz, os soviéticos se lançaram sobre a Alemanha até chegar em Berlim, em abril de 1945. A participação soviética na frente oriental da Guerra foi decisiva, contribuindo para que, na frente ocidental, os Aliados pudessem libertar a França e também encurralar os nazistas dentro da própria Alemanha. A Guerra havia terminado, mas uma outra haveria de começar. A URSS também podia se proclamar como uma grande potência - se não mundial, ainda, ao menos na Europa e na Ásia.

Daí o quarto aspecto que será determinante na segunda metade do século XX: o advento da Guerra Fria e todos os seus desdobramentos. Habitou-se chamar de Guerra Fria, todos os movimentos empreendidos pelas duas potências fortalecidas militarmente no pós-guerra. Tanto os EUA quanto a URSS, se viram no direito de querer moldar a nova ordem internacional de acordo com os seus interesses econômicos, políticos e estratégicos. Como pano de fundo, havia a histórica disputa ideológica entre capitalismo e comunismo, que servia para acirrar ainda mais os ânimos dos governantes e tecnocratas que enxergavam um mundo, a partir de agora, irremediavelmente bipolarizado. A aliança estipulada pela Grã-Bretanha, EUA e URSS, para combater o nazi-fascismo na Europa, em 1943, na Conferência de Teerã, começou a ser rompida antes mesmo do final da Guerra. Em março de 1945, Winston Churchill, Franklin D. Roosevelt e Josef Stálin, reuniram-se na Conferência de Yalta (na Criméia) para rabiscar os contornos da Europa após a derrocada dos nazistas que era iminente. Ficou definido que os países libertados pelo Exército Vermelho, na frente oriental da Guerra, serviriam como países satélites da URSS, ficando preservados os interesses americanos na Europa Ocidental. A Grã-Bretanha, presente mais como observadora do que participante, consentiu com essa acomodação de interesses. Quando a Guerra se encerrou, em maio de 1945, os três países mais a França se reuniram nos arredores de Berlim na Conferência de Potsdam. Com a morte de Roosevelt, os americanos passaram a ser representados pelo Presidente Harry Truman, e a França era comandada pelo seu maior líder, Charles De Gaulle. Na Conferência, ficou decidido que a Alemanha seria ocupada pelas quatro potências vencedoras³ até que o país fosse reorganizado política e economicamente. Não haveria um Tratado de Versalhes que pudesse empurrar a Alemanha para uma crise que ela não suportaria enfrentar. A capital da Alemanha, Berlim, que ficava dentro da zona de ocupação da URSS, também seria dividida em quatro setores, mostrando a preocupação em não ferir as suscetibilidades dos vencedores. A Alemanha aceitou, resignadamente, todas essas disposições impostas pelos Aliados.

³ Com muita boa vontade, e um pouco de benevolência, a França passou a ser considerada como membro das potências vencedoras da Guerra.

Em 1947, com a intenção de amenizar a crise econômica nos países que compunham o seu bloco e, conseqüentemente, diminuir as tensões sociais, os EUA lançaram a iniciativa do Plano Marshall para a reconstrução da Europa e do Japão. Os empréstimos a serem feitos, todos a fundo perdido, teriam como finalidade, acelerar o processo de retomada do crescimento econômico após a Guerra, que estava ocorrendo de forma bastante lenta em todos os países. Na verdade, a intenção do Presidente Truman era combater o avanço das idéias comunistas dentro dos países da Europa Ocidental, onde um movimento operário vigoroso crescia em meio à crise econômica. A Doutrina Truman, como veio a ser denominada, generalizou essa luta contra o comunismo para todo o mundo e determinou, em grande medida, a aceleração da Guerra Fria. Isto porque, enquanto únicos detentores de armas nucleares e recursos econômicos disponíveis, os EUA pretendiam pressionar os soviéticos no sentido de não avançarem a sua influência além da linha determinada em 1945, ao mesmo tempo que procuravam mostrar o capitalismo como sendo um sistema mais eficiente do que o comunismo.

A resposta soviética a toda essa pressão, veio com o bloqueio a Berlim, isolando a capital dos outros setores de ocupação. A URSS imaginava que, talvez, pudesse obrigar a retirada dos soldados americanos, franceses e britânicos de dentro de sua zona de ocupação, mostrando, também, uma certa firmeza em seus propósitos militares e estratégicos. No entanto, a resposta americana surpreendeu a todos os analistas: numa operação ousada, os EUA mantiveram o abastecimento de Berlim através do estabelecimento de uma ponte aérea gigantesca, que chegou a realizar mil pousos num único dia. Os russos tiveram que recuar na sua idéia de colidir de frente com aquela que já podia se mostrar como a maior força militar do planeta. Porém, em 1949, a URSS também conseguiu testar, pela primeira vez, a sua própria bomba atômica e pôde, finalmente, passar a conversar em pé de igualdade com os EUA. O resultado foi a imposição da URSS, com a anuência dos Aliados, de dividir a Alemanha em duas partes, assim como a sua capital. A construção do Muro de Berlim, em 1961, foi apenas o ponto culminante da escalada da irracionalidade da nova ordem internacional que iria ser desenhada ao longo das décadas de 50 e 60, não apenas na Europa, mas também na África e Ásia onde operava um rápido e grandioso processo de descolonização das antigas áreas dominadas pelas principais potências européias. A Guerra Fria começava a determinar os rumos de como seria o mundo nas décadas subseqüentes⁴.

⁴ Nos anos seguintes, em todas as ocasiões em que foi impossível a vitória de um ou do outro lado, povos acabaram sendo divididos para atender aos interesses das duas potências. Foi o caso da Coreia, dividida em 1945 e que teve essa situação consolidada em 1953 com o fim da Guerra da Coreia e também o caso do Vietnã, dividido em 1956 na Conferência de Genebra. Sobre a cidade de Berlim, dividida em duas partes, separada por um muro a partir de 1961, ver o depoimento, um pouco romantizado, do escritor Inácio de Loyolla Brandão, *O verde violentou o muro*, São Paulo: Global, 1985.

Ao longo dos anos, a corrida armamentista não ficou restrita ao âmbito europeu. Ela se espalhou rapidamente por todos os pontos do planeta, englobando o Oriente Médio, a América Latina, a Ásia e os vários territórios africanos que estavam passando por um processo de descolonização. Ou seja, onde quer que os interesses estratégicos, ou pretensamente estratégicos, das potências estivessem em jogo, ocorreria uma intervenção - direta ou indireta - dos EUA e da URSS. Até a China será responsável por intervenções locais no contexto da Guerra Fria, como ocorreu na Coreia e, mais nitidamente, na Indochina. Todos esses lugares serão palcos, quando não laboratórios, para as potências exercitarem as suas forças e a introdução de novos armamentos que alimentava, numa lógica absurda, a corrida entre as duas forças mundiais.

"Os dois lados viram-se assim comprometidos com uma insana corrida armamentista para a mútua destruição, e com o tipo de generais e intelectuais nucleares cuja profissão exigiam que não percebessem essa insanidade. Os dois também se viram comprometidos com o que o presidente em fim de mandato, Eisenhower, militar moderado da velha escola que se via presidindo essa descida à loucura sem ser exatamente contaminado por ela, chamou de 'complexo industrial-militar', ou seja, o crescimento cada vez maior de homens e recursos que viviam da preparação da guerra"⁵.

Nesse clima paranóico na busca do domínio planetário, nem mesmo o espaço sideral ficou de fora. Na segunda metade da década de 50, as duas potências iniciaram a corrida para a conquista do espaço que será intensificada na década seguinte. Nessa corrida, os soviéticos saíram na frente. Em 1957, a URSS colocou o primeiro satélite artificial no espaço, o *Sputnik*; em 1961, realizaram a suprema façanha de colocar o primeiro homem na órbita do planeta. Os americanos olhavam assustados para todas aquelas realizações do inimigo. Nos anos 60, o Presidente John Kennedy estabeleceu a prioridade do Programa Espacial americano no sentido de chegar à Lua antes dos soviéticos. Os EUA não pouparam recursos para realizar tal tarefa, independentemente dos benefícios que esse empreendimento pudesse trazer à humanidade. O Projeto Apolo culminou com a chegada dos americanos à Lua em 20 de julho de 1969, realizando o objetivo traçado pelo governo e recuperando, um pouco, o orgulho nacional. Na época, pensava-se que a conquista da Lua seria o primeiro passo para construir bases no espaço e, quem sabe, chegar a outros planetas. Viagens inter-planetárias eram concebidas como sendo realizáveis num curto espaço de tempo. Se havíamos chegado à Lua, não haveria muitos obstáculos para que chegássemos mais longe ainda. Por isso, não é de se surpreender a proliferação de revistas, programas de televisão e filmes de ficção científica, que falavam no

⁵ Cf. Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX*, op. cit. p. 233.

encontro com outras formas de vida em outros planetas, ataques alienígenas ao nosso planeta e coisas do mesmo gênero. Caso a civilização fosse destruída, ou fosse obrigada a regredir à Idade da Pedra, em função de uma guerra nuclear, havia a esperança de que muito da nossa herança poderia ser preservada pelos privilegiados que continuariam a nossa obra em algum lugar do espaço.

O cenário da prosperidade

Apesar do advento da Era Nuclear e toda apreensão gerada pela ameaça do uso indiscriminado de bombas atômicas, o fim da Segunda Guerra Mundial trouxe um clima de otimismo para vários povos. Afinal de contas, o fim da Guerra representava a vitória da Liberdade e da Democracia contra as formas de tiranias representadas pelos governos nazifascistas e militaristas da Itália, Alemanha e do Japão. O pós-guerra, nesse sentido, será uma época de otimismo, onde a humanidade poderia encarar o seu futuro com alguma perspectiva positiva a curto e médio prazos. Mesmo com a insegurança provocada pela ameaça de uma Terceira Guerra, o efeito dissuasivo dos artefatos nucleares parecia garantir uma certa necessidade de prudência por parte dos homens que governavam os destinos das grandes potências. Assim, a promessa da Primeira Guerra, de que seria a última guerra na Europa, parecia ter se concretizado com a Segunda, até porque as forças do continente pareciam, irremediavelmente, exauridas. Uma nova guerra não ocorreria pelo simples fato de não haver mais força e disposição para isso, apesar dos ressentimentos que ainda pudessem pairar sobre algumas parcelas da população. Parecia que, ao menos na Europa, a época que se iniciava era no sentido da pacificação dos instintos mais agressivos que marcaram o seu passado desde tempos imemoriais. Olhando retrospectivamente, parece que essas expectativas se tornaram realidade.

Talvez, esse otimismo generalizado estivesse ligado, em grande medida, ao fato de que a Guerra havia deixado um imenso rastro de sofrimento e destruição para toda uma geração. Havia muito a ser feito, no sentido de reconstruir a nação e a vida das pessoas, tomadas individualmente. Mas deve-se, também, à maneira como os governos e os agentes sociais resolveram encaminhar os recursos e os esforços de reconstrução nacional numa determinada direção, abrindo caminho para uma das experiências mais inovadoras na história da humanidade. Grande parte desse otimismo reinante no pós-guerra, se devia à confiança de que o mundo a ser reconstruído seria, com certeza, melhor do que aquele que existia anteriormente. Os homens, quando crentes em um objetivo, tendem a suportar todos os esforços, vencendo as suas próprias limitações individuais e obtendo resultados surpreendentes historicamente. Através da

conjugação de todo esse esforço coletivo é que será possível reconstruir o mundo e as vidas destruídas por uma guerra tão prolongada.

As idéias que direcionaram a recomposição da economia americana e a reconstrução da Europa no pós-guerra não eram de todo novas, mas eram bastante inovadoras no contexto do capitalismo. Essas idéias derivavam, em sua totalidade, dos trabalhos do economista John Maynard Keynes, desenvolvidos ao longo da década de 30 como resposta à Crise de 1929, decorrente da quebra da Bolsa de Valores de Nova York. A Crise de 1929, trouxe consigo uma onda de falências e desemprego que atingiu não apenas os EUA como também o restante do mundo capitalista. No auge do capitalismo liberal, os economistas e governantes acreditavam, piamente, que a crise seria superada rapidamente com a acomodação do mercado. Mas não foi isso que aconteceu. Até a eleição de Franklin D. Roosevelt, em fins de 1932, o governo americano não se preocupou em enfrentar os efeitos devastadores da crise, visto que não cometeria a heresia de intervir nos assuntos econômicos sob o risco de aumentar ainda mais os seus desdobramentos. Somente a partir de 1933, é que Roosevelt irá promover algumas mudanças no comportamento do governo através da adoção do New Deal - uma nova direção para a economia.

As idéias de Keynes estavam voltadas no sentido de impor uma intervenção localizada do governo na economia a fim de dirimir os efeitos nocivos da crise econômica. A intenção, como se dizia na época, era oferecer uma face mais humana ao capitalismo, desvirtuado pelas idéias liberais clássicas que acreditavam somente na mão invisível do mercado. Ficou famosa a réplica de Keynes aos economistas liberais que pregavam que, a longo prazo, o mercado encontraria novamente o seu ponto de equilíbrio: "No longo prazo, estaremos todos mortos". É com essa perspectiva que, segundo Keynes, o poder público poderia amenizar os sofrimentos dos mais atingidos pelo desemprego e a pobreza, através de uma política de investimentos que pudesse recuperar, num primeiro momento, a confiança dos agentes na economia do país. Assim é que será colocada em andamento uma política de geração de empregos, com obras de infra-estrutura, como a construção e manutenção de rodovias e ferrovias, de casas para as camadas populares, de hospitais em regiões mais carentes e de escolas nos bairros das várias cidades. Ao mesmo tempo, o governo poderia abrir linhas especiais de crédito para agricultores e empresários com o intuito de reativar a produção. Não se tratava de uma intervenção total na economia, mas tão somente sinalizar com a possibilidade de recuperar o sistema produtivo debilitado com a crise de desconfiança generalizada.

Através de investimentos que buscassem a geração de empregos, os trabalhadores poderiam obter uma renda para si mesmos, o que movimentaria toda economia. De acordo com Keynes, através do aumento da renda global, ocorreria o aumento do consumo, estimulando a

retomada da produção, que geraria mais empregos no interior da sociedade. A partir de um certo momento, o poder público poderia se retirar como agente essencial de promoção de investimentos, pois o seu papel fundamental, que era o de restabelecer a confiança dos agentes econômicos, estaria consumado. O medo de que a intervenção do Estado pudesse ser exagerada estaria facilmente afastada a partir desse momento e, dali por diante, o Estado poderia retornar ao seu papel tradicional no contexto da economia capitalista. A esse processo de retomada do crescimento econômico através da geração de empregos, Keynes cunhou a singela expressão "efeito multiplicador da renda", proporcionando um meio termo entre o controle estatal da economia nos moldes do comunismo soviético e a liberdade econômica sem freios do liberalismo clássico que havia empurrado a economia mundial para aquele estado de coisas⁶. Com a escalada da Segunda Guerra e a entrada do país no conflito, a exigência de se aumentar a produção para abastecer os seus aliados na Europa, fez com que as idéias de Keynes se condensassem numa verdade revelada para os americanos.

Mas, mesmo com o fim da Guerra, o keynesianismo não foi abandonado. Muito pelo contrário. Uma intervenção moderada do Estado na economia passou a ser encarada como um fator positivo e, até, como um fator de equilíbrio, corrigindo eventuais falhas do mercado - até então visto como o único regulador da economia. No pós-guerra, as idéias de Keynes foram introduzidas, intensivamente, nos países da Europa Ocidental, viabilizando a reconstrução econômica desses países, acelerando a retomada do crescimento e promovendo uma verdadeira revolução no interior do sistema capitalista. Os órgãos multilaterais que proliferaram a partir de então, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e, posteriormente, o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT), apontavam para uma crescente importância dos governos nacionais na condução da economia interna e externa. As empresas respondiam aos investimentos com a maximização da produção, geração de mais empregos e contínuos aumentos de produtividade via desenvolvimento tecnológico. Nos anos 50, as economias capitalistas européias e japonesa já davam sinais inequívocos de recuperação, possíveis, em larga medida, por causa da política intervencionista inspirada em Keynes, exportada a partir dos EUA através do Plano Marshall e a influência direta dos americanos na formulação de políticas econômicas nos vários países que passavam por uma espécie de *ocupação* - no sentido econômico e militar.

Dessa maneira, ao clima de vitória da liberdade na Guerra se somou um período de prosperidade para vários povos, inclusive na periferia do capitalismo, justificando o exagerado

⁶ Sobre os aspectos básicos da teoria keynesiana, ver a obra do economista argentino Raúl Prebisch, *Keynes: uma introdução*, São Paulo: Brasiliense, 1991. Prebisch foi um dos fundadores da Comissão Econômica para América Latina (Cepal) que desempenhou um papel fundamental na questão do desenvolvimento no continente. O brasileiro mais proeminente dessa instituição foi o economista Celso Furtado, autor do clássico *Formação econômica do Brasil*, de 1959, idealizador da Sudene e considerado um dos maiores conhecedores da problemática que envolve o subdesenvolvimento em suas várias esferas.

otimismo da época apesar de todos os problemas relacionados à expansão da Guerra Fria mundo afora. No futuro, esse período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra será chamado, apropriadamente, de "a Era de Ouro do capitalismo", por Eric Hobsbawm ou, na expressão de Albert Hirschman, de "os trinta anos gloriosos"⁷. A idéia de que um estado de plena liberdade poderia ser compartilhado com uma prosperidade dos povos até então nunca vista, mitigava um pouco o desconforto e o desconsolo de que uma eventual guerra nuclear poderia explodir a qualquer momento em algum lugar do mundo. Ocorria uma espécie de sublimação positiva, canalizando as energias sociais para a produção, ao mesmo tempo que fazia com que as pessoas se desligassem, momentaneamente, do medo real de uma destruição completa. Viver com uma certa intensidade passava a ser visto como uma necessidade para afastar os demônios que rondavam uma sociedade que, aparentemente, se auto-iludia com uma falsa segurança de seus lares cada vez mais entupidos de artigos de consumo.

Porém, as mudanças que estavam ocorrendo no interior da sociedade não se constituíam em ilusões. Elas eram bem reais e profundas. Essas mudanças impulsionavam o crescimento econômico e eram, também, impulsionadas pelas transformações econômicas que estavam acontecendo, numa espécie de simbiose que fornecia continuamente as forças necessárias para que o movimento não cessasse. Essas mudanças, na verdade, não começaram com o keynesianismo em prática do pós-guerra. Elas começaram a ocorrer há várias décadas, lentamente, nos EUA e nos países da Europa Ocidental, mas tomarão uma velocidade cada vez maior nesses "trinta anos dourados" do capitalismo pós-1945.

Para efeito de sistematização, poderíamos apontar três tendências que já vinham ocorrendo em alguns países do mundo e irão se consolidar nos anos 50 e 60. O acentuado desenvolvimento dessas tendências irá determinar, em grande medida, o direcionamento dado pelos governos para enfrentar os novos problemas decorrentes dessas transformações que se encontravam em curso.

A primeira alteração no cenário social que gostaríamos de apontar, refere-se à distribuição da população entre campo e cidade. Historicamente, ao longo de vários séculos, o êxodo rural tem sido um fenômeno contínuo, embora lento, em várias sociedades. Com a Revolução Industrial, ocorreu um salto nesse processo, mas que atingiu apenas uma pequena parcela da população e dos países do mundo. Mesmo porque, a supremacia da população rural era tão grande, que mesmo um movimento, embora brusco, não foi capaz de atingir o desequilíbrio que havia anteriormente. No século XX, com a crescente mecanização nos países

⁷ Ver E. Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX*, op. cit. p. 253 e seguintes. Para A. Hirschman, o ano de 1975 encerra o período de prosperidade do pós-Segunda Guerra em função dos efeitos da crise do petróleo e da recessão econômica mundial. Ver *Auto-subversão*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 175.

mais avançados, o êxodo rural manteve-se em uma curva ascendente pouco acentuada. O grande salto da urbanização, mesmo nos países mais avançados, irá acontecer no período do entre-guerras (1919-39), acentuando-se ainda mais no pós-guerra. Isto porque, o esforço de reconstrução nacional atraiu um grande contingente de trabalhadores que chegavam às cidades na crença de obter melhores empregos e melhores salários, principalmente quando comparados com as condições de vida no campo. A essa crença associava-se, também, as melhores perspectivas de vida futura com o trabalho na indústria em detrimento da agricultura onde já se encontravam os sinais de esgotamento, especialmente nos EUA e nos países da Europa, onde a mecanização do trabalho do campo avançava rapidamente, forçando o êxodo rural e alimentando as crenças construídas, artificialmente ou não, de que o futuro estava nas cidades e não no campo.

No entanto, as pessoas que migram do campo para as cidades, trazem consigo outras expectativas também. Questões relativas à moradia, segurança, saúde e, principalmente, os cuidados com o futuro das novas gerações no que se refere à obtenção de empregos e salários dignos. Quando fixadas no campo, as famílias tendem a imaginar que seus filhos seguirão um destino semelhante, e permanecerão presos à terra por, pelo menos, mais uma geração. Pressionado pelo aumento da população na zona urbana, o poder público, mesmo que a contragosto, é obrigado a criar e ampliar continuamente determinados serviços a serem prestados à sociedade. Levados pela política intervencionista de Keynes, os governos vão acatando essas demandas por melhores serviços de utilidade pública, garantindo um crescente atendimento da população no que se refere à saúde, educação, habitação, transportes e segurança. Aos poucos, vai-se moldando o que viria a ser chamado de Estado do Bem-Estar Social - o *Welfare State* -, que será, sem dúvida nenhuma, a maior herança desses trinta anos dourados do capitalismo no tocante à redistribuição da renda. De certa forma, foi uma vitória da ação política sobre as forças cegas do mercado.

Daí advém a segunda grande mudança no cenário social do pós-guerra. De todos os serviços públicos que o Estado passa a oferecer, a Educação será o campo mais pressionado pela sociedade cada vez mais urbanizada que está surgindo. Isto porque, com o desenvolvimento tecnológico e a ampliação das atividades econômicas, a exigência de uma mão-de-obra cada vez mais qualificada passa a ser necessária para manter os níveis de reprodução do sistema. Ao mesmo tempo, para as camadas mais pobres da sociedade, o sistema educacional passa a ser visto como um forte elemento de ascensão social através da obtenção de melhores empregos e salários. Dessa maneira, o sistema educacional passa a ter que atender a uma demanda crescente de estudantes e, simultaneamente, satisfazer, ao menos em parte, as expectativas criadas pelos pais e pelos próprios alunos.

"A explosão de números foi particularmente dramática na educação universitária, até aí tão incomum que chegava a ser demograficamente negligenciável, a não ser nos EUA. Antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo a Alemanha, França e Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e instruídos, com uma população total de 150 milhões, não tinham juntos mais que aproximadamente 150 mil universitários, um décimo de 1% de suas populações somadas. Contudo, no fim da década de 1980 os estudantes eram contados aos milhões na França, República Federal da Alemanha, Itália, Espanha, URSS (para citar apenas países europeus), isso sem falar no Brasil, Índia, México, Filipinas e, claro, EUA, que tinham sido pioneiros na educação universitária em massa"⁸.

O efeito mais visível dessa política visando o bem-estar social, e também a sua herança mais positiva e duradoura, foi um rápido incremento na renda das famílias de modo indireto, aumentando o padrão de vida da população e ampliando os segmentos médios da sociedade. O surgimento de uma classe média numerosa serviu para homogeneizar não apenas as condições de vida da população como também, para uniformizar grande parte das aspirações dos diversos grupos sociais, eliminando, assim, em larga medida, as tensões sociais comuns em sociedades que convivem com grandes níveis de desigualdades. Porém, a ampliação das camadas médias contou com um fator decisivo para a sua consolidação e que deve ser considerado como a terceira grande mudança a ser apontada: a crescente participação das mulheres na vida econômica e política em diversos países.

A crescente mudança do papel das mulheres na sociedade contemporânea, remonta ao final do século XIX e começo do XX. Na Grã-Bretanha, e posteriormente na França, as mulheres reivindicavam o direito do voto e pregavam, abertamente, mudanças no comportamento social padrão imposto a elas por uma sociedade essencialmente machista em todas as esferas da sociedade. Quando da Primeira Guerra, as mulheres desempenharam um papel importante no sistema produtivo, substituindo competentemente, nas fábricas e nos escritórios, os homens que eram recrutados para a frente de batalha. Com o prolongamento do confronto, as mulheres também se viram na condição de criar os seus filhos sozinhas, provendo a sua subsistência, mostrando não necessitar da presença masculina para manter a sua própria sobrevivência e também a de sua prole. Esse papel irá aumentar consideravelmente ao longo da década de 1930 e, mais ainda, durante a Segunda Guerra Mundial. As famílias de classe média, e também das camadas mais baixas, começavam a perceber a crescente importância das mulheres no cenário social, proporcionando a elas o acesso à instrução básica e, de acordo com as condições

⁸ Cf. Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX*, op. cit. p. 290.

econômicas, se esforçavam para oferecer a elas também o acesso à educação universitária, como forma de direcioná-las a um futuro mais promissor. Os homens perdiam, assim, a exclusividade de determinados privilégios seculares, que mesmo as famílias mais humildes procuravam lhes reservar como parte de uma herança que a mulher estava desprovida, pois com o casamento, iria aproveitar esse legado do seu futuro marido.

Essa nova situação implicou em diversas mudanças no comportamento geral da sociedade. Com a crescente autonomia das mulheres frente aos homens, o seu papel também foi se modificando, levando a transformações no interior das casas, onde as relações familiares foram tomando, inevitavelmente, novas dimensões e diferentes configurações. Livres da opressão milenar exercida pelos homens, da dependência econômica que caracterizou a vida familiar durante séculos, as mulheres puderam se libertar do histórico papel de submissão e passividade que, por tanto tempo, caracterizou as relações familiares tradicionais. Essa nova configuração familiar, muito mais aberta e igualitária, preocupava os setores conservadores da sociedade mas era bem vista entre os setores mais liberais, especialmente os jovens que podiam experimentar essa nova forma de convívio através das escolas e das universidades cada vez mais abertas à presença feminina em seu interior.

Não que essa transformação da mentalidade das mulheres tenha sido um fenômeno rápido e radical. As mudanças de comportamento social e familiar foram se consolidando, na verdade, através das novas gerações de mulheres que tiveram acesso a um mundo qualitativamente diferente do de suas mães e, muito provavelmente, não gostariam de ver repetidas as suas experiências enquanto mulheres. Ao mesmo tempo, tomava uma crescente importância a opinião do grupo do qual se fazia parte, geralmente jovens de classe média que foram se habituando a novas regras de convívio e comportamento. Nesse sentido, as universidades, e todos os desdobramentos da vida universitária para o jovem, talvez tenham sido o combustível mais poderoso para as mudanças que estavam ocorrendo. A juventude passa a ser encarada não mais como uma preparação para a maturidade cheia de responsabilidades, mas como a própria realização da existência enquanto ser. A contradição entre uma sociedade eminentemente conservadora, como eram as sociedades na década de 40, com os novos valores e comportamentos não poderia ser superada de forma harmônica e suave. Os choques foram inevitáveis.

Desde os anos 50, já era visível um certo mal estar entre as velhas e as novas gerações. Os pais gostariam de reproduzir o mundo herdado de seus ancestrais, aproveitando o clima de liberdade e prosperidade, sem abrir mão dos costumes e valores mais tradicionais. Os filhos gostariam de ampliar as liberdades conquistadas e gozar as facilidades trazidas pelo rápido desenvolvimento econômico e aproveitar as benesses da sociedade afluyente, sem ter que se

preocupar muito com o futuro. E liberdade tinha um significado um tanto quanto diferente para eles: não se tratava apenas de liberdade política, num sistema que se sustentava através de figuras carrancudas como Churchill, Eisenhower ou De Gaulle, mas liberdade em aproveitar a vida intensamente, especialmente as experiências amorosas e sexuais.

O modelo tomado pela juventude da classe média não incluía grandes estadistas ou coisa parecida, mas um certo James Dean, protagonista de um filme cujo título traduzido para o português sob o sugestivo nome de *Juventude transviada*, que morreu em um acidente, em 1954, aos 23 anos de idade. Nessa época, o guru dos jovens universitários no campo da Filosofia era um respeitado senhor alemão, que falava em libertação das energias libidinais como uma sublimação positiva, chamado Herbert Marcuse, autor de um livro cujo título *Eros e Civilização*⁹, publicado originalmente em 1955 nos EUA, traduzia bem os anseios daquela juventude que também queria ser transviada. Em ambos, a idéia central presente era uma mistura de hedonismo com capitalismo, cujo resultado é difícil de prever o que seria. No campo da música, o *rock'n roll* traduzia de forma exata a despreocupação contagiante dessa época. A juventude, no hemisfério norte, parecia cada vez mais com uma massa homogênea, que sentia e pensava as mesmas coisas independentemente do lugar onde as pessoas viviam e estudavam.

No entanto, a radicalização das reivindicações e do comportamento libertário dos jovens e das mulheres viria a ocorrer somente na década de 60¹⁰. Foi o seu auge e, também, como não poderia deixar de ser, o começo do seu declínio. A década se inicia sob a égide do novo em todos os sentidos. Em 1960, é eleito Presidente dos EUA, o então senador John F. Kennedy, que contava com 43 anos, uma idade bem abaixo da média dos seus antecessores no cargo. Parecia florescer a época que os jovens ocupariam o poder e promoveriam as grandes promessas de uma vida melhor, mais livre, mais igual e mais ociosa. Muitos jovens, a sua maioria, eram favoráveis à campanha pela igualdade dos direitos civis dos negros, comandada pelo pastor Martin Luther King - o homem que tinha um sonho, onde os seus filhos "pudessem ter valor pelo seu caráter e não pela cor de sua pele". Na música, as letras desinteressadas e o balanço inconseqüente de um grupo chamado *The Beatles* arrastavam multidões por onde passavam. A busca de um estado de transcendência popularizou o uso de drogas e alucinógenos cada vez mais poderosos que saíam do controle de todos. O lema era aproveitar a vida e, para os mais radicais, o grito de "sexo, drogas e *rock'n roll*", traduzia também uma certa insatisfação com o *status quo* que eles não conseguiam modificar.

⁹ Ver Herbert Marcuse, *Eros e civilização*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁰ Ver no primeiro capítulo, segunda seção, onde se discute a questão da Educação e a idéia de libertação num sentido mais amplo do que a liberdade em sua conotação convencional (liberal).

Porém, tudo o que é bom não pode durar muito. No dia 23 de novembro de 1963, durante uma viagem a Dallas, John Kennedy é brutalmente assassinado. Somente esse acontecimento já seria traumático por si mesmo, não fosse o fato de que tudo havia sido filmado por um cinegrafista e, o exato momento em que a cabeça estilhaçada do homem mais poderoso do planeta tomba para trás, passa a ser repetido incessantemente pela televisão em todos os lares americanos. A consternação é geral. Como pode o Presidente dos EUA ser assassinado de uma maneira tão brutal numa bela tarde ensolarada enquanto desfilava num carro aberto acompanhado da primeira dama? É a resposta que muitos americanos daquela geração ainda procuram até os dias de hoje. Uma amarga decepção que irá se acentuar ainda mais com os assassinatos de Martin Luther King em 1967, aos 39 anos e a de Robert Kennedy, irmão de John Kennedy e aspirante à Presidência, em 1968, aos 43 anos de idade. A maior potência do planeta não conseguia manter viva a sua nova geração de líderes. Essa decepção deve ter aumentado ainda mais com a eleição de Richard Nixon, um genuíno conservador, para a Presidência em fins de 1968¹¹.

Nesse meio tempo, no entanto, outras coisas estavam ocorrendo, levando à crença de que o espírito americano estava sendo corroído, de dentro para fora e que levou os jovens do mundo inteiro a se sentirem estranhos naquilo que eles achavam ser o seu ninho seguro, de rebeldia e conforto, chamado *Welfare State*.

O desastre americano começou a se desenhar no ano seguinte ao assassinato de John Kennedy, quando Lyndon Johnson resolveu intervir diretamente no confronto que se prolongava na Indochina, mais especificamente no Vietnã. O aliado dos EUA, o Vietnã do Sul enfrentava a guerrilha comunista do *vietcong* apoiada pelo Norte e pela China. Vendo os seus interesses estratégicos ameaçados na região, os EUA resolveram intervir, enviando não apenas armas e consultores como também soldados. O país foi se atolando nos combates violentos que eram travados entre os comunistas e o governo de Saigon. Apesar de toda superioridade técnica e bélica, os americanos não conseguiram debelar os focos guerrilheiros, fazendo com que a opinião pública se tornasse cada vez mais contrária à guerra, ainda mais quando cadáveres de soldados começaram a chegar aos EUA. A televisão desempenhava um papel importante na difusão do sentimento contra a guerra, transmitindo diariamente imagens dos combates, os sofrimentos da população civil e o desembarque dos corpos dos jovens soldados americanos que morriam no Vietnã sem saber direito os motivos de uma guerra tão sangrenta. Parecia que as coisas haviam perdido o seu sentido desde a Segunda Guerra. Essas imagens invadiam os lares

¹¹Olhando retrospectivamente, podemos observar um relativo declínio dos ideais keynesianos e o começo, ainda tímido é verdade, da reação conservadora que tomara conta do cenário político e econômico da década de 70. Ver mais adiante a quarta seção deste capítulo.

bucólicos da classe média americana que imaginava o seu mundo invulnerável à barbárie e selvageria que envolvem, necessariamente, uma guerra.

Não tardou para que a sociedade americana se visse, literalmente, dividida em duas partes: os que eram favoráveis à guerra e os pacifistas que se recusavam a ser coniventes com tamanho ato de brutalidade. Os burocratas de plantão, chefiados pelo então Secretário de Estado americano, Robert McNamara, prometiam a vitória a qualquer custo. Em 1968, no auge da intervenção, os EUA contavam com 600 mil soldados na Indochina, uma esquadra de porta-aviões plantados em lugares próximos e uma esquadrilha de aviões bombardeiros que poderia devastar qualquer região do planeta. No entanto, mesmo com todo esse esforço de guerra, foi impossível para os americanos derrotar um inimigo que fazia de sua fragilidade a sua maior força.

O sentimento generalizado nos EUA e na Europa era que todo aquele conforto, todo clima de paz, liberdade e prosperidade, não passava de uma ilusão. Para os jovens, os mais velhos continuavam a exercitar os seus instintos mais cruéis de agressividade e cabia a eles tomar as rédeas da história para se construir um mundo verdadeiramente livre e pacificado. Para os que não suportavam a realidade tão violenta e cruel, restava o consolo das viagens psicodélicas, das comunidades livres isoladas do restante da sociedade, onde o que governava a vida era a liberdade sexual e o uso indiscriminado das drogas. Para outros, ainda havia brechas por onde promover lutas contra o poder opressivo da sociedade. A revolução que estava para acontecer não seria a tomada do poder, mas a subversão completa dos padrões de comportamento das pessoas. Mais uma vez, quem comandava a cantilena da rebeldia dos jovens era o filósofo Herbert Marcuse.

Em 1964, Marcuse publicou *O homem unidimensional*¹², onde procurava dissecar os mecanismos de controle e contenção impostos pela moderna sociedade industrial, que reprimia a realização da verdadeira felicidade em nome do bem-estar material. A sociedade industrial mantinha, segundo Marcuse, o exercício da dominação graças à conjugação entre o Estado de Bem-Estar e o Estado Beligerante - *Welfare/Warfare State* - que garantia um crescente conforto material, ao mesmo tempo que permitia a canalização das energias libidinais para a produção de artefatos capazes de sublimar a agressividade para fora da sociedade. Marcuse, muito mais do que Sartre com o seu Existencialismo um tanto quanto esnobe, atingia em cheio os sonhos e as

¹² Traduzido no Brasil com o título de *A ideologia da sociedade industrial*, Rio de Janeiro: Zahar, 1982. É verdade que Marcuse não nutria muita confiança nos estudantes e muito menos no sistema educacional para promover a sua revolução, mas o seu discurso possuía um apelo quase irresistível aos ouvidos de uma geração que parecia ter tomado as rédeas da história em suas mãos.

expectativas dos jovens da década de 60, com suas idéias libertárias acerca de um reino pacificado e, sem dúvida, bastante paradisíaco.

A rebeldia estudantil atingiu o seu auge em maio de 1968, quando milhares de estudantes, marcusianos de coração, irão promover uma gigantesca revolta, iniciada em Paris, que se espalhará por várias partes da Europa, chegando, inclusive, a algumas universidades americanas. Foi a apoteose da rebeldia dos jovens que gritavam *slogans* do tipo "Faça amor, não faça guerra", "Sejamos realistas, peçamos o impossível", e armavam "as barricadas do desejo" nas ruas das grandes cidades da Europa e da América¹³. Em larga medida, o sistema digeriu bem essa manifestação de *desobediência* de seus infantes e o *Establishment*, político e acadêmico, retornou, com um certo fastio, à sua rotina entediante. Aos jovens, restou o consolo de sair das universidades e ir procurar emprego para garantir a sua sobrevivência, na dura batalha da realidade contra a utopia juvenil que pensava combinar conforto material e hedonismo para sempre. A vida é muito mais do que o breve período dos estudos universitários. A ressaca dos anos 70 é produto da desilusão das utopias anarquistas que prometiam um mundo pacificado, sem dor nem sofrimento. Em meio a tamanha comodidade, do pensamento e do comportamento, a reação conservadora não encontrará muitos obstáculos para florescer nos meios sociais e políticos. A Academia permaneceu como a retaguarda das idéias libertárias que paralisaram, em grande parte, o debate intelectual de toda uma época, cujo maior símbolo foi a propagação da escola de pensamento denominada pós-estruturalismo e suas esquisitices intelectuais.

Em 1973, os EUA, humilhados, começam a abandonar a Indochina. A maior potência do planeta se ajoelhava diante de um povo que era tratado, antes da guerra, como simples "amarelos plantadores de arroz", com um saldo de quase 60 mil soldados americanos mortos em combate. Em novembro desse mesmo ano, saídos do anonimato, os países produtores de petróleo começaram a elevar bruscamente os preços de seu único produto de exportação. Os países da OPEP haviam, finalmente, descoberto a força de barganha do petróleo. A crise energética que irá se estabelecer nas principais economias do mundo, acostumadas a comprar petróleo barato, será penosa e duradoura. A partir de 1975, o Estado de Bem-Estar Social dava os primeiros sinais de esgotamento, em função do desaquecimento da economia, da elevação dos preços das fontes de energia, da alta da inflação e da recessão econômica que se instalava silenciosamente. Os trinta anos dourados do capitalismo chegavam ao seu final, apesar de muitos não terem percebido isso de imediato. Mais alguns anos, e o mundo todo irá sentir os efeitos mais duradouros daquilo que

¹³ Para uma discussão breve dos acontecimentos de maio de 1968 ver Olgária Matos, *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Apesar de uma visão romântica, a obra mostra as origens filosóficas que nortearam o movimento, a começar pelo título bastante sugestivo e não menos marcusiano.

os economistas irão denominar de "*estagflação*" - estagnação econômica combinada com a alta da inflação, num fenômeno até então pouco conhecido.

O cenário interno

O final da Segunda Guerra coincide, no Brasil, com a queda do Estado Novo de Vargas, em vigor desde novembro de 1937. Francamente simpático ao nazi-fascismo, o governo ditatorial de Vargas tornou-se insustentável com a vitória dos Aliados na Guerra, quando o Brasil também teve uma participação modesta, lutando ao lado dos americanos na Itália. A contradição entre visão política e militar de Vargas tornara-se patente cada vez mais que se aproximava a derrota das potências do Eixo. Mesmo assim, com a habilidade que lhe era inerente, Vargas estendeu o quanto pôde a sua permanência no poder, sendo *deposto* pelos mesmos generais que haviam dado suporte para o Golpe de 1937 - a saber, Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro.

Com a queda do Estado Novo, encerrava-se um ciclo da história política do país que teve em Getúlio Vargas o seu único e, por isso, principal protagonista, que se iniciou com a Revolução de 1930 e a queda da República das Oligarquias dominada pelos cafeicultores paulistas e mineiros desde a Proclamação da República em 1889. A partir daí, os casuísmos impetrados em 1934 e 37, primeiro com a eleição indireta pelo Congresso e o segundo quando assumiu de fato o caráter ditatorial do regime, somados à habilidade política de Vargas, permitiram-lhe a permanência duradoura de uma década e meia no poder. Promovendo um governo, aparentemente, acima dos interesses particulares, mas sempre escudado pelo Exército, foi possível a Vargas governar o país evitando as tensões sociais e os movimentos mais radicais que caracterizaram esse período. Excetuando-se o período do Segundo Reinado (1840-89), foi o governante que teve a maior longevidade no poder e, sem dúvida, trouxe, igualmente, grandes transformações sociais e econômicas para o país que exercerão influência decisiva ao longo de todo o século¹⁴.

É impossível compreender a trajetória do país no século XX sem a figura de Vargas e o seu sucedâneo, o getulismo, cujo fantasma ainda arrasta as correntes nas masmorras de alguns partidos políticos na atualidade. Nos anos 30, o Brasil era um país essencialmente agrário, dotado de um sistema político corrupto e elitista, que se deleitava com todas as novidades que

¹⁴ A análise política a ser feita ao longo dessa seção, até o Golpe Militar de 1964, contará em grande medida com os subsídios oferecidos pela brilhante obra do *brasilianista* Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. A primeira edição americana desse trabalho é de 1967 e a brasileira data do ano seguinte. No tocante à questão da Educação nesse período, ver a segunda seção do próximo capítulo.

chegavam da Europa ou dos EUA. Como sempre, as Artes foram as primeiras a manifestar a necessidade de se olhar o país para dentro, a sua cultura e o seu povo disforme, faminto e, em sua maioria, ignorante. A Semana de Arte Moderna de 1922 já indicava alguns traços que acabaram sendo seguidos nas décadas subseqüentes por mais de uma geração de escritores, poetas, pintores e músicos. E como sempre também, o sistema político tardou a perceber as necessidades que emergiam no interior de uma sociedade secularmente dominada pelos latifundiários e indiferente para com as questões que permeavam as relações sociais historicamente. A Revolução de 30, se não rompeu com todas as tradições do passado, ao menos conseguiu redirecionar alguns aspectos dessa tradição e abriu canais de mudanças que foram se estabelecendo lentamente nos anos 30 e 40. Talvez, tenha sido esse o grande mérito de Vargas: compreender que o país necessitava de uma mudança - apesar de ter sido educado politicamente nos moldes da mentalidade oligárquica do café-com-leite.

Com a propagação dessa idéia de *brasilidade* trazida pelos modernistas, o próprio país sentiu a necessidade de refletir sobre si mesmo e a sua história. Por isso, a década de 30 constitui-se num marco para a nossa história intelectual, com os estudos acadêmicos centrados para a nossa formação antropológica, sociológica e econômica. Foi uma década de grandes descobertas, que começou com Gilberto Freyre e a publicação de *Casa Grande & Senzala*, em 1933, que ressaltava pela primeira vez os aspectos positivos, mesmo que idealizados, da miscigenação no processo de formação do povo brasileiro, que ao contrário, sempre foi vista como o maior obstáculo ao progresso nacional. No ano de 1934, é criada a Universidade de São Paulo, que se transformará, em poucos anos, na principal universidade do país e, de certa forma, compensando a perda de prestígio político dos paulistas no cenário nacional. Em 1936, o historiador Sérgio Buarque de Holanda publicou a sua obra seminal, *Raízes do Brasil*, onde procura explicar a frouxidão e a informalidade das relações sociais (e políticas) no Brasil a partir do conceito de cordialidade e todas as suas implicações na vida privada e pública das pessoas. Por fim, extrapolando a década mas com o mesmo espírito, em 1942, Caio Prado Jr. publica a sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, um extenso estudo sobre a colonização do Brasil a partir de uma perspectiva marxista, até então inédita para nós, e posteriormente ampliada com a *História Econômica do Brasil* de 1945¹⁵. O Brasil dava a impressão de que era possível olhar para si mesmo sem constrangimentos, apesar da herança da miscigenação forçada, da

¹⁵ Ver G. Freyre, *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1997; S. B. de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1983; Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense, 1977 e *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1984. Para um importante reestudo de várias questões relacionadas à história do Brasil, ver Alfredo Bosi, *Dialética da Colonização*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

informalidade das suas relações sociais e das marcas deixadas pelo latifúndio predatório. Podíamos, então, voltar a olhar para o futuro com um certo otimismo.

E otimismo aqui, confundia-se em larga medida com industrialização. Num país secularmente agrário, as comportas abertas pelo governo Vargas pareciam irreversíveis para a maioria da sociedade incluída nesse processo de transformações pelo qual o país estava passando. De certa forma, a sociedade mestiça queria sair de seu marasmo e libertar-se do estigma de incompetente que a cercou ao longo da história; o Homem cordial, típico de uma sociedade gregária poderia dar lugar ao indivíduo das relações impessoais que marcam as sociedades urbanas; e, por fim, parecia que o país poderia se libertar das condições de dependência econômica externa imposta pelo imperialismo das potências capitalistas. A industrialização poderia abrir caminho, enfim, para a redenção do país, dominado e explorado pelos agentes externos do capitalismo e herdeiro de uma tradição política que sempre optou pelo arcaísmo em vez da modernização.

Com Vargas, havíamos lançado as bases dessa industrialização. Bases essas alicerçadas num nacionalismo econômico, ufanista e redentor, levado a cabo através de um Estado onipotente criador de grandes empresas *públicas* que, em tese, eram pertencentes a todo o povo brasileiro. Mentalidade essa que nos acompanhará ao longo de todo o século XX. Com a industrialização, o seu correlato, a urbanização também ganhava força no país de forma inevitável. Mesmo com a queda de Vargas, em 1945, o getulismo continuou operando os mecanismos de decisão econômica e esse projeto não foi abandonado até meados da década de 80. A partir de 1946, com o advento da República Liberal, o retorno da democracia serviu para impulsionar ainda mais a industrialização via substituição de importações, exigindo uma crescente intervenção do Estado na economia e a criação de grandes empresas estatais. Do sistema de transportes ao sistema de geração de energia elétrica, da fabricação de aço ao monopólio do petróleo, até chegar na década de 60 com o monopólio sobre as telecomunicações, o Estado brasileiro se agigantou e espalhou os seus tentáculos a, praticamente, todos os setores da economia.

No entanto, tamanha transformação econômica exigia a contrapartida, que também foi absorvida pelo Estado, no sentido de ordenar as relações de trabalho evitando, assim, os conflitos inerentes à sociedade industrial - especialmente no seu momento de decolagem. Daí a importância de Vargas que operou com todo cuidado - e com todo auto-interesse - a disciplinarização das relações entre patrões e empregados através de uma legislação trabalhista paternalista e morosa que, na prática, colocava todas as decisões dependentes das mais altas

instâncias do Poder Judiciário¹⁶. Dessa maneira, Vargas pôde controlar de perto o movimento operário, através de sindicatos dependentes do Ministério do Trabalho e de sindicalistas nem sempre (ou quase nunca) atentos para as reais necessidades dos trabalhadores. Nunca é demais destacar a habilidade com que Vargas conseguia atar os interesses políticos mais divergentes entre si e que, quando não obteve sucesso nessa tarefa, deu cabo de sua própria vida, surpreendendo tanto os aliados quanto os adversários simultaneamente.

Essas tensões sociais irão se tornar mais visíveis ao longo da década de 50. No governo Vargas (1951-4), elas já aparecem entre os nacionalistas estatistas e os liberais defensores do livre mercado apegados ao *laissez-faire*, cujo ponto culminante foi a criação da Petrobrás em 1953, uma empresa que deveria monopolizar a exploração e o refino do petróleo que era "nosso". Mas elas irão se acentuar nos anos posteriores, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-61) com a ampliação do parque industrial a partir da entrada de empresas estrangeiras no setor de bens de consumo duráveis. Era a famosa aliança entre Estado, burguesia nacional e a burguesia estrangeira. Ao primeiro cabia a tarefa de montar a infra-estrutura capaz de viabilizar a industrialização; ao segundo, fornecer insumos e aproveitar-se das inovações tecnológicas trazidas pelo terceiro pilar da aliança. O modelo de desenvolvimento estava desenhado, mesmo que os seus desdobramentos não fossem de todo conhecidos.

No entanto, nesse modelo não estava inserida a massa de trabalhadores que se formava nas sombras da industrialização nas grandes cidades do país. Os governos populistas imaginavam que seria possível conter as reivindicações dos trabalhadores apenas com a legislação vigente e a concessão de aumentos periódicos dos salários de acordo com as possibilidades do empresariado, nem sempre contente com as margens de lucro estabelecidas numa sociedade com um coeficiente de consumo *per capita* ainda bastante baixo. Essa questão foi sendo ignorada pelos sucessivos governos e, quando era levantada, suscitava a oposição apaixonada da direita que enxergava em qualquer movimento dessa natureza o fantasma do comunismo que estava se espalhando no país. Esse fantasma que ficou tão ou mais presente a partir de 1959, quando a Revolução cubana implantou o primeiro governo socialista no continente. Nesse ambiente político, foi inevitável que as tensões sociais crescessem rapidamente, inclusive nos meios rurais onde florescia uma forte campanha a favor da reforma agrária como meio de inibir o êxodo rural e amenizar a pobreza urbana que alimentava, por sua

¹⁶ O Brasil talvez seja o único país que possui tribunais específicos para deliberar sobre as questões trabalhistas. Possui todo um ordenamento jurídico acerca do tema e toda uma estrutura do Poder Judiciário voltados para o assunto, com juizes nomeados para tal tarefa. Sem contar que a nossa legislação trabalhista é bastante longa e detalhista, o que oferece margem a enormes dubiedades que dificultam ainda mais as decisões, tornando esses tribunais imprescindíveis. Trata-se de uma retroalimentação: a legislação caduca exige os tribunais, que por sua vez criam dubiedades para justificar a sua própria existência.

vez, os conflitos sociais cada vez mais intensos. No entanto, como é óbvio, não era dessa maneira que a elite enxergava os problemas do campo, analisando a questão como mais uma manifestação nefasta das idéias esquerdistas que deveriam ser podadas rapidamente.

Porém, o intenso processo de industrialização e urbanização que ocorria nesse período oferecia novas oportunidades para um segmento específico da sociedade que procurava, de todas as formas, escapar da proletarização imposta pelo sistema industrial que acontece inevitavelmente com o desenvolvimento do capitalismo industrial. Esse segmento aproveitava-se das oportunidades criadas pela expansão do mercado de trabalho para as atividades burocráticas, tanto no setor público quanto no setor privado, distanciando-se do chão da fábrica no sentido físico e salarial. Dotada de competências outras que o operariado não possuía, como por exemplo, um relativo grau de instrução, a classe média pôde se aproveitar do rápido incremento das atividades econômicas proporcionado pela industrialização para se diferenciar (e distanciar-se) cada vez mais daqueles segmentos que eram denominados genericamente de *trabalhadores*. Nos anos 50, essa realidade já se tornara bastante complexa, chamando a atenção de intelectuais de várias origens, especialmente os cientistas sociais ligados à Universidade de São Paulo comandados pelo eminente (e pioneiro no Brasil) professor Florestan Fernandes, que formou um grupo do qual fizeram parte os jovens professores Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Eunice Durhan entre outros¹⁷.

Essa classe média terá uma influência social e política muito grande na medida em que crescia numericamente e ampliava um leque de reivindicações que também beneficiavam, mesmo que indiretamente, as camadas menos favorecidas da sociedade. Dentre essas reivindicações encontrava-se, naturalmente, a ampliação do sistema educacional que era já encarado como um forte componente para possibilitar a (sua) ascensão social, aproveitando-se ao máximo das oportunidades criadas pela expansão da industrialização no país e a crescente exigência por uma mão-de-obra melhor qualificada. Por isso mesmo, a classe média contava cada vez mais como uma espécie de trunfo eleitoral embalada pela demagogia e gestos histriônicos de políticos que eram tão peculiares àquele período, onde se misturavam democracia, prosperidade e um ilimitado senso de oportunismo por parte dos mais variados

¹⁷ O *brasilianista* Richard Morse faz uma análise chamando a atenção para um paralelo interessante: quando passava por uma situação semelhante a do Brasil, na Inglaterra, no final do século XVIII e no início do século XIX, despontava a Escola Clássica de Economia, voltada para a interpretação dos fenômenos que estavam ocorrendo na nascente sociedade industrial. No Brasil, num contexto parecido, floresce a tradição vigorosa da Escola Paulista de Sociologia, que procurava compreender os fenômenos sociais trazidos pela industrialização, tais como a questão racial, mobilidade social, a emergência da classe média, o papel do Estado no planejamento econômico, entre outros. Ver "Economia manchesteriana e sociologia paulista" in *A volta de McLuhanáima*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 133-160.

grupos políticos. E desde aquela época, o comportamento eleitoral da classe média era sempre uma incógnita¹⁸.

Quando JK entregou o poder a Jânio Quadros em janeiro de 1961, na nova capital da República, os sinais de esgarçamento dos conflitos sociais já estavam chegando ao limite do liberalismo tupiniquim, sempre tão zeloso quanto à pretensa liberdade econômica e indiferente quanto às liberdades políticas. A presidência de Jânio Quadros foi marcada pela falência de um modelo político que se pretendia democrático mas escondia um autoritarismo latente quando o assunto se referia aos problemas de natureza social que sempre foi a tradição da política nacional. A brevidade de seu mandato não refletia apenas o desejo de poderes ampliados do Presidente, mas também o desejo de governar acima dos conflitos inerentes à uma sociedade que se pretendia democrática. A essa impossibilidade, Jânio respondeu com um gesto tão dramático quanto inócuo que foi a sua renúncia numa sexta-feira, 25 de agosto, esperando os apelos não tanto do povo, mas das Forças Armadas que, historicamente, representavam o ponto de equilíbrio para os dilemas que deveriam ser resolvidos pelos civis - estigmatizados como sendo politicamente incompetentes para solucionar as crises que surgiam de tempos em tempos. Ainda mais tendo como substituto constitucional a figura de João Goulart, um getulista histórico e dado a gestos não menos dramáticos só que com menos poder de persuasão. A década de 60, para nós, não havia começado muito bem.

A tumultuada posse de João Goulart, em setembro de 1961, refletia bem essa situação de tensão social e política a que havia chegado o populismo. A direita defendia abertamente um golpe, tendo à frente Carlos Lacerda mas amparado largamente em figuras proeminentes das Forças Armadas; por outro lado, a esquerda prometia um banho de sangue para garantir a legalidade, que tinha Leonel Brizola como principal porta-voz. Os políticos de centro (sejam de direita ou esquerda) preferiram uma solução conciliatória que dentro daquele contexto tinha o significado de adiar o encaminhamento de soluções para uma situação que tendia apenas a se agravar. Oscilando entre o parlamentarismo e o presidencialismo e entre o populismo e o golpismo, Goulart buscou a mesma estratégia de Vargas - mas sem a mesma habilidade - de tentar se apoiar nas camadas populares e no barulhento movimento estudantil, que havia feito o seu batismo político na campanha a favor da criação da Petrobrás, para tentar encurralar os seus adversários. A eficácia desse procedimento já falhara em 1954 e, dez anos depois, os seus efeitos seriam os piores possíveis.

¹⁸ Ver Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. op. cit. Em todos os capítulos onde o autor narra o processo eleitoral está presente a necessidade dos candidatos apresentarem uma certa identificação com o eleitorado da classe média. Hoje, os analistas interpretam atentamente esse fato por considerarem a classe média como sendo uma importante "formadora de opinião" que tende a influenciar outros setores da sociedade por causa de seu comportamento quase sempre oscilante entre o conservadorismo e o liberalismo.

Quando anunciou as Reformas de Base, em 1963, incluindo a reforma agrária, administrativa, tributária e bancária, o governo já não apresentava uma base de apoio consistente - seja ela nos meios políticos ou militares. A conspiração golpista que rondava Brasília não fazia questão nenhuma de manter segredo quanto aos seus objetivos, obtendo a adesão dos setores mais conservadores da sociedade. Se até então, a desconfiança para com Goulart vinha do grande empresariado (nacional e estrangeiro) e dos latifundiários, agora se juntavam a eles a classe média preocupada em resguardar os seus privilégios recém-adquiridos, a Igreja Católica e amplos setores das Forças Armadas. Os militares viam no golpe a realização de um sonho que não se concretizara no passado: se não conseguiram depor o próprio Vargas dez anos antes, teriam agora a oportunidade de depor aquele que era o seu herdeiro político. Os golpistas civis, liderados pelos governadores de Minas Gerais, São Paulo e da então Guanabara, respectivamente, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e o onipresente Lacerda, esperavam apenas a iniciativa das Forças Armadas que afinal veio em 1º de abril de 1964. O golpe já estava consumado tal como uma profecia que se auto-realiza. Ao ato inconstitucional se somava o oportunismo de vários políticos que rapidamente pularam na canoa dos novos mandatários do país¹⁹.

O fechamento do novo regime não ocorreu de imediato. Ao contrário, o marechal Castelo Branco, alçado à presidência como símbolo da moderação, prometia a realização de eleições em 1965, tal como estava previsto pelo calendário político. Tratava-se, *apenas*, de expurgar os últimos vestígios do getulismo que tanto mal havia trazido para o país segundo a óptica dos militares. Daí as cassações de vários políticos alinhados ao getulismo como Goulart, Miguel Arraes, Brizola e até mesmo JK - sendo os dois últimos aspirantes à presidência nas eleições marcadas para outubro de 1965. No entanto, o avanço dos setores mais conservadores das Forças Armadas, que enxergavam uma conspiração comunista em cada esquina do país, obrigou os moderados a promover uma mudança de planos que foi fatal a eles mesmos. Em 1965, os partidos foram extintos e imposto o bipartidarismo, ao mesmo tempo que as eleições para Presidente, governadores e prefeitos de capitais passavam a ser indiretas. O mandato de Castelo Branco acabou sendo prorrogado até março de 1967.

Os moderados haviam perdido o controle da situação, tanto que Castelo Branco teve que dar posse, mesmo a contragosto, ao líder da ala *linha-dura* do Exército, o sisudo marechal Artur

¹⁹ A participação dos EUA no Golpe de 64 foi mais de natureza logística e ideológica do que propriamente conspiratória como ocorreria no Chile em 1973, na derrubada de Salvador Allende. É claro que o novo regime foi muito bem recebido por Washington, mas o golpe em si foi articulado pelos setores conservadores do país que enxergavam em Goulart a incapacidade de manter o populismo sem apelar para algum tipo de manobra igualmente golpista inspirada em Vargas. Como se vê, a presença de Vargas não ficou restrita ao campo da economia, mas também nas lições de suas manipulações políticas que amedrontavam os seus adversários. Ver Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, op. cit. pp. 389-399.

da Costa e Silva. É a partir do governo de Costa e Silva que o regime irá se fechar de maneira violenta, utilizando-se da pura repressão e do medo para manter o controle político. Os anos de 1967-8 foram particularmente agitados no país. A oposição ainda encontrava espaço para protestar e as manifestações de trabalhadores e estudantes contra o governo ganhavam as ruas com grande intensidade. Até mesmo o Congresso Nacional ainda dava sinais de independência. Em agosto de 1968, o deputado federal Márcio Moreira Alves proferiu um discurso contra as Forças Armadas e o 7 de setembro que se aproximava. O Executivo exigiu a cassação do deputado que gozava (ainda) da imunidade parlamentar, uma proteção clássica que a democracia fornece aos representantes do povo. Com a negativa do Congresso, em 13 de dezembro o governo baixou o Ato Institucional nº 5, mais conhecido como o AI-5, que concedia ao Presidente a prerrogativa de fechar o Congresso Nacional, cassar os direitos políticos de qualquer pessoa por dez anos, afastar juizes, promover a censura prévia aos meios de comunicação e decretar o estado de sítio. A ditadura que se disfarçava sob um manto de democracia mostrava a sua verdadeira face²⁰.

O AI-5 abriu caminho para a escalada da violência sem precedentes em nossa história. A perseguição, legal ou ilegal, a toda suspeita de oposição, os porões de tortura que funcionavam como regra, a resposta dos grupos armados, formados em grande parte por jovens estudantes, que sonhavam tomar o poder ou pelo menos desestabilizar o regime através das guerrilhas rurais e urbanas, enfim, um clima de terrorismo de ambas as partes, mas com poder de fogo francamente favorável aos militares. O afastamento de Costa e Silva, em agosto de 1969 por motivo de doença, só fez aumentar ainda mais o clima de terror no país, com a imposição do general Emílio Garrastazu Médici para a presidência, patrocinada pela *linha-dura* do Exército. O vice-presidente de Costa e Silva, o civil Pedro Aleixo, foi simplesmente vetado pelas Forças Armadas. Esse clima de terror foi amenizado somente a partir de 1974 quando ascende ao poder o moderado general Ernesto Geisel, que irá propor uma abertura política "lenta e gradual" que culminou com o fim do AI-5 em 1978 e a anistia política no ano seguinte. Se não foi o ideal, ao menos tornava a atmosfera política menos rarefeita para os brasileiros.

No entanto, esse clima de terror contrastava com a situação econômica vivida pelo país naquele período. Desde o governo Castelo Branco, a política econômica do regime, comandada

²⁰ A respeito da implantação da ditadura militar no Brasil e os seus desdobramentos, ver Fernando Henrique Cardoso, "A formação do Estado autoritário" in *A construção da democracia*, São Paulo: Siciliano, 1993, pp. 155-84. Em 1968, o eminente cientista político e sociólogo era professor da USP e acabou sendo compulsoriamente afastado da instituição juntamente com toda elite acadêmica majoritariamente contrária aos militares. É de se chamar a atenção para o fato de que, no Brasil, os militares sentiam a necessidade de uma certa legitimação, por isso mantiveram o Congresso em funcionamento, ao contrário do Estado Novo, mesmo sob a constante ameaça de fechamento outorgada pelo AI-5 e permitiam a existência de um partido de oposição, o MDB. No AI-5, pode se ver as assinaturas de homens como Jarbas Passarinho e Delfim Netto, entre outros, que desempenharam papéis importantes ao longo da ditadura militar.

pelos ultra-liberais Otávio Bulhões e Roberto Campos, estava pautada em dois aspectos: o combate à inflação via arrocho salarial e abertura da economia para o capital estrangeiro, estimulada pela mão-de-obra numerosa e barata e também pela facilidade na remessa dos lucros para o exterior. A partir de 1968, aproveitando-se de uma conjuntura externa extremamente favorável, o governo lançou ambiciosos programas de ampliação da infra-estrutura, em especial nos setores de transportes e energia, através de um elevado endividamento externo. O crescimento econômico do país chegou a 14% ao ano, levando os nossos tecnocratas de plantão, tendo à frente Delfim Netto, a afirmarem que estava ocorrendo um verdadeiro "milagre" econômico. Para qualquer observador, mesmo que desatento, era óbvio que um crescimento tão artificial poderia ser obtido por qualquer país que tivesse acesso ao crédito fácil como acontecia naquele momento.²¹

No entanto, esse clima de euforia e ufanismo trouxe à tona a propaganda do "Brasil-potência" tão cara aos militares em nossa história mais recente. O sonho de construirmos uma *grande nação* não passava, obviamente, pelas questões sobre democracia e igualdade social. O rápido crescimento econômico fez a alegria dos empresários, dos empreiteiros das grandes obras, sobrando ainda uma parcela para a classe média, sempre tão ávida de ganhos e fácil de ser comprada quando se agrada os seus desejos mais recônditos, ocultos por uma hipocrisia mal disfarçada em busca de maior *status* social. Ao mesmo tempo, o pretense milagre servia para desviar as atenções das questões políticas que realmente incomodavam o regime. Tudo que era positivo era canalizado para a propaganda do governo, inclusive as conquistas esportivas que ocorreram a partir de 1970. No entanto, nesse "milagre", os únicos que ficaram marginalizados foram os mais pobres, que continuaram tão ou mais carentes em suas necessidades materiais. O brutal processo de concentração da renda promovido pelo "milagre" pode ser sentido até os dias de hoje.

Mas nada disso importava para os militares e os economistas que executavam um projeto tão desvairado de crescimento econômico; tampouco, se preocupavam com os custos das grandes obras que estavam sendo feitas, onde se computavam contas super-faturadas, comissões para funcionários públicos encarregados das negociatas etc. Afinal, contrariando a primeira lei da economia, os recursos pareciam ilimitados e a qualidade mais importante num administrador passou a ser a de "tocador de obras". No plano político, a ditadura promovia uma troca de favores com grupos locais que dominavam os Estados e que foram amplamente beneficiadas por um regime que nunca se envergonhou de fechar os olhos para a corrupção e clientelismo

²¹ Como veremos no próximo capítulo, a reforma universitária de 1968 e a LDB de 1971 estão intimamente ligadas ao contexto político vivido no país, refletindo o autoritarismo não apenas na condução do processo mas, principalmente, no próprio conteúdo dessas leis.

explícitos. Daí floresceram os vários grupos como o de Laudo Natel e, posteriormente o de Paulo Maluf, em São Paulo, Antonio Carlos Magalhães na Bahia, José Sarney no Maranhão, Collor de Mello em Alagoas e Ney Braga no Paraná. Os empresários (tanto nacional quanto estrangeiro) se sentiam na confortável posição de viver num capitalismo sem riscos, onde o maior cliente era o próprio Estado que financiava e pagava os seus credores com o dinheiro do BNDE, garantindo a não-concorrência e as elevadas margens de lucro. A classe média, cada vez mais deslumbrada com o seu poder de consumo, amealhava os empregos de "colarinho branco", e imaginava estar se não no paraíso ao menos bem próxima dele. No entanto, no começo do governo Geisel, iniciado em março de 1974, a crise motivada pela alta dos preços do petróleo que se instalava no mundo todo começou a dar os primeiros sinais no país. Mesmo assim, o governo Geisel continuou a empreender grandes obras, e ampliar a dívida externa para financiar não apenas as obras como também a compra de petróleo no exterior. Os últimos momentos da farra dantesca não poderiam ser desperdiçados.

A crescente elevação do preço do petróleo, que alimentava por sua vez a alta das taxas de juros nos mercados internacionais, empurrava o país cada vez mais para um beco sem saída, situação que foi agravada ainda mais pelo segundo choque do petróleo ocorrido em 1979, motivado pela Revolução Islâmica no Irã e seus terríveis desdobramentos no cenário internacional. No Brasil, os reflexos da crise econômica, que se estenderá por toda década de 80, serão dos mais sombrios: inflação galopante, recessão econômica e arrocho salarial. Coincidência ou ironia, os mesmos homens que idealizaram o "milagre" econômico se viam, agora, na iminência de terem que admitir que, na realidade, o santo era de barro e que o verdadeiro milagre consistiu em se conseguir esconder por tanto tempo as inconsistências de um projeto de crescimento econômico voltado apenas para beneficiar os mais ricos sem nenhuma perspectiva redistributivista. O aumento da dívida externa, a alta descontrolada dos preços, o aumento da pobreza e a estagnação econômica serão as heranças deixadas pelo "milagre", compondo o cenário que irá dominar a nossa paisagem no começo dos anos 80. Para os brasileiros que tanto se deleitaram na primeira metade da década de 70, o ditado bíblico veio de forma invertida: "Depois da bonança, a tempestade".

O cenário do "novo" liberalismo

Depois de quase meio século de keynesianismo, o *Welfare State* começou a dar os primeiros sinais de esgotamento em decorrência da crise energética do início da década de 70 e os seus desdobramentos em todo o mundo. Lentamente, a crise econômica foi se instalando,

levando a um desaquecimento da produção, alta dos juros, retração de investimentos, elevação do custo de vida e desemprego. O Estado procurou responder à situação imaginando que a crise poderia ser passageira, ao mesmo tempo que ainda confiava nos mecanismos de controle keynesianos. O resultado foi um substancial acréscimo do *déficit* público para financiar os programas sociais, pressionando a inflação e gerando a ira dos economistas conservadores que olhavam a questão econômica apenas através da óptica da inflação e dos gastos públicos. Com uma esquerda paralisada e assustada, a reação conservadora começou a ganhar cada vez mais espaço até chegar a uma posição hegemônica na virada dos anos 70 para os 80.

Na verdade, a oposição ao keynesianismo era coisa antiga, pelo menos na Europa. Já na década de 40, os ultra-liberais atacavam o intervencionismo como uma interferência indesejada e desnecessária na vida das pessoas e que teria conseqüências desastrosas no futuro. Para o economista Friedrich Hayek, o keynesianismo era uma forma de submissão do indivíduo à coletividade. A sua obra mais famosa carrega, de forma bastante sugestiva, o título *A caminho da servidão*. Nessa mesma época, o filósofo Karl Popper publicou uma obra chamada *A sociedade aberta e seus inimigos*, nem sendo preciso apontar quem eram os inimigos da sociedade aberta popperiana. Nos EUA, a reação conservadora na Academia despontou no começo dos anos 60, no Departamento de Economia da Universidade de Chicago, capitaneada por Milton Friedman, considerado o papa do neoliberalismo ao propor um cálculo friamente econômico para todas as ações do governo, inclusive o combate às drogas, com base na relação custo-benefício. A conclusão de Friedman era que se ocorresse a liberação das drogas, o governo economizaria vultosos recursos utilizados para combater o tráfico e ainda poderia arrecadar dinheiro com os impostos. Tamanho pragmatismo associado a um cinismo ilimitado nunca havia sido visto antes; daí, talvez, o guru dos economistas liberais ter sido laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1970.

A ascensão do conservadorismo na Europa coincidiu com o segundo choque do petróleo ocorrido em 1979, quando o governo iraniano pró-ocidental foi derrubado por uma revolução de cunho fundamentalista assumidamente hostil ao ocidente. Os preços do petróleo dispararam assim como as taxas de juros internacionais, alimentando a crise de "estagflação" em todos os países. Na eleição de 1979, o Partido Conservador de Margaret Thatcher saiu vitorioso na Grã-Bretanha; no ano seguinte, o Partido Republicano venceu as eleições presidenciais nos EUA com Ronald Reagan; e, finalmente, em 1982, a Democracia Cristã de Helmut Kohl destronava o reinado dos social-democratas na Alemanha. Ironicamente, em 1981, na França, os conservadores perdiam a presidência para os socialistas de François Mitterrand e na Espanha o Partido Socialista de Felipe Gonzáles chegava ao poder em 1982. Apesar disso, mais cedo ou

mais tarde, mesmo os governos situados à esquerda no cenário político europeu começaram a tomar uma coloração cada vez mais conservadora.

O discurso conservador estava assentado em duas preocupações primordiais: a retomada do crescimento econômico e o combate ao comunismo que, ao menos na aparência, se mostrava menos suscetível às crises cíclicas do capitalismo²². Nesse sentido, a escolha do cardeal polonês Karol Wojtila para chefe da Igreja Católica, em 1978, contribuiu para insuflar as pretensões conservadoras no hemisfério norte. Ao longo da década de 80, todos os movimentos políticos e militares corriam, mesmo que discretamente, nessa direção. Não parece coincidência que a derrocada dos regimes do leste europeu tenha começado, de fato, na Polônia com o Sindicato Solidariedade propondo mais liberdades para o povo polonês. No campo econômico, o discurso do momento se voltava para a questão da participação do Estado na economia, a redução dos onerosos gastos sociais para reduzir o *déficit* público, a privatização de empresas estatais, que para os conservadores eram ineficientes, e o livre comércio e a desregulamentação da economia como formas de estimular a competitividade entre as empresas.

Em realidade, a proposta dos conservadores consistia em recuperar os ideais do liberalismo clássico, deixados de lado pela política keynesiana colocada em prática nas décadas anteriores. O neoliberalismo pretende elevar a livre iniciativa individual ao pedestal que ela ocupava no século XIX, culpando o *Welfare State* pela pretensa perda de autonomia do indivíduo frente à coletividade, expressa na grande quantidade de pessoas que vivem "encostadas" na Previdência Social e que se acomodaram nessa situação em função da benevolência do poder público. Ao mesmo tempo, o Estado teria se preocupado demasiadamente em regulamentar a economia, as relações trabalhistas, a rede de proteção aos indivíduos, cobrando elevados impostos para financiar o bem-estar social, travando o crescimento econômico e debilitando a competição entre os agentes econômicos. Trata-se, na concepção dos conservadores, de revitalizar a economia capitalista, ampliando a acumulação de capital, que só poderá ocorrer num ambiente de absoluta liberdade econômica sem as limitações impostas por um Estado pretensamente bem-feitor. O Estado, que no passado, foi um dos agentes do crescimento econômico, transformou-se em seu maior obstáculo. Por isso, quanto menor o seu tamanho melhor para a sociedade. A idéia de Estado mínimo nunca havia sido tão esplendidamente explicada.

²² No caso específico dos EUA, os discursos de Reagan vinham contaminado, também, com o ideal de recuperar o orgulho americano afetado duas vezes num espaço de menos de dez anos. A derrota no Vietnã foi acentuada, ainda mais, com a Revolução Islâmica no Irã, em 1979, quando o governo local ocupou a embaixada americana e manteve os funcionários como reféns por quase dois meses.

Os conservadores tomavam como exemplo algumas economias do oriente para tentar demonstrar as suas teses. Na década de 80, países como Coréia, Taiwan e Singapura, promoveram uma agressiva política de exportação que acabou surpreendendo o mundo inteiro. Esses países passaram a ser conhecidos como "tigres asiáticos" por causa da agressividade com que se lançavam aos mercados internacionais. Aproveitando-se de um grande contingente de mão-de-obra relativamente qualificada e barata, esses países transformaram-se em plataformas de montagem e exportação de artigos de consumo principalmente de empresas japonesas. Esses produtos inundavam o mundo inteiro a preços baixos, dinamizando a economia local. No caso da Coréia, alguns produtos eram fabricados por grandes empresas locais que, aparentemente, faziam da livre concorrência o seu lema. E isso era tomado como grande exemplo pelos conservadores do ocidente²³.

Todavia, mesmo no ocidente, os defensores do livre mercado fingiam ignorar que o Estado continuava a ter uma participação, efetiva e fundamental, na dinamização da economia quando elevavam continuamente os gastos com a Defesa, especialmente os EUA. A esse fato, os conservadores se silenciavam convenientemente, pois grande parte dos fornecedores de peças para os programas armamentistas do governo eram as gigantescas corporações que formam o complexo industrial-militar. Ao mesmo tempo, nos outros países avançados, enquanto torpedeavam os gastos sociais do governo, os economistas igualmente se silenciavam quanto à política de cortes nos impostos que beneficiava essencialmente os mais ricos. Essa incoerência era vista como uma necessidade pragmática e, por isso, perdoável aos doutrinadores do livre mercado.

O resultado visível dessa reação conservadora dos anos 80 foi a agilização do comércio mundial e a retomada da eficiência a todo custo nas empresas que abriram um novo ciclo de acumulação capitalista. Empresas estatais rentáveis mas sucateadas e burocratizadas que perderam competitividade foram sumariamente vendidas à iniciativa privada, linhas de financiamento foram multiplicadas através da Bolsa de Valores e de grandes bancos comerciais, acordos multilaterais de comércio foram assinados como forma de dinamizar os mercados e os investimentos em tecnologia proporcionaram um aumento considerável da competição entre as empresas. Rapidamente, novos mercados produtores e consumidores foram absorvidos pela gigantesca roda do comércio internacional. Países acostumados a uma política mais agressiva na conquista de mercados, como o Japão e Alemanha, expandiram as suas bases de atuação em

²³ A ilusão de que os países do oriente praticam o verdadeiro *laissez-faire* é mostrada de forma primorosa por Lídia Goldenstein no livro *Repensando a dependência*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. Imitando o modelo japonês, existe nessas economias uma teia que une o poder público, os grandes bancos e as grandes empresas que devem agir agressivamente no mercado externo.

nível regional e continental. Se na década de 60 falava-se na internacionalização dos mercados, agora a palavra era globalização dos mercados, a produção e o consumo voltados em escala planetária. Ocorreu, de fato, um aumento vertiginoso da produção e do consumo alavancado pelo desenvolvimento tecnológico sem precedentes na história.

Para enfrentar esse novo cenário econômico, as empresas se vêem obrigadas a se movimentar para todos os lados sob a ameaça de serem riscadas do mapa. Diariamente, passa-se a falar em fusões de companhias gigantescas, reengenharia, programas de treinamento e qualidade, desregulamentação - tudo sob a égide da nova era da globalização. Na ânsia de vencer a concorrência, novos mercados produtores e consumidores são avidamente procurados, objetivando a redução de custos e diminuição dos preços dos produtos e da mão-de-obra. Os investimentos em robótica, Informática, sistemas de comunicação em rede, colaboram para um inacreditável incremento da produção, sem contar a circulação de serviços e informações por quase todo o planeta.

Um fator que possibilitou a ascensão do discurso e da prática neoliberais foi, sem dúvida, o colapso do socialismo gerado nos moldes da Revolução bolchevique de 1917. Ao longo dos anos 80, a disfarçada ineficiência econômica do sistema de planejamento estatal associada aos elevados gastos para acompanhar a corrida armamentista empreendida pelos EUA, levou a economia soviética à ruína. As tentativas desesperadas patrocinadas por Mikhail Gorbachev para reverter essa situação apenas aceleraram a decomposição do outrora império que dominava quase 1/3 do planeta. A perda de dinamismo da URSS, consolidava cada vez mais o capitalismo neoliberal e enfraquecia os seus tradicionais aliados obrigados a enfrentar constantes manifestações contra o regime. A situação foi ficando cada vez mais insustentável e Gorbachev abandonou-os à própria sorte em busca de sua própria sobrevivência. Em 1989, a queda do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha no ano seguinte, mostravam claramente os sinais de decomposição da URSS e do comunismo - que na década de 50 amedrontavam o ocidente com a promessa de que enterrariam os EUA. A dissolução da URSS em 1991 representou o fim inglório daqueles que imaginavam ser uma espécie de farol para o mundo a iluminar um glorioso futuro. Com a esquerda atordoada, o neoliberalismo não encontrou barreiras para alcançar a hegemonia que possui na atualidade²⁴.

Não tardou para que o discurso neoliberal chegasse também à América Latina. Para um continente assolado por uma prolongada crise econômica, forçado a promover uma moratória unilateral da dívida externa, em 1982, e que contou com um modelo econômico essencialmente

²⁴ Sobre a derrocada do socialismo e os seus desdobramentos para a esquerda ver Robin Blackburn (org), *Depois da queda*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Os artigos refletem o clima de surpresa, insegurança e decepção de vários intelectuais, por isso, em sua maioria eles são bastante evasivos quanto ao futuro do socialismo e da própria esquerda.

estatista que agora apresentava sinais de esgotamento, a cantilena neoliberal soava docemente nos ouvidos de economistas sempre prontos a aceitar uma receita milagrosa. Ao longo da década de 80, os *Chicago's boys*, economistas e consultores neoliberais que visitavam os países da América Latina, gozavam de grande prestígio em vários meios universitários, empresariais e governamentais. Os técnicos do FMI que passaram a monitorar as contas dos países latino-americanos a partir da moratória de 1982, estavam afinados com um receituário eminentemente neoliberal de acordo com os novos ventos que sopravam de Washington. O primeiro país a aplicar o receituário neoliberal foi o Chile de Augusto Pinochet, seguido do México de Carlos Salinas, da Argentina de Carlos Menem, do Peru com Alberto Fujimori e, finalmente, o Brasil de Collor de Mello²⁵. Para todos eles, o receituário neoliberal foi seguido à risca - até mesmo na Argentina, onde a presidência era ocupada pelo Partido Justicialista, fundado por Perón e tradicionalmente assistencialista em sua prática. Todavia, a cantilena era idêntica para todos: privatização de empresas estatais, abertura da economia, redução dos gastos sociais, diminuição do tamanho do Estado etc. Porém, nenhuma palavra era proferida quanto a questão da pobreza e da desigualdade social. No Brasil, a evidência maior do sucesso do discurso neoliberal foi representada pela canonização de Roberto Campos, que num espaço de vinte anos passou do papel de bandido para o de profeta.

Tudo pelo livre mercado! bradam os conservadores. Como se o livre mercado fosse a solução para todas as aflições e sofrimentos da humanidade. Existem aspectos que, reconhecidamente, o livre mercado e a livre iniciativa são incapazes de solucionar ou torná-los mais eficientes através de seus próprios esforços. Tome-se o exemplo de novos medicamentos descobertos ou os cuidados médicos independentemente de ganhos monetários imediatos do médico em relação ao paciente. Ou o valor da educação básica, secundária ou superior para aqueles que não poderiam freqüentar a escola se tivessem que pagar por esse serviço. Mesmo na perspectiva macro-econômica, o Estado parece manter uma influência relativa através do fomento aos investimentos via política monetária. Esse mínimo de bem-estar necessário à sociedade acaba favorecendo os próprios afluentes. Mas não é dessa forma que os neoliberais avaliam os fatos. De forma até sádica, os conservadores atribuem a culpa da pobreza aos próprios pobres. O que existe é uma desqualificação inata de certas pessoas e grupos para o trabalho produtivo. Seria algo como uma predisposição à preguiça e uma irresponsabilidade em relação ao seu próprio

²⁵ Coincidência ou não, o fim desses pioneiros do neoliberalismo na América Latina não foi dos mais gloriosos: Pinochet ficou detido na Inglaterra por mais de um ano acusado de crimes contra a humanidade; Salinas está foragido e seu irmão encontra-se preso, acusado de fazer parte de esquemas de lavagem de dinheiro do narcotráfico; Menem entregou o poder mas é acusado de inúmeros casos de corrupção; Fujimori tanto fez que conseguiu um terceiro mandato mas foi obrigado a renunciar menos de um ano depois cercado de acusações de corrupção; e Collor de Mello foi afastado da presidência também por corrupção depois de dois anos e meio de mandato.

estado de pobreza e degradação. Sendo assim, a sociedade não pode oferecer nenhum tipo de ajuda a esses indivíduos; sem contar que seria um enorme desperdício de tempo e dinheiro tentar alterar o curso natural das coisas.

Essa postura, anti-democrática e elitista, serve como mais uma justificativa para os ideólogos do livre mercado combaterem a ajuda pública a esses indivíduos que já sofrem tantas privações no dia-a-dia. É mais uma razão para se propor o corte nos gastos com o seguro desemprego, com a ajuda à mãe solteira pobre à beira da prostituição e aos imigrantes que procuram melhores condições de vida nos países afluentes. Quanto a esses últimos, a solução conservadora é bastante drástica: expulsá-los do país do mesmo jeito que chegaram, ou seja, famintos e desolados. E o mais inacreditável, é que mesmo as parcelas médias da sociedade, aquelas que foram as mais beneficiadas pela criação do *Welfare State*, apoiam em grande parte essas decisões destituídas de qualquer argumento mais relevante²⁶.

Ninguém é pobre por opção. Eis um fato diligentemente esquecido pelos apologistas do neoliberalismo. É inegável que o processo em andamento é capaz de gerar uma riqueza inimaginável em escala planetária e dinamizar a produção como nunca antes se assistiu na história. O aspecto mais preocupante em nossos dias é que a afluência gerou também um sentimento de indiferença para com os outros membros da sociedade - sem falar dos outros continentes - que estão privados das condições mínimas de sobrevivência. Qualquer discurso que comece a versar sobre a desigualdade social é rapidamente taxado de romântico e utópico. A única coisa que restou é esse discurso hermético e repetitivo onde tudo começa e termina com digressões acerca do *déficit* público, da inflação e do controle dos gastos governamentais com a área social. Parece não existir mais nada para além ou fora do mercado. Quando se pronuncia a palavra Estado, temos que tomar cuidado para que a "polícia" do *economicamente correto* não esteja nos vigiando e passemos a ser vistos como hereges numa terra onde vicejam as virtudes da livre iniciativa e do livre mercado. Mais uma vez, numa vulgarização crassa do liberalismo, a liberdade econômica se transforma no símbolo de autonomia do indivíduo perante a sociedade. Incapaz de emancipar o Homem, intelectual e materialmente, o neoliberalismo - cujo discurso fica restrito à questão econômica - encontra em idéias antigas o substrato para manter e justificar privilégios seculares e ignorar, como sempre fez, a questão da pobreza. Não existe retrato melhor da sociedade contemporânea do que aquele descrito pelo economista John Kenneth Galbraith,

²⁶ O discurso neoliberal se tornou tão hegemônico que domina em larga medida tudo o que é publicado no mundo inteiro. Para um contraponto ao discurso acerca da globalização ver Gerald Boxberger e Harald Klimenta, *As dez mentiras da globalização*, São Paulo: Aquariana, 1999.

referindo-se à situação social na década de 1930, nos desdobramentos da Crise 1929: "opulência privada, indigência pública"²⁷.

Assim, com os debates monopolizados por economistas e burocratas em torno da globalização, toda questão social passou a ser relegada a um desprezado segundo plano - especialmente a Educação. Os discursos acerca dessa temática versam exclusivamente sobre o papel da Educação na era da globalização, com um cunho essencialmente tecnicista, mas agora disfarçado sob um manto de vários assuntos emaranhados sob o nome de Educação para a Paz, onde tudo se insere na questão educacional. Desse modo, congestionam-se em demasia os conteúdos que a Educação *deve* abordar em detrimento daquilo que poderia ser considerado essencial, fazendo com que qualquer debate mais sério acerca dos problemas educacionais acabe caindo num imenso vazio. Não é de se estranhar que o discurso conservador se apegue a variadas questões - desde a formação do cidadão (numa óptica exclusivamente capitalista) até a questão ecológica -, mas sempre direcionadas para a formação do "novo" trabalhador necessário para o próximo milênio. Os discursos em voga são reconhecidamente sedutores, mas as suas implicações subjacentes são igualmente bastante perigosas. Daí talvez, o fato de vários intelectuais terem cerrado fileira, de boa ou má fé não nos interessa, nessa onda que poderíamos denominar acertadamente de neoconservadorismo no campo da Educação. É essa discussão que pretendemos estabelecer no próximo capítulo.

²⁷ J. K. Galbraith é um dos poucos economistas americanos a defender as idéias keynesianas numa época em que os neoliberais tomaram conta de todo espaço de discussão seja nas Academias ou na grande imprensa. É um crítico radical das políticas adotadas pelos governos Reagan e Bush no sentido de promover cortes nos gastos sociais e privilegiar a diminuição de impostos para favorecer as camadas mais ricas da sociedade. Assim, continua sendo uma espécie de reserva moral do pensamento moderado do alto de seus noventa anos. Ver especialmente *A sociedade justa*, Rio de Janeiro: Campus, 1996.

CAPÍTULO 3

O DISCURSO DA ORDEM SOBRE A EDUCAÇÃO

Quando se analisa os discursos sobre a Educação, em suas mais diversas modalidades, podemos perceber que ela sempre esteve associada a questões mais amplas como a construção de uma determinada identidade nacional ou a formação de indivíduos preparados para servirem à sociedade da qual fazem parte. A questão da identidade nacional serviu ao longo do tempo para, bem ou mal, forjar um ideal de Nação em prol da coesão social e da estabilidade da vida comunitária através do respeito às leis e à ordem. Quanto ao segundo aspecto, a Educação se viu ligada (e muitas vezes confundida) com a obrigação de formar, nem tanto cidadãos conscientes para reivindicar os seus direitos, mas sim trabalhadores disciplinados e adaptados ao mundo do trabalho especialmente nas sociedades industriais.

Neste terceiro capítulo, pretendo abordar a evolução dos discursos sobre a Educação ao longo da nossa história mais recente e os dilemas que ela tem enfrentado numa época marcada pela homogeneização de ideais e aspirações imposta pelo discurso triunfante do neoliberalismo onde tudo começa e termina com termos como globalização, automação, eficiência, o *novo* trabalhador, numa tendência de se privilegiar o aspecto econômico em detrimento de todas as outras esferas que devem compor a vida em sociedade. Podemos adiantar que os discursos relacionados à Educação nas últimas décadas procuraram dar uma grande ênfase a questões como cidadania, ética, meio ambiente, cotidiano, sem a preocupação de se estender o debate para o plano da realidade, mantendo, na maioria das vezes uma superficialidade assustadora. É por isso que mesmo os discursos que pretendem servir como contrapartida ao neoliberalismo acabam contribuindo para a sua hegemonia, pois não conseguem trazer para o plano da realidade os elementos por demais abstratos que compõem o seu ideário político e pedagógico. Nesse sentido,

a Lei 9.394/96, a nossa última LDB, se constitui no rosário mais bem acabado de boas intenções que não encontram correspondência na realidade.

Este capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira seção estabeleço uma breve discussão acerca da importância do Trabalho para o desenvolvimento da civilização e para a própria humanização do Homem ao longo de sua história, o seu significado em diferentes épocas e a sua transformação de algo negativo para algo positivo sob a égide da ética protestante, atendendo às necessidades do embrionário sistema capitalista. A segunda seção é voltada para uma análise dos discursos sobre a Educação no Brasil. A discussão está concentrada a partir do período estabelecido cronologicamente em 1930, quando coincide a elaboração de uma política pública diretiva para a Educação com o processo de urbanização e industrialização em andamento no país sob o governo Vargas. A terceira seção é dedicada à discussão sobre as mudanças que estão ocorrendo em todo o mundo em função da globalização dos mercados e do acelerado desenvolvimento tecnológico que levaram a uma mudança na forma de enxergar a questão do trabalho na sociedade contemporânea através do aumento vertiginoso do desemprego e todas as implicações dessa nova situação. Na sequência, a quarta seção é voltada justamente para a análise dos discursos elaborados por filósofos, economistas e cientistas sociais acerca do futuro do mundo do trabalho, a pretensa ociosidade decorrente do desenvolvimento tecnológico e o Homem que deverá ser moldado para o terceiro milênio. Não possuo uma visão simpática quanto a esses discursos que lançam para o futuro a redenção da humanidade através de um *novo* Homem a ser construído em moldes pré-estabelecidos. Por fim, na quinta seção a discussão se volta, com uma certa brevidade, para um tema bastante caro para as esquerdas mas que tem sido categoricamente relegado por economistas e filósofos: a questão da desigualdade social que está se ampliando mesmo em face do contínuo aumento da riqueza global. O que parece ser paradoxal é, na verdade, a concretização de uma lógica implacável que tende a aumentar cada vez mais a enorme distância que separa os ricos e os pobres do planeta.

O Homo faber

Nos países nórdicos, a sabedoria popular afirma que "o trabalho dignifica o Homem". A mesma expressão professada nos trópicos já coloca que "quem inventou o trabalho não sabia o que estava fazendo". De um jeito ou de outro, é impossível dissociar a idéia de trabalho da história da humanidade. Isto porque, o Homem se fez humano a partir do momento que começou a produzir a sua sobrevivência num ambiente quase sempre hostil à sua existência física. Ao contrário dos outros animais, que se aproveitam da natureza para obter esse mesmo fim, o

Homem aprendeu a explorar e transformar a natureza em seu próprio benefício. O trabalho se tornou, assim, o elemento mediador da relação entre o Homem e a Natureza em seu sentido mais amplo. Graças a essa faculdade é que a humanidade se tornou possível, desenvolvendo a capacidade de raciocínio da nossa espécie e impulsionando o processo civilizatório mediante a acumulação de conhecimentos adquiridos através da experiência histórica.

"Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, pelo que se queira. Eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* os seus meios de vida, um passo condicionado pela sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua vida material mesma. (...)

Os indivíduos são assim como manifestam a sua vida. O que eles são coincide portanto com a sua produção, tanto com *o que* produzem quanto também com *o como* produzem. Portanto, o que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção"¹.

Da evolução das formas de trabalho, a civilização se ergue acima do reino estritamente animal (biológico), transcendendo a simples reprodução física da espécie, construindo um modo de vida peculiar que é reproduzido através da experiência e transformado pelos novos conhecimentos adquiridos pelas gerações que se sucedem cronologicamente. Dessa capacidade de produzir a própria sobrevivência advém a capacidade do Homem em apreender a realidade na qual está inserido, gerando aquilo que podemos chamar genericamente de Cultura. Portanto, podemos afirmar que existe uma cultura material, que é apreendida para não colocar em risco a manutenção biológica da espécie e uma cultura espiritual que é necessária para manter a coesão do grupo, a distribuição da riqueza produzida, a preservação de um ordenamento político, evitando a desagregação de uma dada coletividade que poderia levar à desestruturação do modo de vida tal como se encontra organizado de acordo com as suas condições materiais e o desenvolvimento das faculdades humanas determinadas historicamente. É nesse sentido que o Homem vai se distanciando do reino animal para consolidar um modo de vida onde interagem os aspectos biológicos e culturais que moldam a vida em sociedade².

Por estar associada diretamente à produção da sobrevivência, individual e coletiva, a idéia de trabalho foi estigmatizada, ao longo dos séculos, por uma aura estritamente negativa. Isto se deveu ao fato de que a sobrevivência do Homem, na maior parte de sua história, ocorreu

¹ Cf. Karl Marx et Friedrich Engels, *A Ideologia alemã*, in Florestan Fernandes (org), *Marx e Engels*, São Paulo: Ática, 1984, pp. 182-214. O texto em questão manifesta a posição filosófica do materialismo histórico. Para uma análise dos aspectos sócio-econômicos e políticos do marxismo, ver a segunda seção do primeiro capítulo.

² Essa discussão nos leva a retomar a questão do Homem em seu estado de natureza e a organização da vida societária, mesmo que numa perspectiva atemporal como em Hobbes ou num caso mais concreto como em Locke. Para essa discussão ver a primeira seção do primeiro capítulo.

num ambiente francamente desfavorável à sua existência. Se considerarmos apenas os aspectos físicos, o Homem era, na escala biológica, uma presa fácil para os outros animais e jamais poderia se transformar numa espécie capaz de se proteger dos grandes animais ou caçá-los em prol de sua sobrevivência. Todavia, foi justamente isso que ocorreu. Ao mesmo tempo, o Homem desenvolveu um senso prático para que não ficasse dependente, exclusivamente, das condições naturais que o cercavam, promovendo a capacidade de se prevenir contra eventuais situações de escassez sempre que possível. O desejo de fazer reservas (sejam elas de alimentos ou de bens monetários) não se constitui numa especificidade do capitalismo.

Nesse ambiente tão hostil à presença do Homem, a idéia de trabalho acabou sendo associada, inevitavelmente, a uma situação de sacrifício, sofrimento, fadiga física, enfim, a todo tipo de negatividade que a existência humana pudesse conceber. Daí porque também, ao longo do processo civilizatório, sempre que possível, ocorria a exploração do trabalho de uns sobre outros. Na Antigüidade, o padrão para sujeitar povos inteiros à dominação de outros ocorria através das guerras que cumpriam uma dupla finalidade: a conquista de terras férteis e de escravos para realizar todas as tarefas vinculadas à produção da sobrevivência dos grupos privilegiados. Na Grécia e em Roma, o trabalho manual, a labuta, que provocasse ou não um considerável cansaço físico, era desprezado pelas camadas mais altas da sociedade. Essa idéia de trabalho associada à condição social será uma herança bastante presente na cultura ocidental³.

No entanto, a influência mais duradoura que liga a idéia de trabalho com a dor e o sofrimento nos vem da mística judaico-cristã. Nessa tradição, o trabalho se constitui na "Maldição de Adão", o símbolo de todos os terríveis desdobramentos após a expulsão do Homem do Paraíso: "Trabalharás, e com o suor do teu rosto obterás o pão de cada dia". De certa forma, a Igreja Católica disseminou uma mescla dessas duas concepções que vigoravam na Antigüidade para justificar o ordenamento social que ela mesma ajudou a estruturar na Idade Média. Apesar de condenar, com certa veemência, a exploração demasiada do homem pelo homem e pregar o amor ao próximo, a Igreja deu total respaldo à servidão nos feudos da Europa medieval e, em grande medida, legitimou a escravidão na América durante a colonização. Porém, manteve abertas as portas do Paraíso aos mais pobres, através de um discurso, ao mesmo tempo, redentor e conformista. A vontade de Deus não podia ser contrariada, mesmo porque, o verdadeiro sentido da existência dos homens não se encontra na vida terrena mas sim na graça conquistada através da salvação eterna.

³ Vide o caso da escravidão implantada no Brasil no processo de colonização efetuado pelos portugueses. Para uma discussão sobre esse assunto ver Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1983, especialmente o Capítulo II, pp. 12-36.

É sob essa perspectiva, também, que no início da Idade Moderna a idéia de trabalho irá sofrer uma metamorfose radical através da reforma protestante, especialmente com sua vertente calvinista - conhecida também como presbiteriana e puritana, sendo a primeira nomenclatura recebida na Escócia e a segunda na Inglaterra. A doutrina elaborada por Jan Calvino está assentada na predestinação daqueles que são os *eleitos* de Deus para serem salvos. Desse modo, o calvinismo retirou dos sacramentos, das boas ações e, em última instância, da bênção da Igreja, o papel redentor que o catolicismo havia concebido tradicionalmente. Ser um escolhido por Deus era o que bastava para se alcançar a vida eterna. Todavia, os eleitos de Deus traziam uma marca característica que os distinguia daqueles que já estavam condenados a queimar no fogo do inferno. Esse sinal de que se era um predestinado acompanhava o indivíduo em todos os momentos do seu dia-a-dia: o trabalho disciplinado, a retidão na conduta moral, o ascetismo e a frugalidade material.

"Na medida em que a predestinação não foi interpretada, suavizada ou fundamentalmente abandonada, apareceram dois tipos principais, mutuamente relacionados, de recomendações pastorais. Por um lado, manteve-se como um dever absoluto, de cada um considerar-se escolhido e de combater todas as dúvidas e tentações do demônio, já que a falta de autoconfiança era o resultado da falta de fé, portanto uma graça imperfeita. (...) Por outro lado, a fim de alcançar aquela autoconfiança, uma intensa atividade profissional era recomendada, como o meio mais adequado. Ela, e apenas ela, afugenta as dúvidas religiosas e dá a certeza da graça"⁴.

O grande mérito do calvinismo foi o de ter conciliado uma doutrina religiosa da salvação com os valores terrenos de uma nova época marcada pelo desenvolvimento do capitalismo. A burguesia empreendedora do início da Idade Moderna pôde encontrar conforto numa doutrina religiosa que justificava o trabalho diligente e metódico, o cálculo racional direcionado para o ganho de riqueza e a mentalidade voltada para a acumulação, tudo isso sob o manto de que se era um eleito de Deus e não um pecador avaro e usurário. É preciso ressaltar, obviamente, que para o calvinismo, a riqueza advinda de tamanho esforço era um produto da graça divina e deveria servir não para a ostentação ou o gasto fácil, mas sim para engrandecer o Senhor pela graça recebida e reafirmar a confiança de que se fazia parte do grupo dos predestinados à salvação. A partir de então, fé e trabalho passam a caminhar passo a passo, servindo, de acordo com Weber, como um poderoso impulso ao desenvolvimento do sistema capitalista. Da vertente calvinista derivaram várias outras igrejas, como a metodista e a batista, que se aproximavam ou

⁴ Cf. a obra clássica de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo: Pioneira, 1994, p. 77.

distanciavam-se de alguns pontos isolados, mas que na essência propunham a mesma concepção de uma vida ascética e uma rígida disciplina moral como meios de se alcançar a salvação.

Essa pequena digressão sobre a questão do trabalho na história da humanidade e as alterações que a sua concepção foi sofrendo, deve servir-nos como base para a discussão que se pretende estabelecer daqui por diante, interligando os discursos sobre a Educação, a formação para o trabalho e os dilemas de uma sociedade que está enfrentando, justamente, uma tendência no sentido de abolir as formas de trabalho concebidas tradicionalmente como fator de fadiga e sofrimento, mas também de produção da riqueza social. São essas questões que pretendemos discutir nas próximas seções.

A questão do Trabalho e os discursos sobre a Educação

A emergência de um discurso articulado sobre a Educação no Brasil coincide, em grande medida, com a expansão do pensamento republicano no último quartel do século XIX. Contrapondo-se à monarquia escravocrata e elitista, os republicanos, amplamente influenciados pelos americanos, dispunham-se a construir uma sociedade baseada na liberdade política e na igualdade de oportunidades entre os homens - ao menos no plano ideal. Assim, com Rui Barbosa e Carneiro Leão, se esboçam as primeiras tentativas de se colocar a questão da Educação no centro dos debates políticos, associando-a à construção da nação entre homens juridicamente iguais e buscando a realização dos ideais positivistas de ordem e progresso que faziam parte do ideário republicano no Brasil.

No entanto, os discursos mais articulados e os debates mais acirrados acerca desse tema irão ocorrer de forma mais sistemática a partir da década de 1930. Isto porque, a Primeira República, apesar dos ideais republicanos, acabou confinada aos interesses dos latifundiários em geral, restrita ao domínio dos principais Estados da Federação (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), sem promover nenhum esforço de se construir, de fato, uma nação de cidadãos integrados social e politicamente. Ao contrário, manteve as rígidas hierarquias sociais e os privilégios políticos e econômicos herdados dos séculos anteriores, marcados, principalmente, pela escravidão que havia sido recentemente abolida e servira de principal pilastra tanto na época colonial como também para a manutenção do regime monárquico desde a Independência em 1822.

Todavia, nos anos 30, havia todo um clima de transformação social, política, econômica e cultural, não apenas no Brasil como no resto do mundo. Aliás, como ocorrera em outros momentos da nossa história, essas transformações, vindas principalmente da Europa, chegavam

com um certo atraso até nós e eram digeridas de acordo com a vontade de cada segmento da sociedade. Especialmente nas Artes, havia uma movimentação em torno de se buscar uma identidade cultural do povo brasileiro sempre tão voltada para os modismos que vinham do exterior. A Semana de Arte Moderna em 1922, no centenário da nossa Independência, reuniu toda gama de artistas, desde literatos até pintores e músicos, que almejavam o mesmo objetivo. Apesar do caráter um tanto esnobe e panfletário do evento, a Semana serviu para chamar a atenção para as mudanças que estavam ocorrendo no Brasil em seu conjunto, particularmente nos grandes centros urbanos, sem ignorar o povo brasileiro, ao menos em seu sentido antropológico⁵. Todas essas transformações culminaram na Revolução de 1930 e a promessa de modernização do país trazida pelos ventos da mudança que sopravam com mais intensidade⁶.

A década de 30 se constitui num divisor de águas na história da Educação porque, até então, não havia nenhuma iniciativa concreta de se estruturar um sistema nacional de Educação, integrado através de um currículo básico, que pudesse unificar o conjunto das escolas, normatizando o sistema como um todo. Ao contrário, o sistema educacional se encontrava completamente desarticulado, subordinado diretamente às unidades da Federação, que possuíam uma ampla autonomia para direcionar os recursos materiais e a orientação pedagógica - quando houvesse uma a ser seguida. As escolas, em geral, eram isoladas, a maioria de cunho privado ou confessional, fora do controle efetivo do poder público que desconhecia, em grande medida, o que estava ocorrendo no interior de um sistema que não possuía qualquer unidade ou orientação. A primeira crítica que os formuladores de uma política educacional no Brasil irão fazer é justamente contra esse estado de coisas, cujo resultado mais visível era a elevadíssima incidência do analfabetismo entre a população.

É nesse contexto que se insere o *Manifesto dos Pioneiros da Educação*, lançado em 1932, assinado, entre outros, por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, que propunha, em sua essência, a organização de um sistema nacional de Educação por parte do poder público. A execução das diretrizes educacionais poderiam ser confiadas às unidades da Federação, porém, ter-se-ia um ordenamento geral unificado determinando as bases do sistema. Ao mesmo tempo, colocava nas mãos do poder público a obrigação de se estender o ensino básico às camadas menos favorecidas da sociedade através de escolas públicas e gratuitas. A finalidade dessas medidas era no sentido de diminuir as aberrantes taxas de analfabetismo no país, que chegavam, segundo estimativas, a 2/3 da população em idade escolar, inserindo os indivíduos ao universo do conhecimento formal, proporcionando condições efetivas de sua participação na vida política

⁵ Os aspectos sociais, políticos e econômicos, assim como o clima intelectual, dos anos de 1930-40 no Brasil, foram discutidos na terceira seção do segundo capítulo do presente trabalho.

⁶ Sobre uma discussão específica sobre o fim da Primeira República, ver o trabalho de Boris Fausto, *A revolução de 1930*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

e econômica do país. A idéia subjacente é a de que uma nação de analfabetos jamais poderia se integrar ao mundo moderno que estava se desenhando no Brasil naquele momento. Existia também a preocupação em adaptar os indivíduos ao mundo do trabalho, fazendo-os compreender o valor da atividade laboriosa para a construção da nação e de seu próprio bem-estar. Apesar de um caráter utilitarista da Educação, o *Manifesto* apresenta uma preocupação humanista no sentido de aperfeiçoar as condições materiais e sociais dos indivíduos através da Educação⁷.

Essa visão diretiva da Educação ficará mais nítida a partir de 1937, com as várias medidas adotadas pelo Estado Novo no tocante à questão educacional através do Ministério da Educação comandado por Gustavo Capanema. Acompanhando a tendência da época, que unia autoritarismo com a proeminência do Estado em detrimento da sociedade civil, a *Reforma Capanema*, como ficaram conhecidas essas medidas, procurava situar o quadro da Educação no plano nacional, inspirada em larga medida no *Manifesto dos Pioneiros*. Ou seja, procurava conciliar a Educação com a formação do indivíduo, mas acima disso, com a formação de trabalhadores disciplinados que uma sociedade urbana necessitava de acordo com os interesses do capitalismo. No entanto, como a sociedade civil era incapaz de se organizar, a iniciativa deveria caber ao próprio Estado - assim como ocorria no campo da economia e justificando, também, a supressão das liberdades políticas. A ideologia liberal mantinha-se presente apenas secundariamente, na medida em que se garantia a manutenção das escolas privadas e de uma certa liberdade na organização curricular limitada pelas diretrizes de caráter nacional⁸. O aspecto ideologizante da *Reforma Capanema* condizia com a tendência fascista do Estado Novo de tentar suprimir os conflitos sociais através da mediação do Estado. Tendência essa que ficava mais nítida com a formulação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943.

No entanto, somente a partir dos anos 50 é que se buscou efetivar, de fato, uma política educacional mais ampla e melhor sistematizada no âmbito nacional. É quando se começa a discutir os elementos de uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação no quadro da redemocratização do pós-Segunda Guerra Mundial. Para se ter uma idéia da dificuldade de se estabelecer uma LDB, a sua gestação demorou quatorze anos, finda a qual muitos de seus aspectos já poderiam ser considerados um tanto quanto anacrônicos. Oficializada em 1947 pelo ministro da Educação, Clemente Mariani, a LDB foi aprovada na forma da Lei nº 4.024 somente em 1961, devido a uma série de divergências conceituais e ideológicas no Congresso Nacional⁹.

⁷ Para uma leitura do "Manifesto" na íntegra ver Paulo Ghiraldelli Jr. *História da Educação*, São Paulo: Cortez, 1990, pp. 54-78.

⁸ Sobre esses aspectos ver Célia da Cunha, *Educação e autoritarismo no Estado Novo*, São Paulo: Cortez, 1981.

⁹ Sobre o andamento do projeto de lei que irá culminar na Lei 4.024/61, ver Dermeval Saviani, *Política e Educação no Brasil*, São Paulo: Autores Associados, 1999, pp. 31-48. Para uma ampla análise política e a composição e atuação do Congresso Nacional ao longo desse período, ver Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 89 e seguintes.

Em certa medida, essa demora na tramitação do projeto dessa LDB deveu-se às transformações pelas quais o país estava passando na década de 50. Os projetos e debates acerca da Educação nos anos 30 estavam centrados basicamente na nova situação de uma sociedade que estava se urbanizando lentamente e demonstrava a preocupação em educar o trabalhador para o labor industrial - um tipo de trabalho de natureza distinta do trabalho agrícola a que ele estava habituado. A década de 50 nos mostra uma realidade um pouco diferente. Os "anos de otimismo", especialmente no governo JK (1956-61), movidos por um acelerado processo de industrialização, ofereciam novos contornos sociais através da consolidação da urbanização e do surgimento de novas demandas sejam no campo da economia, da política, da sociedade e, conseqüentemente, da Educação. A tramitação do projeto da LDB refletia, em grande parte, essas mudanças que ocorriam no país.

Nesse contexto, duas questões se mostram importantes para serem analisadas mais detidamente. Uma era explícita, a outra nem tanto. A questão mais clara ao longo dos debates sobre o projeto da LDB nos anos 50 era a que dividia os liberais e os intervencionistas no campo da Educação. De um lado, a União Democrática Nacional, de Carlos Lacerda e do próprio ministro Clemente Mariani, discutiam a pertinência do financiamento público para a Educação, sob o argumento, mais do que conhecido, da intervenção do Estado em assuntos que não lhes diziam respeito. Conseguiram, ao final, manter em evidência o papel das escolas privadas e da liberdade de escolha por parte das famílias em oferecer o ensino que lhes fossem mais conveniente. Por outro lado, os herdeiros do getulismo, o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro, defendiam a primazia do ensino público gratuito em detrimento das escolas privadas. Esse embate refletia outras situações que se repetiam no campo da política e da economia, demonstrando que não podemos dissociar a Educação de um dado contexto histórico. Como é tradição na nossa história política, a conciliação dos interesses dos grupos acabou prevalecendo, daí em grande medida, a razão porque a LDB de 1961 irá enfrentar várias dificuldades em sua curta existência.

O segundo aspecto, não tão claro naquele momento, dizia respeito a uma certa miopia dos nossos legisladores. As transformações sociais e econômicas que estavam ocorrendo no país nos anos 40 e 50, exigiam, naturalmente, a ampliação do sistema de ensino para atender uma demanda altamente reprimida pela ineficiência do sistema ao longo do tempo. Ao acatar essa demanda, a LDB de 1961 promoveu uma pequena abertura das portas das escolas públicas tanto para a classe média quanto (em menor escala) para as camadas menos favorecidas da sociedade. Porém, não se deu conta de que os egressos do ensino médio (denominação da época), especialmente das camadas mais favorecidas, iriam exigir também a continuidade dos estudos no ensino superior em busca de uma melhor qualificação e colocações melhor remuneradas no

mercado de trabalho. Uma das poucas tentativas nesse sentido foi a criação da Universidade de Brasília em 1963, por iniciativa de Darcy Ribeiro, então ministro da Educação do governo João Goulart. Mas foi uma iniciativa isolada que não teve tempo de florescer em função da conjuntura política. Por isso, essa preocupação tomou corpo num ambiente não muito favorável à sociedade civil que foi o período posterior a 1964, quando os militares assumiram o poder, implantando, gradativamente, uma feroz ditadura que irá se prolongar até 1985.

A questão que se poderia prever - e que de fato irá mesmo ocorrer - era que um certo congestionamento dos níveis mais altos do ensino seria inevitável. A partir do momento que o ensino básico fosse sendo ampliado - mas não universalizado, ainda - o ensino médio e, mais adiante, o ensino superior também deveriam ser revistos para atender as novas demandas. A classe média, em especial, irá pressionar cada vez mais o sistema, tanto por mais vagas no ensino médio quanto no ensino superior que estava apenas se arrastando nessa época. A insuficiência de vagas nas faculdades e universidades forçou os governos militares a projetarem uma válvula de escape para esse dilema, culminando na reforma universitária improvisada de 1968 com a Lei 5.540¹⁰. Tratava-se, na verdade, de uma readequação da legislação aos interesses políticos do regime autoritário que vislumbrou na Lei 5.540/68 um meio de antecipar uma reforma que deveria ocorrer num nível mais amplo - como viria a acontecer em 1971.

A reforma universitária de 1968 veio como resposta à exigência da sociedade civil num momento de fechamento do regime militar que se aproveitou, então, para impor o seu próprio projeto de ensino superior que privilegiasse a massificação como forma de acelerar a formação de mão-de-obra mais especializada e conter as demandas sociais geradoras de conflitos em potencial¹¹. Para tanto, promoveu uma reorganização radical das universidades públicas, reunindo faculdades isoladas para exercer um controle mais efetivo, extinguindo a cátedra que oferecia ampla autonomia ao papel do pesquisador e compartimentou ao máximo as instituições para evitar uma ação mais politizada da universidade tal como vinha ocorrendo nos grandes centros urbanos.

Ao mesmo tempo, com o intuito de expandir o número de vagas, a Lei 5.540 criou todas as facilidades para a proliferação de Instituições de Ensino Superior isoladas, de cunho privado, espalhadas pelos centros urbanos sejam eles de pequeno, médio ou grande porte. A justificativa essencial para obter a autorização de funcionamento dessas instituições de ensino era a de *comprovar* a carência de recursos humanos em determinadas áreas que necessitassem, portanto, da criação de um curso superior. A proliferação dessas instituições foi a tônica do ensino

¹⁰ Cf. Dermeval Saviani, *Política e Educação no Brasil*, op. cit. pp. 67-86. Ver também José Willington Germano, *Estado militar e Educação no Brasil*, São Paulo: Cortez, 2000, especialmente p. 106 e seguintes.

¹¹ Sobre o contexto histórico e político da década de 60 ver a terceira seção do Capítulo 2 do presente trabalho.

superior nas décadas de 70 e 80 e se constituíram, em grande parte, no embrião das inúmeras universidades particulares que surgiram na década de 90 como parte do projeto de universalizar o ensino superior, sob a justificativa de gerar uma mão-de-obra melhor qualificada para os tempos de globalização. Mesmo a questão ideológica não ficou de fora das preocupações dos nossos tecnocratas que redigiram a reforma universitária de 1968. Para isso, foi introduzida como parte do currículo obrigatório de *todos* os cursos superiores a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, voltada para uma doutrinação dos alunos em torno da visão de nação propugnada pelos militares.

Quando veio a Lei 5.692/71¹², que regulamentava as Diretrizes e Bases da Educação nos níveis do primeiro e segundo graus, algumas dessas idéias serão retomadas. A primeira dessas idéias foi a ampliação da rede privada para o ensino básico como meio de desafogar as escolas públicas que necessitavam cada vez mais de um número maior de vagas¹³. Outra novidade foi a criação do ensino supletivo para os alunos que se encontrassem fora da idade adequada para cursar as séries em que haviam abandonado a escola. O ensino supletivo, regulamentado em lei, possibilitava a realização de duas séries regulares em um ano, atendendo a necessidade de um ensino acelerado para esse tipo de aluno. Curiosamente, o ensino supletivo ficou, em sua maior parte, a cargo das escolas privadas que encontraram nesse campo um ótimo empreendimento econômico: baixos custos de manutenção e cobrança de mensalidades nem sempre condizentes com a qualidade do serviço que era oferecido.

De cunho altamente tecnicista e ideologizante, a LDB de 1971, impôs duas coisas ao sistema de ensino básico. A primeira era a introdução das disciplinas de Educação Moral e Cívica no primeiro grau e de Organização Social e Política do Brasil para os alunos do segundo grau. O objetivo de ambas, obviamente, era o de transmitir de forma quase imperceptível, através de professores por vezes até bem intencionados, uma visão positiva do país e do governo. A segunda imposição era a obrigatoriedade, no ensino de segundo grau, da profissionalização dos egressos. Essa medida tinha uma dupla função: a primeira, dizia respeito à preparação para o trabalho daqueles que não teriam condições econômicas para prosseguir os estudos no nível superior e, portanto, deveriam se contentar com as profissões técnicas que exigiam menor qualificação profissional. A segunda, e mais importante, é que essa profissionalização deveria atuar no sentido de diminuir as pressões sobre as universidades, especialmente as públicas.

¹² Sobre a tramitação da Lei 5.692/71, ver Dermeval Saviani, *Política e Educação no Brasil*, op. cit. pp. 105-25. Ver também José W. Germano, *Estado militar e Educação no Brasil*, op. cit. p. 164 e seguintes.

¹³ Nos anos 60, os estudos da UNESCO já apontavam para os problemas envolvidos com a necessidade de se universalizar o sistema de ensino do mundo inteiro. Ver Philip Coombs, *A crise mundial da Educação*, São Paulo: Perspectiva, 1986. A primeira edição em inglês dessa obra é de 1968.

A questão é que nem uma coisa nem outra acabou acontecendo: a profissionalização no ensino de segundo grau não ocorria (com a exceção das tradicionais Escolas Normais), como também, mesmo os alunos egressos do ensino profissionalizante almejavam prosseguir os estudos em nível superior. Daí que as Instituições de Ensino Superior tiveram o seu papel sobrevalorizado pelo poder público para tornar possível o atendimento de toda a demanda reprimida do sistema. Ao mesmo tempo, as escolas particulares de ensino de segundo grau foram tomando importância crescente para preparar os alunos que disputavam as vagas cada vez mais concorridas das universidades públicas, gerando um efeito perverso em todo o sistema que podemos sentir até a atualidade¹⁴.

Nesse meio tempo, em 1969, foi criada a Fundação MOBRAL, com vistas à alfabetização da população adulta e, também, como parte da estratégia dos militares de aperfeiçoar os mecanismos de controle e contenção das tensões sociais que um governo ditatorial poderia enfrentar a qualquer momento. Apesar de possuir uma filosofia baseada, em termos, no método Paulo Freire, o programa de alfabetização proposto pelos militares tinha a clara intenção de repassar a ideologia governista de ordem e progresso, mesmo que à custa do sacrifício das liberdades políticas. Em vez de estabelecer uma possibilidade de emancipação dos homens - mesmo que numa perspectiva liberal -, a doutrina de segurança nacional, verdadeira obsessão da ditadura, perpassava a maior parte do conteúdo programático a ser ministrado. Não é de se estranhar que, apesar de mobilizar grandes recursos materiais e humanos, o MOBRAL acabou por redundar num enorme fracasso mesmo para fins de propaganda para o governo¹⁵.

A tônica dos anos 80, no campo da Educação, será embalada no ritmo determinado pela consolidação dos mecanismos criados pelas Leis 5.540/68 e 5.692/71. Ou seja, a regra geral nesse período será a de facilitar ao máximo a atuação da iniciativa privada no campo do ensino em todos os níveis. Foi um processo que ocorreu silenciosamente, sem que muitos setores da sociedade civil se dessem conta, inclusive nas universidades e nos Departamentos de Educação, alheios que estavam à questão política concreta que se desenrolava no país. Dessa maneira, lentamente, o sistema de ensino público foi sendo desmontado e deteriorado ao longo de poucos anos, atingindo inicialmente as escolas de primeiro e segundo graus e, posteriormente, as

¹⁴ Nesse sentido, ocorre um cruzamento perverso no sistema de ensino básico (primeiro e segundo graus). Os alunos que freqüentam as escolas privadas durante o período pré-universitário, que são originários de famílias de maior poder aquisitivo, acabam tendo melhores oportunidades de ingresso nas concorridas universidades públicas que ainda mantêm um padrão de ensino mais elevado do que a imensa maioria das Instituições de Ensino Superior de cunho privado. Assim como, os alunos que freqüentam as deterioradas escolas públicas de primeiro e segundo graus, que provêm das camadas menos favorecidas da sociedade, acabam sendo obrigados a ingressar nas instituições privadas para concluir um curso superior. O encaminhamento desse problema não possui uma solução fácil a curto prazo. Sobre a questão da profissionalização imposta pela Lei 5.692/71, ver José W. Germano, *Estado militar e Educação no Brasil*, op. cit., p. 185 e seguintes.

¹⁵ Ver Bárbara Freitag, *Escola, Estado e Sociedade*, São Paulo: Moraes, 1986, pp. 91-3.

próprias universidades federais. Se, na época, alguém dissesse que aquilo era parte de uma política deliberada, para retirar do poder público as suas obrigações fundamentais para com a Educação, seria acusado de estar tendo um delírio conspiratório. No entanto, olhando retrospectivamente, é difícil não ter essa impressão.

Por isso, nos anos 90, quando o discurso neoliberal invadiu, também, o campo da Educação, encontrou um terreno mais ou menos propício para o seu crescimento e aceitação em amplos meios do poder público e da própria sociedade civil. Se houve algum mérito no crescimento da escola particular, talvez, este se deveu à propagação de uma fantasia - algo que grande parte da sociedade desejava no seu íntimo. Essa fantasia era que a escola particular proporcionava uma diferenciação social aos seus alunos, ou seja, um *status* mais elevado para as famílias que matriculassem os seus filhos numa escola privada. Daí advém uma segunda fantasia: que a escola particular é *melhor* do que a escola pública. Ninguém sabia ao certo em que aspecto a escola particular era melhor do que a escola pública; porém, a idéia progrediu sem nenhuma resistência. Hoje, o senso comum se encarrega de alimentar essa fantasia e é um sentimento internalizado, inclusive, pela burocracia e pelos professores em geral. Qualquer família que tenha um mínimo de condições econômicas prefere colocar os seus filhos numa escola da rede particular. O abandono das escolas públicas por parte de sucessivos governos tratou de concretizar a realização de tal fantasia. No entanto, vale frisar que quem primeiro abandonou a escola pública foi a própria sociedade civil, especialmente a classe média ressentida com o fluxo de um grande contingente de pobres que passou a fazer parte do sistema de ensino público.

"As escolas privadas não são mais eficientes que as escolas públicas por causa de alguma qualidade inerente e transcendental da iniciativa privada (o contrário valendo para a administração pública), mas porque um grupo privilegiado em termos de poder e recursos pode financiar privadamente uma forma privada de educação (...). As escolas públicas não estão no estado em que estão simplesmente porque gerenciam mal seus recursos ou porque seus métodos e currículos são inadequados. Elas não têm os recursos que deveriam ter porque a população a que servem está colocada numa posição subordinada em relação às relações dominantes de poder"¹⁶.

¹⁶ Cf. Tomaz Tadeu da Silva, "A 'nova' direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia", in Pablo Gentili et Tomaz T. da Silva (orgs), *Neoliberalismo, qualidade total e educação*, Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 11-29.

Tratou-se de um círculo vicioso que ninguém cuidou em procurar rompê-lo enquanto estava apenas se iniciando. O poder público sucateava as escolas, que implicava numa queda brutal da qualidade do ensino, o que justificava o seu abandono e fazia crescer a idéia de que a livre iniciativa era mais competente para lidar com os assuntos educacionais. A própria *intelligentsia* se encontrava paralisada diante da sua incapacidade em solucionar os problemas que ela tanto criticara e que, com a redemocratização, havia sido dada a ela a oportunidade de ter uma participação ativa nas decisões políticas mais relevantes. Com a crescente hegemonia do discurso conservador, o sistema educacional e as escolas passaram a ser alvos fáceis para os ataques de vários setores da sociedade que passaram a ver na Educação o principal obstáculo ao nosso desenvolvimento e à inserção do país no processo da globalização¹⁷. Havia se chegado, enfim, ao culpado pelo nosso fracasso enquanto nação: o sistema de ensino que levava os alunos sistematicamente ao fracasso individual e, por conseqüência, ao fracasso coletivo. E, mais do que tudo, o sistema escolar falha, de acordo com os seus detratores, porque não consegue gerar uma mão-de-obra melhor qualificada que nos permita competir em preço e qualidade com outros países do mundo.

Nesse sentido, sem dúvida, a Constituição de 1988 colocou em evidência toda a incompetência do nosso sistema educacional: incapaz de erradicar o analfabetismo, a Constituição concedeu, com muita justiça, o direito de voto aos analfabetos. É o reconhecimento explícito da incompetência do poder público e de toda sociedade civil, diante de uma questão relativamente simples, para estender um princípio elementar de cidadania a todos os membros da sociedade. O silêncio dos tecnocratas, que comandam o sistema educacional a partir de seus confortáveis gabinetes, fala muito mais do que centenas de eventuais páginas que venham a ser escritas sobre o assunto.

O ócio involuntário

O acelerado desenvolvimento tecnológico, conjugado ao inédito incremento da produção, compreendido pelos países de capitalismo avançado nas duas últimas décadas do século passado, trouxe implicações profundas em quase todos os aspectos da vida das pessoas no mundo inteiro. O impacto mais profundo provocado por esse acelerado desenvolvimento tecnológico, sem sombra de dúvida, recai sobre a questão do emprego, seja nas sociedades mais avançadas ou nas sociedades que foram inseridas nessa nova ordem econômica tardiamente. As novas tecnologias

¹⁷ Para uma crítica essencialmente utilitarista da Educação, ver Cláudio de Moura e Castro, *Educação brasileira: concertos e remendos*, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

que surgem no interior do sistema, buscam o aumento da produtividade via desenvolvimento tecnológico, gerando um efeito colateral indesejado e difícil de ser enfrentado que é o aumento do desemprego, especialmente nos setores que demandam uma mão-de-obra menos qualificada que acaba sendo, simplesmente, descartada pelas máquinas e sistemas ligados em rede que faz com que certas atividades possam ser executadas mais rapidamente e com a utilização de menor número de pessoas.

O principal componente da chamada sociedade global é, sem dúvida, o rápido desenvolvimento tecnológico em várias áreas do conhecimento que induz a grandes transformações na vida das pessoas envolvidas nesse processo. Num primeiro momento, parece que a globalização é movida apenas pelo incremento de novos meios de comunicação que conseguem interligar o mundo inteiro em tempo real, permitindo um ganho de tempo na tomada de decisões por governantes e agentes econômicos. Ao mesmo tempo, tem-se a impressão de que o desenvolvimento tecnológico se encontra restrito apenas ao campo da Informática e setores adjacentes e suas implicações parecem transcender o sistema de decisões tradicionalmente centrado nos Estados nacionais. Porém, a realidade não se esgota nessas questões mais simples.

De certa forma, todo o desenvolvimento tecnológico que temos assistido é produto de uma avassaladora expansão do capitalismo nos últimos trinta anos e que culminou com o avanço nas telecomunicações, permitindo o deslocamento de empresas e fábricas mundo afora que acabou gerando esse fenômeno denominado globalização da economia. Essa nova expansão do sistema capitalista possibilitou, por sua vez, um gigantesco incremento da acumulação de capital que beneficiou, inicialmente, os países mais ricos mas que alcançou também os países periféricos que acabaram sendo integrados ao novo modelo de crescimento econômico independentemente de suas vontades ou iniciativas. Daí, o fenômeno do desemprego rondar praticamente todas as economias do mundo de modo indistinto, sem diferenciar as sociedades desenvolvidas ou subdesenvolvidas.

O desemprego, mesmo que em níveis baixos, é uma necessidade do capitalismo, impedindo que a pressão inflacionária ou salarial recaia sobre todo o sistema. Mesmo o pleno emprego, preconizado pelo economista John Maynard Keynes, na década de 30, constituía-se numa situação ideal. O desemprego real deveria girar em torno de 3% da população apta a trabalhar. Todavia, no passado, o desemprego não se apresentava como um fantasma tão assustador como nos dias presentes. Isto porque, na maioria das vezes, o desemprego se apresentava de forma sistêmica, funcional. Ou seja, possuía um caráter conjuntural: quando um setor da economia enfrentava uma crise despedia-se trabalhadores que poderiam ser absorvidos pelos setores que se encontrassem em expansão e, na maioria das vezes, na execução de tarefas semelhantes as que desempenhavam anteriormente.

Dessa maneira, a idéia do pleno emprego se justificava e era buscada com relativo sucesso nos países mais avançados, num esforço conjugado do poder público e dos empresários em resposta às pressões dos sindicatos e da sociedade civil em seu conjunto. O *Welfare State*, que associava a oportunidade de emprego com uma série de direitos sociais e previdenciários aos trabalhadores como nunca se havia assistido numa economia capitalista, parecia ser o melhor antídoto para contornar as tensões sociais e promover a prosperidade nacional. E, de fato, isso veio a ocorrer nos países mais ricos, sem comprometer a acumulação de capital por parte do sistema. O período de prosperidade que marcou a Europa Ocidental, o Japão e os EUA no pós-Segunda Guerra deveu-se, fundamentalmente, ao sucesso em se conciliar capital e trabalho via intervenção do poder público na economia em detrimento do livre mercado - contribuindo para o aumento gigantesco da ira que será guardada pelos conservadores até a década de 70. Por isso, os índices de desemprego nos países da atual União Européia não ultrapassavam a marca de 5% dos trabalhadores, em média, ao longo da década de 60. O problema do desemprego na atualidade parece ser mais complexo¹⁸.

Essa situação tende a se agravar na medida em que o processo da globalização avança no interior do sistema produtivo de cada economia tomada individualmente. O problema não está no desemprego, em si, causado pelas novas tecnologias que buscam ampliar a produtividade dos trabalhadores. Mas sim que essas tecnologias acabam por suprimir várias ocupações sejam na linha de montagem ou nos escritórios. Ao contrário do desemprego funcional, os trabalhadores destituídos de suas funções jamais encontrarão outro emprego semelhante: é o caso dos soldadores e pintores das linhas de montagem da indústria automobilística ou os bancários substituídos pelas máquinas disponíveis vinte e quatro horas para o atendimento aos clientes. Em economias relativamente *engessadas*, como é o caso dos países da União Européia, o desemprego atinge, na média dos países membros, a assustadora marca de 12% dos trabalhadores - chegando a 18% na Espanha. Os defensores da globalização alegam que a única saída é a flexibilização das relações trabalhistas, um eufemismo para acabar com qualquer proteção que beneficie os trabalhadores e deixem os patrões livres de qualquer ônus social. Eles citam os casos da Grã-Bretanha e dos EUA, que passaram por uma rápida expansão da economia sob a batuta de governos ultraliberais nos anos 80 e 90. Todavia, essa expansão é marcada por uma forte queda dos salários e vários empregos de tempo parcial e temporários, que mantém os trabalhadores reféns da conjuntura econômica e desprotegidos em relação aos benefícios previdenciários, conquistados ao longo do tempo, quando perdem o emprego.

¹⁸ Sobre a questão do *Welfare State* nos países avançados, ver a segunda seção do segundo capítulo.

"O assim chamado milagre do 'job' americano pode ser explicado pelo conceito deles do que é trabalho e estatísticas de desemprego: em 1996 foram registrados 7,3 milhões de desempregados, o que corresponde a uma cota de 5,3%. A estatística oficial americana esconde o verdadeiro desemprego, muito mais do que a estatística alemã. Assim faltam à estatística oficial americana, pelo menos 6 milhões de pessoas que podem e querem trabalhar, mas que desistiram da busca de um emprego. Além disso, também não aparecem nessa estatística os 4,5 milhões de pessoas que involuntariamente trabalham só meio período. Com isso, 14% dos americanos ativos são sub-empregados, aos quais pertencem também 10,1 milhões de ativos com contratos temporários de trabalho e 8,3 milhões de autônomos sem contratos integrais, o que perfaz uma cota de desempregados e sub-empregados de 28%. Numa análise mais apurada sobra pouco do tão louvado 'milagre do emprego'. Os Estados Unidos criam, estatisticamente, novos empregos, mas no total ainda faltam milhões de postos de trabalho - assim como na Alemanha"¹⁹.

Nessa situação, amplamente desfavorável aos trabalhadores, os sindicatos (mesmo os mais organizados) e os intelectuais, em geral, mantêm-se apreensivos diante de uma realidade até então inusitada para a maioria da sociedade que se habituou, ao menos, com algum tipo de proteção social e estabilidade econômica. Cada vez mais, as pressões do grande empresariado sinalizam para o corte dos benefícios sociais e os tecnocratas do governo argumentam com o desequilíbrio fiscal para cortar gastos com saúde, educação e previdência pública. Sejam governos de direita ou esquerda, a tônica dos discursos não se modifica, generalizando a impressão de que quem quer que esteja no poder deverá tomar as mesmas diretrizes na política econômica e social²⁰. Ao mesmo tempo, os trabalhadores que lutaram por tanto tempo pelo direito de greve, encontram-se, hoje, na estranha situação de ter que reivindicar uma política de empregos e outras coisas semelhantes para garantir o seu trabalho - mesmo que tenham que abrir mão de certos direitos conquistados no passado. Nessa encruzilhada histórica da questão do trabalho, os trabalhadores levam ampla desvantagem, pois a economia globalizada responde mais rapidamente através da procura de lugares onde a mão-de-obra possa ser explorada de modo mais conveniente pelas grandes corporações empresariais.

Por seu turno, empresários, governantes e tecnocratas, procuram articular um discurso que possa justificar essa situação onde trabalhadores perdem os empregos sem perspectivas de

¹⁹ Cf. Gerald Boxberger et Harald Klimenta, *As dez mentiras da globalização*, São Paulo: Aquariana, 1999. p. 143.

²⁰ É uma situação no mínimo desconfortável ver que o tradicional Partido Social Democrata alemão adota o mesmo discurso que a Democracia Cristã, ou que trabalhistas e conservadores na Grã-Bretanha tenham quase a mesma coloração em suas respectivas plataformas de governo. Isso sem falar nos democratas e republicanos nos EUA. Dessa maneira, tornou lugar comum a alegação de que as fronteiras entre direita e esquerda desapareceram na atualidade. Na defesa desse ponto de vista ver Anthony Giddens, *A terceira via*, Rio de Janeiro: Record, 1999. Para uma análise mais lúcida acerca dessa questão ver Norberto Bobbio, *Direita e Esquerda*, São Paulo: Edunesp, 1995.

recolocação no mercado de trabalho, o Estado se recusa a determinar diretrizes econômicas e sociais, como se não tivesse responsabilidade alguma sobre o que está acontecendo, em nome da austeridade fiscal e do controle da inflação, e os especialistas de plantão só conseguem dizer o óbvio - tal como que estamos vivendo uma experiência inédita na história da humanidade. Diante dessa conjuntura, até mesmo coisas bizarras são pronunciadas, mostrando que a capacidade de falar coisas sem muito nexos não se constitui num privilégio dos pós-estruturalistas. Nesse sentido, a palavra em voga nos discursos da ordem é o termo *empregabilidade*. A rigor, esse conceito, obscuro, para dizer o mínimo, tornou-se o jargão predileto de governantes, jornalistas, empresários e economistas, como se explicasse alguma coisa de modo mais profundo²¹.

Como todo neologismo, não se sabe ao certo quem começou a utilizar esse termo de extremo mau gosto. Isto porque, a palavra, em si, carrega uma imensa carga de preconceito, indiferença e, no limite, de desumanidade, por parte de quem a utiliza. A palavra *empregabilidade*, pressupõe que pessoas estão se tornando inaptas para exercer qualquer atividade produtiva que pressupõe labor intelectual ou físico. É diferente da situação do indivíduo que é taxado de "imprestável", que ocorre em função de alguma falha do caráter, da formação moral ou de algum vício do qual a pessoa é portadora. O imprestável, na maioria das vezes, não se constitui numa categoria absoluta. Ao contrário, é uma idéia relativizada de acordo com os padrões morais e éticos de uma determinada sociedade. O inempregável, quando relacionado de forma generalizada, parece possuir uma condição absoluta. Pressupor uma situação como essa é, sem dúvida, um grande preconceito que demonstra o estado de indiferença por aqueles que não tiveram as mesmas oportunidades que os mais privilegiados.

O supostos inempregáveis, não se encontram numa situação de dificuldade por uma falha de caráter ou algum vício irreversível. São vítimas de um modelo de desenvolvimento. Sendo assim, se se acredita que alguém não está apto a trabalhar, devido às suas condições intelectuais, isso seria negar a sua própria humanidade. Pois, se o Homem se fez através do trabalho, e esta é a base de sua humanização, o inempregável está excluído, de antemão, da própria humanidade - daí, talvez, porque os tecnocratas demonstrem tão pouca preocupação para com eles. Se não são humanos não estão integrados à sociedade da qual *eles* (os tecnocratas) imaginam pertencer. Uma jornalista, analisando a globalização, não se sente nem um pouco constrangida quando escreve que "só há uma saída para conquistar e manter um emprego: a educação e o constante

²¹ Os *analistas* possuem a estranha capacidade de inventar palavras quando querem fugir da discussão mais ampla da realidade. No passado, coisas como qualidade total, reengenharia, auto-estima, flexibilidade, etc. faziam parte do vocabulário de pessoas pretensamente atualizadas. O uso do termo *empregabilidade* vai nesse mesmo sentido. Todavia, essa não é uma atitude exclusiva da direita - muito pelo contrário. Ver a próxima seção deste capítulo.

aprimoramento profissional. Para os desempregados sem qualificação, só restam a caridade e a Previdência Social"²².

Todavia, ao menos no nível do discurso, ainda parece existir uma certa preocupação para que futuros casos de *inempregáveis* não se repitam. Os que já estão entre nós, são considerados, extra-oficialmente, como "casos perdidos" por parte dos governantes. E mais uma vez, a pressão para que os futuros casos de *inempregáveis* não venham a ocorrer irá recair sobre o sistema educacional. Em várias partes do mundo, passou-se a repensar a política educacional, de acordo com o discurso hegemônico do neoliberalismo, que busca melhor qualidade, mais eficiência e menores custos para a manutenção de um sistema dado como falido porque produto das políticas keynesianas que predominaram no passado. Bem de acordo com o ideário liberal, o poder público vai se retirando discretamente do sistema, deixando uma imensa avenida para a iniciativa privada prosperar também nesse segmento. Educação e economia devem caminhar lado a lado, na busca dos mesmos ideais e com todas as implicações que essa aliança acaba provocando: na hora decisiva, prevalecem os interesses econômicos em detrimento de qualquer argumento de natureza pedagógica. O cálculo parece ser bastante simples, de acordo com a relação custo-benefício que os economistas acabam impondo a todos os governos.

No Brasil, a discussão em torno de uma nova LDB levou praticamente uma década, desde a redemocratização do sistema político em 1985. Mesmo assim, foi um debate truncado desde o seu início por causa das posições divergentes entre governo, empresários do ensino e as entidades que representavam os educadores em geral. A Constituição de 1988 deliberou acerca de alguns aspectos básicos sobre a Educação, mas deixou uma grande lacuna que teve que ser preenchida de modo, às vezes improvisado, por uma legislação cada vez mais remendada. Toda essa legislação acabou sendo reunida e ampliada dando origem à Lei 9.394/96²³, constituindo-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor.

Extraíndo as mudanças semânticas e de nomenclaturas introduzidas pela nova Lei, podemos afirmar que a Lei 9.394/96 procura promover uma série de alterações tanto na parte formal como de planejamento e controle da Educação Nacional por parte do poder público, com vistas a adequar o conteúdo programático, a legislação e os procedimentos pedagógicos de acordo com o discurso político hegemônico na atualidade. Contudo, esse planejamento e controle não se referem a questões de financiamento e distribuição de verbas, mas tão somente quanto à regulamentação e ampla flexibilização do sistema acompanhado de um monitoramento

²² "Uma guerra ideológica" in Revista *Veja*, 31 de janeiro de 2001, pp. 100-4. Pode-se até concordar com a primeira parte da assertiva. A segunda, revela apenas a falta de sensibilidade daqueles que se consideram, pretensiosamente ou não, como sendo *globalizados* e todo o resto se resume a simples ideologia.

²³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96, Curitiba: APP, 1997.

mais próximo por parte dos tecnocratas que comandam o sistema educacional. A questão do monitoramento é justificada pela preocupação do poder público quanto à qualidade do ensino que está sendo ministrado nas escolas e universidades do país. Quanto a questão do financiamento, mantém-se aberto o canal de participação da iniciativa privada no sistema de ensino em todos os níveis e define as fontes de recursos para o financiamento público para a Educação. Em linhas gerais, houve pouca alteração nesse aspecto, a não ser a maior facilidade para a atuação da iniciativa privada, como é óbvio, em consonância com o discurso liberal que tomou conta de todas as esferas da vida social.

As inovações mais marcantes trazidas pela nova LDB podem ser sintetizadas em três pontos essenciais. De antemão, podemos colocar que, apesar de inovadoras, as mudanças trazidas pela legislação não são absolutamente positivas para o conjunto do sistema. Ao contrário, reflete o mais puro pragmatismo neoliberal diante de questões sérias que foram abordadas, exclusivamente, sob um enfoque econômico e técnico, às vezes, traduzidas numa linguagem que até deixa transparecer uma preocupação social ou política como é o caso da ênfase dada à Educação para o efetivo exercício da cidadania. Mas isso faz parte mais da retórica do que de intenções concretas por parte dos legisladores.

O primeiro ponto que merece ser abordado na nova Lei é a questão da extrema flexibilização do sistema que ela permite no decorrer do processo. Essa flexibilização está ligada a todos os aspectos da Lei: estrutura curricular, sistema de avaliação, recuperação para os retardatários e andamento das séries através de meios para acelerar os alunos e adequá-los à sua faixa etária. Num primeiro momento, a flexibilidade no interior do sistema parece ser algo positivo, na medida em que permite variadas possibilidades para se atingir o mesmo fim que é fornecer meios para que o indivíduo possa prosseguir os estudos. Oferece meios, também, para que as avaliações se tornem um leque a partir do qual o educador possa ter outros referenciais para avaliar os educandos, afastando-se dos critérios tradicionais de provas mensais ou bimestrais na forma de perguntas com respostas automáticas ou testes de múltipla escolha. Permite, por outro lado, ao educando descobrir as suas próprias potencialidades diante dos novos conhecimentos, esforçando-se no aprofundamento dos conhecimentos nas áreas com as quais possui maior afinidade e procurando por si mesmo superar as dificuldades em outras áreas que não lhe sejam tão familiares.

Apesar desse forte argumento de natureza essencialmente pedagógica, a extrema flexibilização permitida pelo sistema esconde alguns interesses políticos e econômicos. A variação dos meios de avaliação (contínua) e recuperação (paralela) ao aprendizado, foi compreendida pelos agentes do sistema como um meio de forçar a promoção dos alunos a todo custo. O próprio poder público age no sentido de conter e, muitas vezes, coibir, a retenção dos

alunos sob a justificativa de que se o aluno não aprende a culpa é do sistema e não do indivíduo. O que, sem dúvida, faz bastante sentido. Porém, mesmo a frieza dos tecnocratas (que ocuparam o alto escalão da administração da Educação no país) não consegue disfarçar que o interesse maior em evitar a reprovação não está nem no aluno nem no corpo docente, mas apenas na questão do custo que os reprovados representam para o conjunto do sistema. Ao mesmo tempo, ao permitir a aceleração dos alunos (especialmente adultos), o sistema está varrendo para debaixo do tapete as mazelas que não foram corrigidas ao longo do tempo - e que não há interesse em corrigi-las de fato. A preocupação maior dos tecnocratas é a de fornecer meios para a alfabetização e eventuais correções de série/idade com a finalidade primordial de melhorar as estatísticas ao final de cada ano letivo. Sem sombra de dúvida, essa aceleração feita através de módulos onde cada aluno avança de acordo com a sua capacidade, permite até que um analfabeto possa vir a aprender a escrever o seu próprio nome ou ler o nome de sua rua, mas está imbuído de um espírito alienador e deformador das potencialidades que o sistema educacional poderia desenvolver no interior da sociedade. A flexibilidade se torna uma armadilha para ocultar os elevados índices de analfabetismo (absoluto e funcional) que ainda persistem na sociedade brasileira.

O segundo aspecto a ser relevado na nova LDB refere-se à sua preocupação com o momento histórico vivido pela sociedade industrial. Numa sociedade onde o principal elemento impulsionador do desenvolvimento econômico é a tecnologia de ponta, a Lei demonstra uma grande preocupação com a formação do indivíduo preparado para lidar com essa problemática. A flexibilidade do currículo, mencionada anteriormente, cumpre o objetivo de não estancar o conhecimento científico, mantendo-o aberto às inovações inerentes à sociedade na atualidade. Todavia, na ânsia de se mostrar atualizado com as últimas inovações tecnológicas, tanto o poder público quanto os empresários do ensino acabam cometendo um grave equívoco. Ao confundir a idéia de atualização com modismo, o que acabou acontecendo em várias escolas (públicas e privadas) foi a introdução de computadores e outros acessórios como forma de dinamizar o aprendizado e tornar a escola mais *agradável* ao aluno (ou cliente como querem os empresários). Porém, a estratégia em si não é suficiente para que o aluno possa tomar contato com a tecnologia propriamente dita.

Isso ocorre por dois motivos básicos - até óbvios aos olhos de qualquer observador. Em primeiro lugar, a grande maioria dos professores não se encontra atualizada, tal como desejam os nossos tecnocratas, a ponto de contribuir, de modo favorável, para a interação entre novas tecnologias e melhor aprendizado do aluno. As novas ferramentas, quando utilizadas aleatoriamente, ou para suprir a falta de professores, recai em mais um recurso a ser desperdiçado pelas escolas. E, em segundo lugar, sem essa diretiva por parte dos professores, os alunos também não conseguem explorar de modo adequado os instrumentos que lhe são

colocados à disposição. O resultado é que inúmeras escolas possuem acesso à Internet; os professores pedem pesquisas acerca de variados assuntos e o único trabalho que os nossos alunos estão tendo é imprimir de forma indiscriminada o que conseguem encontrar na rede²⁴. Ao invés de contribuir para a autonomia do indivíduo para pesquisar os assuntos a serem conhecidos, esse instrumento acaba cerceando até mesmo o elementar exercício da cópia que por muito tempo foi a tônica dos trabalhos escolares de crianças e adolescentes.

Ao mesmo tempo, apesar de toda essa preocupação com as novas tecnologias e as suas implicações na sociedade, a LDB não conseguiu escapar daquilo que se constitui um dos seus pilares mais importantes: a educação para o trabalho (ver Art. 36). Isso significa que a legislação conserva uma visão um tanto quanto estreita quanto a uma possível sociedade do futuro com a qual, ao menos formalmente, ela demonstra um elevado grau de preocupação. É o sinal mais evidente do quanto é difícil superar a idéia do *homo faber* tão presente em toda nossa história. Daí que, mesmo com toda a preocupação em se evitar a ampliação do contingente de *inempregáveis*, e pregar que as novas tecnologias possuem uma importância crucial para o futuro, os tecnocratas não têm uma visão exata da *nova* sociedade que tanto apregoam em seus discursos. A idéia tradicional de que todos irão continuar a trabalhar permanece firme na cabeça dos nossos planejadores porque, no fundo, todos sabem que o ócio que está sendo imposto à sociedade é involuntário e que o trabalho permanece como o único meio de produção de riqueza social - apesar da retórica bastante disseminada, por parte de grupos (empresariais) suspeitos²⁵, querendo negar essa evidência.

Por fim, o terceiro aspecto que deve ser abordado é a concepção idealizada do Homem a ser formado através do sistema educacional proposto pela LDB. Obviamente, a perspectiva de Homem trazida pela LDB é essencialmente liberal; porém, no discurso, ela acaba mesclando alguns aspectos novos que podem ser considerados até de cunho socialista. Trata-se da ênfase dada à formação do cidadão apto ao exercício de seu papel dentro da sociedade. Numa primeira observação, tem-se a impressão de que a legislação gostaria de recuperar a idéia de cidadania existente na Antiga Grécia, qual seja a idéia de um cidadão ativo, consciente de suas responsabilidades perante a coletividade. É até sintomático que tenham sido recolocadas no currículo as disciplinas de Filosofia e Sociologia. A primeira, com o claro intuito de recuperar as noções de cidadão e democracia que remontam à Antiguidade, associando-as às noções de Ética

²⁴ Ver o interessante artigo de Gilson Schwartz, "Dados superestimam uso da internet em escolas dos EUA" in *Jornal Folha de São Paulo*, 22 de abril de 2001.

²⁵ Esses grupos, geralmente, são compostos de pessoas ligadas às empresas de alta tecnologia, intelectuais e economistas, que se habituaram a desdenhar qualquer forma de trabalho como meio de produção de riqueza até como um meio de se auto-afirmarem no papel de portadores da nova civilização. O curioso não é o fato de pregarem uma idéia estapafúrdia, mas sim que tantas pessoas esclarecidas acabem embarcando nesse discurso destituído de uma lógica mais concreta.

para que os alunos não percam a dimensão do coletivo em seu cotidiano. Já a Sociologia deve servir como um certo complemento ao ensino da Filosofia, tornando mais evidentes os conflitos não apenas éticos mas também os de cunho social, político, religioso e étnico. É provável, também, que possa ter sido uma homenagem ao nosso Presidente da República que, antes de se tornar senador, foi um dos mais eminentes sociólogos do país reconhecido internacionalmente.

Em verdade, a nova LDB está, em grande medida, baseada num relatório da Unesco, lançado em meados da década de 90, que versa sobre a Educação do futuro²⁶. Sob a coordenação de Jacques Delors, ex-presidente da União Européia, o documento se constitui na tradução do discurso neoliberal acerca da Educação, a começar pela pobreza da metáfora utilizada e o título extremamente piegas mesmo para os padrões dos tecnocratas que adoram inventar neologismos e eufemismos para cada situação que imaginam serem novas no cenário histórico. O relatório inteiro é uma viagem pelos meandros da Educação para a Paz, que propõe a construção de um novo mundo e de um novo Homem, adequados ao terceiro milênio, sem contudo superar os problemas já existentes em todas as sociedades ocidentais tais como, a pobreza, a desigualdade social e o desemprego. A sua leitura não deixa de ser confortante; porém, falta-lhe a substância de uma obra consistente e coerente acerca do futuro da Educação. As frases cheias de voltas sobre auto-estima, talento, individualidade, cidadania, igualdade, escondem (ou revelam), na verdade, a falta de objetivos da Educação neoliberal quanto à resolução dos problemas concretos da realidade social em que vivemos. O relatório pretende ser o mediador da constituição daquilo que se imagina deva ser o Homem do futuro, independentemente das implicações que essa idéia possa trazer e sem nenhum respeito à realidade na qual a imensa maioria da população do planeta se encontra mergulhada. Esse é o assunto que pretendemos explorar na próxima seção.

O Homem do novo milênio

Falar e pensar sobre o futuro da nossa espécie têm sido, ao longo da história, o passatempo de muitas pessoas, letradas ou não, que imaginam poder prever como será a nossa vida daqui a um ano, uma década e até mesmo daqui a um século. Se no passado, anunciar o futuro era uma tarefa de religiosos e moralistas, na modernidade, são os filósofos e cientistas que procuram se ocupar de tal tarefa, dispensando grande soma de tempo e energia para moldar o mundo que, em suas mentes, deverá estar nos esperando em algum lugar da história. Seja numa

²⁶ Ver Jacques Delors, *Educação: um tesouro a descobrir*, São Paulo: Cortez/Brasília: MEC-Unesco, 2000. A primeira edição do relatório é de 1996. Se comparado à obra de Philip Coombs, *A crise mundial da Educação*, op. cit., o relatório é de uma enorme pobreza tanto na abordagem quanto no alcance planetário a que, pretenciosamente, tem como objetivo.

visão sombria ou idílica, pessimista ou otimista, na imaginação desses homens, o nosso futuro já está pronto e caminha, inexoravelmente, para a sua realização. Geralmente, o que acontece é que as profecias se auto-realizam; transformando a arte de profetizar num grande engodo que tem sobrevivido em função de crenças arraigadas desde remotamente no inconsciente coletivo da humanidade. Imaginar que, por algum motivo, algumas pessoas podem enxergar além do tempo presente pode nos trazer um certo conforto espiritual e nos faz ficar precavidos dos males que podem nos atingir.

No campo da Educação, como não poderia deixar de ser, essa perspectiva também está presente entre nós. O relatório da Unesco, mencionado anteriormente, constitui-se numa síntese daquilo que recebeu o nome de Educação para a Paz, que procura entrelaçar os elementos definidores não sobre o futuro da Educação mas da Educação *do* futuro. Essa concepção de Educação, procura recolocar o Homem como centro das preocupações, ao mesmo tempo sujeito e objeto dos questionamentos que rondam o mundo atual e todas as incertezas quanto ao seu futuro. De acordo com os defensores da Educação para a Paz, a preocupação maior não deve ser com os conteúdos formais que fazem parte dos currículos escolares em geral, centrando a sua atenção sobre o que se espera do indivíduo egresso do sistema.

O que está em jogo não é apenas o conhecimento em si, mas a construção de um novo Homem para uma nova era. É a partir dessa perspectiva que os currículos, os métodos de aprendizagens, enfim, todo o sistema escolar, deve ser readequado para cumprir a sua parte na construção desse ideal. Como todo discurso que lança seus ideais para um futuro incerto a esperança de concretização de seus ideais, o discurso proclamado pela Educação para a Paz não se preocupa com os elementos mediadores para se alcançar o fim proposto, imaginando que a partir das brilhantes idéias lançadas por intelectuais serão construídos belos e sólidos castelos que irão durar toda a eternidade. Não deixa de ser confortante mergulhar nesse universo onírico do novo Homem não fosse o fato de que, na realidade, está-se espalhando por todo o mundo, não a Paz tão almejada, mas tão somente a imbecilização da Educação que um dia já foi levada a sério por inúmeras pessoas.

Qual seria, afinal, a concepção de Homem do terceiro milênio defendida pelos intelectuais que redigiram o relatório da Unesco? Quais os aspectos que marcam essa concepção de Educação que acabou influenciando a nossa legislação acerca do assunto?

Todo o relatório consiste num emaranhado de frases soltas sobre o futuro da humanidade e o Homem do futuro²⁷. Em primeiro lugar, encontra-se a visão ingênua e mais romântica que no passado da Educação enquanto redenção da humanidade:

²⁷ As citações que serão feitas encontram-se em Jacques Delors, *Educação: um tesouro a descobrir*, op. cit. Para evitar as excessivas notas em citações breves, as páginas correspondentes estarão entre parênteses.

"Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. (...) A educação é, também, um grito de amor à infância e à juventude, que devemos acolher nas nossas sociedades" (p. 11).

"É, de algum modo, um novo humanismo que a educação deve ajudar a nascer, com um componente ético essencial ... O sentimento de partilhar valores e um destino comuns constitui, em última análise, o fundamento de todo e qualquer projeto de cooperação internacional" (p. 49).

Quando se refere ao Homem propriamente dito, a impressão que se tem é que os responsáveis pelo relatório procuram estabelecer as dimensões do "Homem feliz" do futuro. O discurso se volta, então, para fazer a pregação de que a escola e o sistema educacional devem ter como preocupação primordial, a busca da felicidade do ser não deixando "por explorar nenhum dos talentos que constituem como que tesouros escondidos no interior de cada ser humano" (p. 20). Passando por cima de tamanha pieguice, a escola deve buscar "valorizar todos os talentos, de modo a diminuir o insucesso escolar, e evitar a muitos adolescentes o sentimento de exclusão e de ausência de futuro" (p. 23). Ao mesmo tempo, o relatório prega que "de acordo com as suas aptidões e os seus *gostos pessoais*, que são diversos desde o nascimento, nem todas as crianças retiram as mesmas vantagens dos recursos educativos comuns. Podem, até, cair em situação de insucesso, *por falta de adaptação da escola aos seus talentos e às suas aspirações*" (p. 55, os grifos são meus). Se se conseguir promover tudo isso para as crianças, os relatores acreditam que a humanidade será mais feliz e os egressos do sistema poderão exercer "uma cidadania consciente e ativa, que só pode realizar-se, plenamente, num contexto de sociedades democráticas" (p. 52). É visível que a inspiração para a cidadania é a França e, no limite, a Europa herdeira do Iluminismo e da Revolução Francesa.

A ênfase nessa questão de desenvolver todos os talentos individuais, desenvolver a consciência de cidadão e outras balelas servem como fundamento para o complemento da idéia do "Homem feliz", presente no relatório, que é a idéia, um tanto antiga, do Homem integral, capaz de compreender todos os aspectos da vida que o circundam. Denominemos essa idéia de o "Homem omnilateral", qual seja, o indivíduo capaz de enxergar a existência a partir de vários ângulos. Em primeiro lugar, o Homem omnilateral é um ser consciente de sua existência, por isso, o elemento que ele mais valoriza é a ética pessoal, a moralidade individual e cívica (não

cínica, como poderiam pensar os críticos do relatório)²⁸. Dessa ética enraizada no indivíduo através da escola, advém uma grande preocupação para com a sociedade na qual ele está inserido. Por isso, a prática dessa ética encontra-se no exercício da cidadania "ativa e consciente". Em larga medida, a ética neoliberal é essencialmente individualista, recuperando o ideal do liberalismo clássico de que somente a partir da liberdade do indivíduo é que se pode construir as bases da vida comunitária caracterizada pela igualdade jurídica - sem levar em conta as desigualdades sociais.

Porém, os neoliberais colocam as coisas com um pouco mais de sutileza para disfarçar o desprezo que possuem pela moralidade cívica. O Homem omnilateral é aquele que desenvolveu novas capacidades de convívio social em busca da harmonia e da coesão da vida em coletividade. Uma das obrigações da Educação seria desenvolver essas capacidades nos indivíduos com a finalidade de "fornecer os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele" (p. 89). Para *navegar* (com o perdão dessa metáfora de tão mau gosto) nesse mundo, o relatório estabelece quatro pilares que devem sedimentar a nossa vida em sociedade e moldar os homens do futuro, preparados para viver em um mundo em estado de permanente mudança:

"Aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos; a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser; via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias de saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta" (p. 90).

Esses quatro pilares devem servir como sustentação para que possamos chegar a uma resposta satisfatória a uma pergunta levantada pelo relatório: "como aprender a comportar-se, eficazmente, numa situação de incerteza, como participar na *criação* do futuro?" (p. 96, o grifo é meu). Como se a incerteza quanto ao futuro fosse uma característica exclusiva dos nossos tempos e a criação do futuro não dependesse mais do passado e do presente históricos das sociedades que compõem as nações de todo o planeta. A ética fundada por esses pilares busca uma acomodação das elites quanto aos problemas enfrentados pela humanidade, lançando num

²⁸ A idéia de "omnilateralidade" nos remete à superação do trabalho alienado imposto pela lógica do capital onde os homens são vistos apenas como engrenagens de um sistema mais amplo de produção de mercadorias. A partir do momento que as atividades ligadas ao trabalho se repetem mecanicamente, o Homem se brutaliza, alienando-se do trabalho enquanto fator de *humanidade*, do seu próprio semelhante e, também, de si mesmo. Cf. Karl Marx, "Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana", in Florestan Fernandes (org), *Marx e Engels*, São Paulo: Ática, 1984, pp. 146-181.

futuro sem data e através de meios tão abstratos, a solução de conflitos e problemas que já poderiam estar sendo amenizados. A solução para os problemas que assolam a humanidade tem um caráter essencialmente individualista: a caridade, a filantropia ou o trabalho voluntário²⁹.

Podemos afirmar que a omnilateralidade do Homem manifesta-se a partir de cinco aspectos fundamentais para o aperfeiçoamento das condições de existência da sociedade. A primeira tem em vista a satisfação da auto-estima dos indivíduos como forma de preservar e promover o convívio social harmonioso e a ética comunitária dentro da sociedade. Tudo que é discutido em termos existenciais e, por conseqüência, em termos educacionais, refere-se à recuperação e preservação da auto-estima dos indivíduos como meio de desenvolver as suas potencialidades. Toda preocupação de pedagogos e psicólogos está voltada para não ferir a auto-estima de crianças e adultos mesmo que as situações cotidianas impliquem na impossibilidade de se manter essa confortável situação na vida das pessoas em todos os momentos de nossa existência. Porém, não é assim que os pretensos especialistas enxergam as coisas. Nesse sentido, qualquer fracasso, que outrora já foi visto como uma experiência a ser apreendida, passa a ser encarado como um possível trauma a ser evitado para não abalar a auto-estima das pessoas.

Trata-se, em realidade, de uma das manifestações da onda do Politicamente Correto que tomou conta de vários setores da sociedade nos anos 80 e 90 do século passado. Assim, todas as situações vivenciadas pelas pessoas passam a ter um caráter público onde se expõe essas pessoas como vítimas do sistema em vigor, evitando que essas experiências possam ser apreendidas individualmente como meio de crescimento intelectual ou como objeto de reflexão. Tudo já foi pensado e justificado anteriormente, antes mesmo que as pretensas *vítimas* possam, ao menos, ter pensado em questionar a situação que estão vivenciando. A avalanche de livros sobre auto-ajuda que inundou o mercado editorial nos últimos anos tem tudo a ver com essa pregação messiânica de que todos serão salvos do fracasso se pensarem positivo, trabalharem com motivação e buscarem a própria felicidade individualmente. As idéias referentes a coisas como "querer é poder", "o amor liberta", "o sucesso ao alcance de todos", "inteligência emocional", fazem parte desse coquetel de balelas propagadas por todos os lados pelos novos missionários do terceiro milênio que arregimentam milhões de seguidores mundo afora, sem se preocupar com a aceitação de um discurso a-crítico e totalmente fora de propósito a não ser engordar as contas bancárias dos pseudo-profetas da salvação do mundo do trabalho. Promessa por promessa, o

²⁹ É sintomático que o ano de 2001 tenha sido escolhido como o Ano Internacional do Voluntário. No Brasil, as escolas têm sido vítimas de uma campanha promovida por uma rede de televisão chamada "Amigos da Escola", onde voluntários se apresentam para realizar qualquer tipo de trabalho. Nas peças publicitárias, todos, professores, alunos e voluntários aparecem sorridentes diante das câmeras quando estão sendo filmados. Qualquer pessoa medianamente informada sabe que a realidade das escolas não pode ser mascarada por um ato de ilusionismo como esse que é exibido diariamente na televisão.

messianismo tradicional contém uma mensagem mais vigorosa e bem mais consistente que esse messianismo cínico da era *high-tech*.

"As crianças precisam arriscar-se ao fracasso e ao desapontamento, para superar obstáculos, enfrentar e eliminar os terrores que as cercam. O respeito por si próprio não pode ser concedido; precisa ser conquistado. Práticas terapêuticas e pedagógicas atuais, totalmente baseadas na 'empatia' e 'compreensão', esperam produzir o respeito por si próprios sem riscos. Nem mesmo os curandeiros poderiam realizar uma cura milagrosa dessa ordem"³⁰.

Se é então para preservar a auto-estima concedida ao indivíduos indiscriminadamente, a Educação deve ser voltada para satisfazer o ego das pessoas desde a mais tenra idade, pois, de acordo com os especialistas da nova era, uma criança com elevada auto-estima possui uma maior auto-confiança diante do mundo. Esse é um axioma defendido pelos ideólogos do Politicamente Correto que quase nunca encontra confirmação na realidade, pois a fragilidade da auto-estima obtida por meios tão superficiais não possui alicerces mais profundos na personalidade de indivíduos igualmente frágeis emocionalmente. O uso indiscriminado de drogas por jovens e adolescentes reforça a tendência de se pensar nesse sentido - o que é ignorado pelos nossos profetas que anunciam a redenção do mundo através da simples recuperação da auto-estima dos indivíduos.

O segundo aspecto que reforça o discurso sobre a Educação do novo milênio volta-se para o interior da escola e o que é ensinado nas suas dependências. Sob a justificativa de que tudo o que é ensinado nas escolas possui um caráter eminentemente autoritário, arbitrário e sem fins práticos, os *novos* educadores, influenciados pelo relatório da Unesco, propõem modificar radicalmente o que é ensinado nas escolas. Deve-se subtrair dos currículos escolares tudo aquilo que se julga desnecessário para o aluno, inserindo novos conteúdos e novos procedimentos metodológicos para que o conhecimento se torne mais agradável, mais ameno e mais útil, proporcionando ao jovem a impressão de que ele está aprendendo algo interessante, reforçando a sua auto-estima acerca de suas potencialidades intelectuais. O segredo para esse milagre? O ensino voltado para o cotidiano dos alunos.

O relatório da Unesco e, por extensão, a Lei 9.394/96, são riquíssimos em frisar essa idéia como meio de transformar o sistema educacional e o ensino ministrado nas escolas. A impressão que se tem é que tudo o que foi ensinado nas escolas no passado custou apenas tempo, dinheiro e

³⁰ Ver Christopher Lasch, *A rebelião das elites e a traição da democracia*, Rio de Janeiro: Ediouro, 1995, p. 237. Sobre a questão do indivíduo na sociedade contemporânea, ver do mesmo autor, *O mínimo eu*, São Paulo: Brasiliense, 1990.

energia das pessoas - enfim, um enorme desperdício para todos. Porém, há algo subjacente a essa pregação que tem passado despercebido aos olhos da maioria das pessoas, inclusive intelectuais respeitados e especialistas em Educação que compraram de boa fé essa idéia bastante sedutora na sua aparência e bastante perigosa na sua essência.

Penso que a concepção de Educação para o cotidiano esconde algumas falácias do pensamento conservador que devem ser melhor analisadas. Denomino os defensores dessa corrente de pensamento como os detratores da escola. Os detratores da nossa escola são, geralmente, membros da elite brasileira seja ela acadêmica ou social, que enxergam no sistema escolar - como de resto em todas as outras questões relevantes - apenas as coisas mais imediatas sem analisar os problemas que se encontram subjacentes a essas discussões. São pessoas que imaginam possuir as soluções adequadas aos problemas relacionados às escolas através dos seus estudos acadêmicos exaustivos (e repetitivos), afastando-se cada vez mais da realidade social e todas as implicações contidas no interior do sistema. São outras pessoas ligadas ao meio empresarial que acreditam que o único papel dedicado à escola é formar uma mão-de-obra relativamente preparada que se submeta de bom grado aos desmandos de nossa elite econômica sem questionar e sem se indignar com as injustiças que são cometidas no cotidiano de uma sociedade tão complexa como a nossa. São aqueles que imaginam que o mundo todo gira em torno do índice *Dow Jones* e *Nasdaq*, das Bolsas de Valores de Londres ou Tóquio, e que a Internet será a solução de todos os males para a sociedade globalizada que irá alcançar todos os indivíduos indistintamente.

Essa visão de mundo tacanha, que acompanha as elites de várias partes do mundo, pretende submeter todo sistema escolar aos interesses mais imediatos do capitalismo. Nesse sentido, a Educação para o cotidiano se constitui numa visão bastante estreita da realidade social, levando à perda da dimensão transcendental que sempre acompanhou a idéia de Educação na sociedade contemporânea. Essa dimensão transcendente que falava em emancipação do Homem, libertação das condições de vida degradantes e a construção nacional, vai perdendo espaço para esse discurso essencialmente utilitarista propagado pelos defensores do livre mercado onde tudo começa e termina com a questão custo-benefício ou com os jargões sobre a preparação do indivíduo para o trabalho no mundo globalizado.

É uma perspectiva que coloca, subrepticamente, a elite contra o povo. Pois, ao querer uniformizar o sistema de ensino, voltado essencialmente para o cotidiano, o que as elites pretendem, na verdade, é o nivelamento intelectual, por baixo, de todos aqueles que ingressam nesse sistema atualmente massificado. Isto porque, os membros da elite continuarão a frequentar as melhores escolas que, simplesmente, ignoram o que está sendo discutido em prol da ralé e continuam a ministrar um ensino formativo e informativo, que força os alunos a pensarem a

longo prazo e não apenas no dia de hoje ou de amanhã e, tampouco, estão preocupados apenas com os aspectos utilitaristas da Educação. Quer queira ou não, as posições de comando e planejamento na economia e na sociedade continuarão nas mãos das pessoas que, além de uma sólida formação intelectual, possuem uma visão de longo prazo acerca do mundo. A civilização não surgiu ontem nem hoje e não se resume às coisas que estão acontecendo no presente. O sistema de decisões continuará a ser regido por aqueles que enxergarem para além dos problemas mais imediatos. Sob o pretexto de se democratizar o conhecimento, os conservadores estão criando duas modalidades de conhecimento: uma para as elites e outra para os que vivem no andar de baixo da sociedade³¹.

A terceira preocupação dos ideólogos da Educação do novo milênio, está voltada para a harmonização do convívio social e a solidariedade internacional. Trata-se do respeito às diversidades culturais, étnicas, religiosas e de gênero de todos os povos do planeta. Aparentemente, a concepção implícita nessa visão de Educação é a idéia de se construir *um* sujeito capaz de enxergar no *outro* as mesmas necessidades e aspirações das quais ele também é portador. Seria uma forma mais elevada de se elaborar as relações inter-subjetivas que tradicionalmente ficavam travadas pelos interesses particulares de grupos sejam de cunho sexual, racial ou étnico. É bem verdade que o multiculturalismo defendido por alguns ideólogos da atualidade foge bastante do modelo de multiculturalismo propugnado pelo Politicamente Correto na década de 80. É um multiculturalismo voltado para a Paz em seu sentido mais amplo, menos radical em suas considerações, bastante abstrato em seus fins, mais consistente em sua argumentação e por demais confortante em suas profecias. Apenas isso.

"Uma escola que assume por missão consolidar a capacidade e a vontade dos indivíduos de serem atores e ensinar a cada um a reconhecer no outro a mesma liberdade que em si mesmo, o mesmo direito à individuação e à defesa de interesses sociais e valores culturais, é uma escola da democracia, uma vez que reconhece que os direitos do sujeito pessoal e as relações inter-culturais necessitam de garantias que não podem ser obtidas a não ser através do processo democrático. (...)

Hoje, a sorte da democracia, definida como uma política do sujeito, se joga antes de tudo na escola [!] e na cidade. Na escola, trata-se de constituir a escola do sujeito e da

³¹ É bastante sintomática para nós, a criação do Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, onde o Ministério da Educação avalia a qualidade dos cursos ministrados pelas universidades brasileiras. Indiretamente, cria-se um *ranking* das melhores universidades do país. É sintomático, também, que a nota obtida pelo aluno permaneça em sigilo para não prejudicá-lo no ingresso no mercado de trabalho e, eventualmente, não ferir a sua auto-estima. Mas nem é preciso divulgar as notas dos alunos: uma universidade nota E não deve, a princípio, ter muitos alunos nota A. Por outro lado, é irônico que, justamente, técnicos super-especializados do Ministério da Educação propaguem essas tolices acerca do ensino para o cotidiano. Será que se o senhor Paulo Renato Souza, que foi reitor de uma das melhores universidades do país, a Unicamp, não tivesse o seu PhD em Economia, teria trilhado a mesma trajetória (brilhante) em sua vida e estaria ocupando, atualmente, a posição de ministro de Estado?

comunicação intercultural, isto é, reconhecer que o fim da escola não é somente preparar e formar jovens para a sociedade e menos ainda unicamente em vista da inserção econômica, mas em primeiro lugar para si mesmos [!], para que se tornem seres livres capazes de encontrarem e preservarem a unidade de sua experiência através dos sobressaltos da vida e da força das pressões que se exercem sobre eles"³².

De certa maneira, o que se pretende é extrair do campo da Política o potencial de transformação da sociedade, descarregando essa energia na escola e na sociedade através de organizações não-tradicionais que tem sido a tônica dos discursos nas últimas décadas. É a velha idéia dos ilusionistas da auto-ajuda que prega que "nada muda se você não mudar". Daí, a estreita ligação entre idéias bem intencionadas com a sua utilização para desviar o foco das atenções dos problemas mais concretos da sociedade. A perspectiva contida nesses discursos sobre o multiculturalismo é a de que a sociedade poderá se auto-organizar para resolver os seus problemas através do trabalho voluntário e da participação em organizações não-governamentais, as famosas ONGs. O que surpreende de verdade é que intelectuais da estirpe de Alain Touraine embarquem nesses discursos tão superficiais motivados por uma esperança ingênua ou pela desilusão com os rumos da história na segunda metade do século XX.

Daí para o quarto aspecto que marca os discursos acerca da Educação do terceiro milênio: a preservação do meio-ambiente. Ora, o processo produtivo levado a cabo nas sociedades industriais sempre exigiu uma grande quantidade de fontes de energia e recursos naturais para manter em funcionamento o sistema produtivo. Ao longo do tempo, não houve nenhuma preocupação acerca da destruição e crescente degradação do meio ambiente. A exploração de recursos naturais, envolvendo aí a própria água disponível no planeta, não encontrou limites até meados da década de 70, quando ocorreu o primeiro choque do petróleo em fins de 1973. Foi a primeira vez que economistas e burocratas se deram conta da possibilidade real do esgotamento de determinados recursos naturais quando explorados indiscriminadamente³³. Ao mesmo tempo, a poluição ambiental nas cidades, cada vez mais povoadas, também tomou proporções alarmantes que tiveram que ser contornadas via desenvolvimento tecnológico. Cidades como São Paulo, Cidade do México, Bangcoc e outras sofrem diariamente os efeitos da poluição ambiental. No entanto, ao contrário dos alarmistas da época, os investimentos em controle da poluição não inviabilizaram o crescimento econômico, nem foi necessário levar adiante a idéia, um tanto irrealista, lançada pelos integrantes do Clube de Roma que propunha o congelamento do

³² Ver Alain Touraine, *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*, Petrópolis: Vozes, 1999, p. 339. As exclamações são minhas.

³³ Essa constatação levou, por outro lado, ao surgimento de idéias catastrofistas que, em grande medida acabaram por desmoralizar o próprio movimento ambientalista através de previsões que acabaram não se confirmando, como a escassez de petróleo no final do século XX.

crescimento econômico que ficou conhecido através da expressão "Zero Growth"³⁴. Mesmo assim, o movimento ambientalista, mesmo com todas as suas incongruências e alarmismo, desempenha um papel importante para manter em evidência a preocupação com o equilíbrio do meio ambiente e chamar a nossa atenção para o fato de que não somos os únicos habitantes deste planeta.

O problema é que quando se coloca a questão do meio-ambiente em primeiro lugar na agenda das preocupações atuais, os grupos ambientalistas se esquecem de que grande parte da população do planeta se encontra, ainda, em condições de vida miseráveis e que grande parte do uso irracional dos recursos naturais se deve a esse fato. O argumento para isso, mesmo entre os setores da esquerda, é que se o meio ambiente for preservado haverá condições de superar as condições mais abjetas de pobreza que coexistem em meio a tamanha riqueza gerada pela economia mundial. Uma perspectiva que, para ser aceita, exige uma grande dose de boa vontade e otimismo para ocultar a realidade de que esses grupos ignoram qualquer possibilidade de superar as condições de pobreza e miséria que castigam grande parte da população do planeta. Por isso, a pergunta que ameaça o messianismo ecologista não é tanto se as previsões feitas por cientistas fazem sentido de fato.

Os pobres podem e devem se perguntar nem tanto *para que* preservar a natureza, mas sim *para quem* estamos resguardando os recursos naturais. Mais uma vez, a questão entre pobres e ricos na sociedade deve ser avaliada com mais profundidade e mais propriedade do que vem sendo discutida pelos intelectuais da *nova era*. A preservação do meio ambiente não pode ser isolada de seu contexto mais amplo como, aliás, toda discussão que vem sendo empreendida até aqui sob o risco de se perder a dimensão maior dos problemas que nos atingem indistintamente. Preservar a natureza pensando somente em *mim* é algo que deve ser rechaçado por todos aqueles que ainda conseguem pensar alguma coisa coletivamente. Quando se coloca o *Eu* em primeiro lugar, quando a *minha* auto-estima é a coisa mais importante que devo procurar alcançar, quando tudo passa a girar em torno do indivíduo, fica difícil imaginar em algo que possa transcender os nossos problemas e os nossos medos mais imediatos. Parece ser isso o que está acontecendo com as pregações apocalípticas sobre a destruição do meio ambiente e que os discursos sobre a Educação acabaram abraçando, de forma a-crítica, como se fosse uma causa fundamental para o futuro da humanidade.

Igualmente a-crítica é a quinta questão relacionada à Educação do futuro voltada para o cotidiano (com todas as incongruências que esses termos possam conter). Trata-se da defesa dos direitos individuais na sociedade contemporânea. Diferentemente dos direitos individuais no

³⁴ Ver Celso Furtado, *O mito do desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p. 19.

passado, esses direitos estão relacionados basicamente aos direitos do consumidor na sociedade capitalista. Como os Direitos Humanos foram sendo colocados, ao longo do tempo, em uma posição secundária, os direitos do consumidor foram substituindo gradativamente a noção de Direito que as pessoas passaram a ter no presente. É impossível ficar um dia, sequer, sem ouvir as ladainhas sobre os direitos do consumidor como maior demonstração de cidadania que possuímos. Esses direitos tornaram-se a realização mais elevada que a sociedade de consumo conseguiu empreender em nome da justiça. Pobre sociedade.

Que os direitos do consumidor devam ser respeitados é algo tautológico. Porém, colocá-los como sendo o mais importante exemplo de cidadania é empobrecer demais a idéia de cidadania e, por conseguinte, de justiça e de democracia. Sem contar que se constitui num grande exercício de exclusão social e política daqueles que não se enquadram na categoria de consumidores e, portanto, são desprezados pelo sistema. Os direitos do consumidor, quando colocados dessa maneira, como sendo a suprema realização da cidadania e do respeito à dignidade das pessoas, constitui-se num cinismo praticado principalmente pela classe média que procura se distanciar dos mais pobres de variadas formas. Pensar em alguma maneira de inserir o grande contingente de pessoas no mercado consumidor nem passa pela cabeça dos nossos defensores da cidadania confundida, doravante, como o direito (ou seria privilégio?) de fazer parte de um grupo denominado consumidores.

Ora, para os conservadores, pensar numa solução para erradicar a pobreza é algo que demanda muita energia, sem contar que é uma grande utopia. Eis um dos poucos casos que o senso de sinceridade entre os conservadores prevalece em detrimento das exaltações do livre mercado como redenção para toda sociedade. Nas entrelinhas o que podemos ler é que não há - e não é preciso que haja - qualquer preocupação com a questão da pobreza e da miséria de parcelas significativas da sociedade. A *minha* parte já está assegurada e o que preciso resguardar são apenas os *meus* direitos. Para uma civilização que forjou a utopia dos Direitos Humanos não deixa de ser um grande empobrecimento de suas aspirações quanto ao Homem e ao Cidadão. Na equação cidadão igual a consumidor não perdem apenas os mais pobres; perdemos todos nós enquanto membros do gênero humano.

Em face desse novo paradigma (utilizando uma terminologia da moda) de Homem, outros autores avançam ainda mais na discussão, privilegiando a questão da abolição do trabalho na vida das pessoas e todas as conseqüências que uma mudança como essa implicaria na vida em sociedade. Trata-se de especular como seria uma sociedade onde o trabalho não se constituísse mais em elemento fundamental para a produção da nossa existência enquanto espécie e o que fazer com o tempo livre advindo dessa situação. As discussões sobre essas questões não deixam de ser empolgantes mas são igualmente genéricas e pouco consistentes como são todas as

pregações que insistem em querer visualizar o nosso futuro. Por maior que seja o avanço das Ciências, o futuro da humanidade permanece como algo aberto e incerto, o que torna a existência mais suportável e menos tediosa do que pretendem os profetas de todas as épocas.

Duas coisas fazem parte do repertório das discussões dos futurólogos de plantão: a ociosidade e o Homem que irá surgir dessa nova situação histórica. A visão tradicional acerca dessa questão é bem conhecida. Os analistas de plantão em geral - economistas, empresários, tecnocratas -, sem nenhum vínculo com a esquerda, afirmam categoricamente, e até com uma dose de sadismo, que, no futuro próximo, a economia poderá manter os seus padrões de produtividade utilizando-se apenas 20% da força de trabalho. É a chamada sociedade 20 por 80³⁵. Os 80% de perdedores com a globalização terão atividades a desempenhar mas não serão imprescindíveis e tampouco estarão integrados às carreiras mais promissoras e melhor remuneradas. Daí advém uma instigante questão para os analistas que gostam de tentar projetar o futuro das sociedades: o que será, efetivamente, a sociedade 20 por 80?

Os opositores da globalização, tal como ela se encontra estruturada, defendem a idéia de que será um mundo simplesmente insuportável, devido ao aumento da violência, níveis absurdos de pobreza e degradação, associados ao isolamento dos 20% dos privilegiados que tentarão se proteger a todo custo aumentando ainda mais as tensões sociais. Para outros mais otimistas, a sociedade 20 por 80 abre espaço para a realização de grande parte dos sonhos acalentados pela humanidade ao longo de sua existência: poder gozar a vida na ociosidade, com pouca fadiga, alcançando o auto-conhecimento e voltando-se para atividades lúdicas que a sociedade industrial tratou de massacrar ao longo dos últimos duzentos anos³⁶ em nome da dignificação do trabalho e a acumulação de bens materiais. Desse modo, as pessoas poderão voltar-se para outras preocupações, sejam de cunho espiritual ou coletivo, tais como os problemas que afligem toda coletividade, ensaiando uma participação mais efetiva na vida comunitária. Trata-se de uma perspectiva otimista, principalmente quando colocada para as sociedades mais avançadas, onde a classe média, mesmo que inserida nos 80% de descartáveis, poderá, talvez, contar com um certo padrão de vida que lhe garanta um mínimo de bem-estar e conforto materiais. Porém, para os mais pobres não restarão muitas opções, permanecendo num estado de privação e miséria em meio a tamanha riqueza à qual eles não terão acesso.

Na perspectiva de Adam Schaff, o Homem do futuro poderá se dedicar fundamentalmente às atividades lúdicas para as quais ele não teve tempo disponível dentro de

³⁵ Ver Hans-Peter Martin et Harald Schumann, *A armadilha da globalização*, São Paulo: Globo, 1998. O subtítulo dessa obra é, sugestivamente, "o assalto à democracia e ao bem-estar social".

³⁶ Essa perspectiva é defendida pelo historiador, colaborador do Clube de Roma, Adam Schaff em *A sociedade informática*, São Paulo: Brasiliense, 1992, e é retomada por Domenico De Masi em *O ócio criativo*, Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

um sistema opressor que fazia da fadiga e do tempo ocupado na produção de mercadorias a sua maior realização.

"É evidente que o homem não trabalhará ou que trabalhará menos do que nas condições atuais, mas ao mesmo tempo será mais rico e estará em condições de satisfazer suas necessidades com mais facilidade; adotará uma atitude diversa em relação ao trabalho, seja porque este não será mais vivido como um peso (pelo contrário, será um prazer), seja porque transformará o sentido de obrigação do trabalho modelado até agora pela ética protestante. Deve-se ter presente que o fator determinante não será apenas a redução da jornada de trabalho, mas também e sobretudo a transformação do próprio caráter do trabalho que nestas condições desempenhará o papel mais importante.

O núcleo da questão é que o tipo de trabalho ao qual o homem foi condenado pela maldição de Jeová, fisicamente fatigante ou intelectualmente estressante, desaparecerá. Este tipo de trabalho, seja manual ou intelectual, será assumido pelos autômatos e robôs, com o que o homem estará livre deles. Permanecerão apenas as ocupações *criativas* (ainda que conservem a forma trabalho); uso este termo para compreender não apenas qualquer atividade artística ou científica, mas também todas as outras atividades humanas em que o intelecto desempenha papel determinante"³⁷.

Não é de se estranhar que essa perspectiva não tenha se concretizado. Ao contrário, mesmo que se aceite a idéia de que a labuta possa ter sido amenizada com as novas tecnologias, o tempo livre conquistado acaba sendo preenchido por novas necessidade ligadas ao mundo do trabalho. Por isso, uma certa ambigüidade conceitual que permanece nas palavras do próprio autor - "ainda que conservem a forma trabalho". A citação acima expressa de modo claro a idéia que os futurólogos fazem acerca dos rumos que a sociedade contemporânea vai tomando. Se é consistente ou não, se não se preocupa com a temporalidade de suas previsões - isso já é uma outra história. Até o momento, o que tem prevalecido nos debates é justamente o lançamento de idéias esparsas sobre o futuro sem nenhum elemento mediador entre o presente e o devir histórico que está sendo objeto de especulação. O italiano Domenico De Masi vai ainda mais longe ao imaginar as mudanças internas ao próprio ser humano quando esse futuro se concretizar.

"Quando a verdadeira medida da riqueza não for mais o dinheiro disponível para o próprio consumo do supérfluo, mas o tempo do qual se dispõe para atividades livremente escolhidas, quando formos educados - como Sócrates descrito por Platão no *Fedro* - para desfrutar

³⁷ Cf. Adam Schaff, *A sociedade informática*, op. cit. p. 131.

intensamente das pequenas alegrias da vida diária e transformar minutos que passam em momentos que duram, então os problemas do emprego e do desemprego serão apenas uma feia lembrança e a liberação da fadiga terá se alastrado até abranger a total libertação do trabalho³⁸.

De fato, é difícil saber se o autor está sendo cínico para com os seus leitores, induzindo-os a acreditar em tamanhas tolices como se fossem a última boa notícia dos profetas da nova era, ou se ele realmente acredita no que está escrevendo. Particularmente, prefiro a primeira opção, pois tamanha credulidade não é encontrada nem mesmo nos piores livros de auto-ajuda disponíveis nas prateleiras de livrarias como receitas de bolo para a felicidade. Se é essa a perspectiva que liga o presente ao futuro, a Educação do futuro e o Homem do terceiro milênio terão encontrado o seu grau máximo de pobreza intelectual em meio a uma riqueza material jamais vista na história da humanidade.

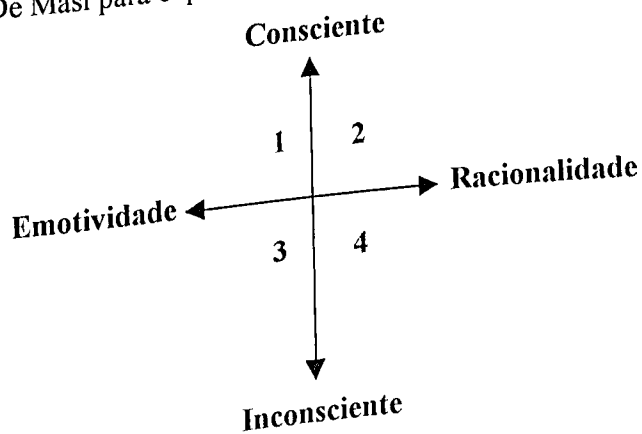
Talvez, tudo isso esteja ocorrendo porque, como é comum entre os profetas, anunciar o futuro exige uma boa dose de imaginação e capacidade de persuasão em detrimento da capacidade de discernimento que o conhecimento racional deve possuir. Anunciar o futuro é sempre estimulante, especialmente quando se acredita que o mundo no qual vivemos representa uma ruptura com tudo aquilo que já vivenciamos nos passado. A busca pelo *novum* acaba cegando os maiores profetas para as coisas mais prosaicas do mundo. E, como nem sempre a realidade se comporta de acordo com as nossas vontades, então o que precisa ser modificado não é a compreensão que temos da realidade na qual vivemos mas sim o próprio Homem. Assim, o Homem passará por uma profunda mudança nos seus valores e comportamentos quase que por milagre, porque assim determinam as palavras de nossos profetas. Felizes os que encontram conforto nas palavras que anunciam o retorno do Homem a uma vida simples, sem preocupações cotidianas com a sobrevivência, desfrutando das "pequenas alegrias" de todos os dias. Felizes, porém alienados da realidade que se pretende compreender. Afinal, o verdadeiro crente não se cansa da espera e jamais questiona se a Anunciação faz algum sentido mais coerente. O que importa é que a profecia continue a ser acreditada porque, caso contrário, toda sua vida terá sido desperdiçada pelo apego a convicções que mostraram ser infundadas.

No entanto, para que as convicções sobre o futuro permaneçam é preciso interpretar os sinais emitidos pela transcendência dos fatos. Por isso, os ideólogos da Educação do terceiro milênio não hesitam em lançar as suas idéias para que os fiéis se mantenham atentos e se preparem para o advento do mundo que eles anunciam com tamanha certeza. Estamos falando

³⁸ Ver Domenico De Masi, *Desenvolvimento sem trabalho*, São Paulo: Esfera, 1999, p. 87. Ver também do mesmo autor *O ócio criativo*, op. cit. especialmente p. 260 e seguintes.

dos discursos acerca das qualidades do Homem que será merecedor da graça através de novos saberes e novas competências. Tudo é novo no discurso desses profetas. Os intelectuais do final do século XX tinham como característica marcante o fato de se sentirem à vontade na criação de neologismos em todas as áreas do conhecimento. E isso é verdadeiro para intelectuais originários de várias correntes de pensamento. Quem começou com esse modismo foram os estruturalistas, especialmente com Jacques Lacan e Michel Foucault. Depois deles, essa moda se alastrou descontroladamente com os pós-estruturalistas e os futurólogos que não se cansavam de anunciar as suas idéias como se fossem algo completamente inovador.

Brincando com as palavras fora de propósito, os pensadores dos anos 60 e 70 se faziam cada vez mais ininteligíveis aos olhos dos simples mortais - o que provocava uma espécie de êxtase coletivo entre os pregadores e os fiéis embriagados por teorias cada vez mais obscuras³⁹. Assim também, os seguidores dessa prática não se cansaram de propor novos esquemas de apreensão da realidade e novas palavras para designar velhos conceitos apenas para provocar a impressão de que se está falando coisas totalmente novas. O mais curioso é que alguns intelectuais, imbuídos desse espírito inovador, conseguem não apenas inventar novas palavras como também defini-las de forma aparentemente coerente. Vejamos por exemplo, um esquema gráfico de Domenico De Masi para explicar a gênese da criatividade:



Devemos considerar:

- 1: Área das emoções dominadas
- 2: Área da concretude
- 3: Área da fantasia
- 4: Área das técnicas introjetadas

³⁹ Uma crítica bastante interessante sobre o abuso de termos inadequados pela Filosofia e as Ciências Sociais em geral encontra-se em Alan Sokal et Jean Bricmont, *Imposturas intelectuais*, Rio de Janeiro: Record, 1999. A referência a Lacan encontra-se nas páginas 31-48. José Guilherme Merquior, com sua habitual sutileza, denominou o pensamento pós-estruturalista de *teorréia*, "da teoria ambiciosa como pretexto para um filosofar canhestro e parco de análise, repleto de anátemas contra a civilização". Cf. *De Praga a Paris*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 290.

O Autor explica que:

"Parti dos estudos de Silvano Arieti, segundo o qual a criatividade é um momento de síntese entre o consciente e o inconsciente, entre o nível primário - onde, segundo Freud, os materiais primitivos da nossa existência se sedimentam - e o secundário, lógico e consciente.

Ao aprofundar esta fórmula, me dei conta de que ela não era suficientemente completa. Adicionei à síntese entre os níveis consciente e inconsciente a síntese entre a esfera racional e a esfera emotiva. Por esfera racional entendo o conjunto dos nossos conhecimentos e habilidades, e por esfera emotiva o conjunto das nossas opiniões, comportamentos, emoções e sentimentos. Na minha opinião, a criatividade brota dessas duas sínteses"⁴⁰.

Brilhante! Mas, se De Masi parece um pouco confuso, podemos nos voltar para idéias mais simples acerca do Homem do futuro. Simples mas não mais consistentes do que todo conjunto de conceitos (pretensamente novos e vazios de conteúdo) que se quer inserir nos discursos acerca do futuro da Educação e da humanidade.

"A antropo-ética supõe a decisão consciente e esclarecida de:

- assumir a condição humana *indivíduo/sociedade/espécie* na complexidade do nosso ser;
- alcançar a humanidade em nós mesmos em nossa consciência pessoal;
- assumir o destino humano em suas antinomias e plenitude.

A antropo-ética instrui-nos a assumir a missão antropológica do milênio:

- trabalhar para a humanização da humanidade;
- efetuar a dupla pilotagem do planeta: obedecer à vida, guiar a vida;
- alcançar a unidade planetária na diversidade;
- respeitar no outro, ao mesmo tempo, a diferença e a identidade quanto a si mesmo;
- desenvolver a ética da solidariedade;
- desenvolver a ética da compreensão;
- ensinar a ética do gênero humano"⁴¹.

⁴⁰ Cf. Domenico De Masi, *O ócio criativo*, op. cit. p. 286-7. A título de curiosidade, ver também o esquema que consta na p. 302, denominado "Rizoma do Ócio", impossível de ser reproduzido aqui. Para os que gostam de malabarismos intelectuais, o autor deve ser um dos mais bem votados pois clareza de idéias não é propriamente a sua principal virtude, talvez por falta de tempo livre para melhor organizá-las.

⁴¹ Cf. Edgar Morin, *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, São Paulo: Cortez/Brasília: Unesco, 2000, p. 106. Os sete saberes em questão devem ser: reconhecer as cegueiras do conhecimento; os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a condição humana e a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão e a ética do gênero humano. O termo antropo-ética é mais um neologismo que pretende significar muito mas que revela apenas a incapacidade de expressar uma realidade por demais complexa através de conceitos bastante vagos.

Se conhecer apenas a origem da criatividade e ter em mente *os sete saberes necessários à educação do futuro* não bastar, temos ainda as competências necessárias para a Educação do futuro. Mais uma vez, trata-se de generalizar algumas coisas que se pretendem novas porque proferidas por alguém que se imagina portador de brilhantes idéias para o novo milênio. Aliás, o novo milênio tem servido de pretexto para que todos eles lancem palavras aleatórias a fim de justificar a necessidade de coisas novas num cenário intelectual marcado pela falta de imaginação e repetição incessante de certas idéias onde se muda apenas algumas palavras e, quando possível, inventando outras.

"Dez domínios de competências reconhecidas como prioritárias na formação contínua das professoras e professores do ensino fundamental:

1. Organizar e dirigir situações de aprendizagem.
2. Administrar a progressão das aprendizagens.
3. Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação.
4. Envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho.
5. Trabalhar em equipe.
6. Participar da administração escolar.
7. Informar e envolver os pais.
8. Utilizar novas tecnologias.
9. Enfrentar as dúvidas e os dilemas éticos da profissão.
10. Administrar sua própria formação contínua"⁴².

Pode-se argumentar que a realidade na qual vivem esses autores é bem diferente da nossa. Todos eles são europeus, originários de países desenvolvidos que superaram os problemas básicos que ainda enfrentamos. No entanto, isso não deve servir para justificar as críticas que podem ser levantadas em relação a esses autores. Pois, não é apenas a generalidade das competências ou os neologismos utilizados que nos faz ficar surpresos com essa pregação acerca da formação dos professores ou dos homens do futuro, mas também a pretensão de que idéias tão superficiais e batidas em qualquer discussão sobre a escola sejam consideradas *novas* pelo autor e seus seguidores. São essas concepções de Educação e Homem do futuro que estão rodando o mundo, arregimentando novos fiéis que crêem piamente que esse é o caminho da redenção da humanidade.

Desde Thomas Morus, passando por Marx e Nietzsche, muito se escreveu sobre um *novo* Homem que surgiria para redimir o passado da humanidade. No entanto, nenhum, com toda

⁴² Ver Philippe Perrenoud, *Novas competências para ensinar*, Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 20-1. O irritante uso do termo professor nos dois gêneros já demonstra a preocupação politicamente correta do autor.

certeza, estava envolto de tamanha superficialidade e dotado dessa imensa boa vontade que jamais, na história conhecida, habitou os corações dos indivíduos. Na ausência de algo mais concreto para suprir as decepções de um século marcado por tantas atrocidades e o fracasso das grandes utopias, só nos restou pensar em modificar radicalmente o Homem, moldando-o de acordo com a imaginação dos novos profetas de plantão vestidos de intelectuais. As questões mais concretas e urgentes continuam a nos cercar no cotidiano de nossas práticas enquanto educadores, seja na Suíça ou em qualquer país subdesenvolvido, à espera de uma análise mais consistente e o encaminhamento de soluções realistas (e não surrealistas) para os problemas que afligem toda humanidade. O visível mal-estar que a civilização enfrenta não é apenas uma questão particular de nacionalidade ou etnia.

Talvez, o maior símbolo dessa imbecilização do ser humano tenha encontrado o seu lugar privilegiado no Festival de *rock* realizado na cidade do Rio de Janeiro no início de 2001. Os músicos que se apresentaram e a platéia, composta em sua maioria de jovens e adolescentes, juntamente com alguns saudosistas de meia idade, abraçaram como *slogan* da grande festa a frase "por um mundo melhor", acreditando piamente que estavam enviando uma mensagem de grande profundidade espiritual. Não se pode condenar os mais pessimistas que concluíram, com toda razão, que a tarefa de imbecilização da humanidade encontra-se encerrada.

A marcha da desigualdade e da intolerância

Enquanto os nossos grandes especialistas continuam a discutir sobre antro-po-ética e o ócio criativo e inventando outros termos confusos, a situação de muitas pessoas do planeta permanece praticamente inalterada. Se as palavras, por si mesmas, tivessem o poder de mudar o mundo, os profetas seriam os nossos governantes em todas as épocas. Porém, não é bem assim que a realidade transcorre. Os debates acerca do futuro continuam a ignorar o presente dos milhões de indivíduos para quem o trabalho permanece como uma atividade fatigante, a opressão uma norma do cotidiano e a miséria a sua eterna companheira. Pessoas privadas de seus direitos mais elementares não estão se importando a mínima para esses ideais que não levam em conta a realidade na qual elas se encontram. Os que cantam "por um mundo melhor" têm todas as razões para fazê-lo; todavia devem ter plena consciência de que esse tipo de ação não leva a lugar nenhum. É bonito aparecer diante das câmeras de televisão brandindo contra a violência, a miséria, a situação caótica das escolas, e depois encostar-se tranqüilamente no sofá para usufruir, mesmo que rapidamente, as benesses da sociedade tecnológica.

Daí, também, valer pouco as iniciativas de tecnocratas que propõem uma Educação voltada para formar trabalhadores qualificados para uma sociedade que restringe os processos de trabalho ao máximo, falar em formação contínua para aqueles que não possuem, sequer, uma qualificação. Além de incoerente esse tipo de discurso contém uma grande dose de cinismo para com aqueles que estão sendo continuamente marginalizados dos processos sociais, políticos e econômicos sem nenhuma perspectiva de superação em vista. A sociedade 20 por 80, se realmente se concretizar, irá consolidar de uma vez o processo de exclusão social de uma gigantesca parcela da sociedade.

"A fome regressou até mesmo nos centros industriais do Ocidente. Ainda que pelo menos um membro da família tenha emprego, 30 milhões de norte-americanos encontram-se, hoje, em decorrência dos 'salários de fome', numa 'situação precária de alimentação'; dentre eles, 26 milhões dependem mensalmente de refeições públicas, ou doações privadas, mais de 4 milhões de adultos passam fome de modo esporádico ou diário, 11 milhões de crianças estão subnutridas e em quase 1 milhão de lares não há, muitas vezes, o que comer durante dias. Não se trata - fique bem claro - de dados de terror, mas dados do próprio Ministério da Agricultura dos EUA.

O pretense capitalismo 'social' alemão também permite que as famílias pobres vejam aumentar cada vez mais o índice de mortalidade ou doenças em seus filhos, graças à alimentação deficiente. Alguns professores de bairros com alta incidência de desemprego relatam que, ao final do mês, não é raro que crianças da pré-escola desmaiem por falta de comida, já que os pais não lhes podem pagar o café da manhã ou o almoço. (...)

Todas essas atrocidades não remontam ao fato de uma taxa de natalidade muito elevada ter conduzido a um 'excesso de população' que, com as atuais possibilidades técnicas, é incapaz de ser alimentada e deve de algum modo ser neutralizada, como prognosticara no início do século 19 o famigerado ideólogo liberal Thomas Malthus. Ao contrário, do século 18 até hoje as forças produtivas cresceram com velocidade infinitamente maior do que a população mundial. Caso se tratasse da potência produtiva, o dobro da população atual poderia facilmente ser alimentada com folga e abundância. O limite social da produção e da distribuição de alimentos não é determinado por rendimentos agrícolas insuficientes em relação ao contingente populacional, mas pela forma econômica do moderno sistema produtor de mercadorias"⁴³.

A conseqüência mais visível da propagação desses discursos, vazios de conteúdo, que fazem parte do repertório dos partidários da Educação para a Paz e seu congênere neoliberal é

⁴³ Robert Kurz, "Fome na abundância" in *Jornal Folha de São Paulo*, 26 de julho de 1998.

que às palavras não corresponde uma ação mais efetiva e, muito menos, uma prática capaz de concretizar idéias tão brilhantes acerca do Homem. Por isso, quando se fala em "Podemos viver juntos?" ou a tolerância para com os diferentes, na verdade está se procurando apenas amenizar as injustiças e os conflitos decorrentes de uma situação onde a característica indelével é o elevado grau de desigualdade existente no interior da sociedade. Daí que o culto à tolerância se transforma, na realidade, no culto à intolerância, pois o que se pretende é impor os padrões de tolerância estabelecidos pelas sociedades ocidentais. E mesmo no interior das sociedades ocidentais, cresce a intolerância de cunho racial, social, étnico ou sexual. Os grupos vão se restringindo cada vez mais dentro de si mesmos porque a convivência com os diferentes enfrenta uma barreira aparentemente intransponível. No limite, os conflitos por causa das diferenças resvala para a violência generalizada de *gangs* neofascistas que fazem da morte violenta de vítimas indefesas o espetáculo mais deprimente da sociedade afluenta.

"Não se pode deixar de verificar, de pronto, as disparidades entre neonazismo e nazismo. O nazismo foi o sintoma da pobreza alemã em meio à afluência européia, enquanto o neonazismo é sintoma da afluência européia em meio à pobreza africana, leste-européia etc.

(...)

Se é possível afastar o neonazismo do nazismo, também não é difícil identificar no primeiro um ponto comum com o multiculturalismo. À primeira vista, tem-se que o neonazismo despreza a diferença, enquanto o multiculturalismo a louva. Mas até que ponto, sob o capitalismo, a questão da diferença pode ser dissociada da questão da desigualdade de classe? Até que ponto o amor ou o ódio à diferença não escondem, correspondentemente, o amor ou o ódio à desigualdade? Em que medida? (...)

E é justamente aqui que aparece com clareza aquilo que toma neonazismo e multiculturalismo movimentos complementares da mesma lógica de acumulação. Pois, se, de fato, o multiculturalismo oficial americano aprecia a diferença submetida à lógica do dinheiro e da mercantilização, ele, não obstante, deplora a diferença que resiste a essa lógica, caso em que entram em cena as regras do poder e da força bruta. O neonazismo europeu, por seu lado, rejeita o aumento da desigualdade que afeta iguais, sejam austríacos ou franceses, enquanto a desigualdade internacional é estimulada pelo protecionismo de mercado travestido de protecionismo cultural. Como o neonazismo e o multiculturalismo pressupõem um certo nível de desenvolvimento material, só restou às nações pobres, por falta de um projeto emancipador, cultivar o pior desses dois mundos: a intolerância à diferença e a tolerância à desigualdade"⁴⁴.

⁴⁴ Cf. Fernando Haddad, "Neonazismo e multiculturalismo" in *Jornal Folha de São Paulo*, 20 de fevereiro de 2000.

Nesse universo que nos faz lembrar de Herbert Marcuse e a sociedade unidimensional, a Razão se torna refém de um discurso aparentemente articulado mas que oculta perigosas armadilhas para a realidade na qual estamos inseridos que leva à imobilização do pensamento em decorrência de uma teoria marcada por aporias de todos os lados. Tem-se a ilusão de que se está construindo algo novo quando, na verdade, está-se reproduzindo os mecanismos de dominação, exploração e opressão do nosso passado histórico e que se pretendia criticar e superar. Por isso, os discursos filosóficos, literários e pedagógicos estão recheados do prefixo *re* (refazer, repensar, retrabalhar) ou de verbos como recuperar e resgatar, indicando, ao mesmo tempo, uma continuidade e não uma ruptura com o passado e uma impossibilidade de se pensar algo efetivamente *novo* sobre alicerces teóricos tão pouco consistentes. E a ilusão é, por excelência, o cativeiro mais perigoso para a Razão - apesar de um certo conforto que ela possa encontrar temporariamente quando nela aprisionada⁴⁵. Em verdade, o impasse em que se encontra essa modalidade de discurso demonstra uma certa incapacidade em se visualizar com clareza o que pode ser feito para superar o presente histórico, rompendo a imobilidade da Razão. Por enquanto, o que temos assistido é a contínua infantilização do Homem⁴⁶ ao ponto de se querer impor discursos completamente desconexos e previsões igualmente sem consistência como sendo a suprema realização do pensamento, quando o que ocorre na realidade é algo bastante distante do que é escrito ou falado por pensadores de grande renome. Voltamos aos (ou talvez nunca tenhamos saído dos) velhos modismos que foram inaugurados pelos estruturalistas e seus sucessores: muito barulho, pouca teoria e nenhum rigor.

Nesse contexto, a Educação e, por conseguinte, também a escola, acabam por se tornar vítimas daqueles que se colocam como os seus maiores defensores. É a situação do apóstolo que se transforma, mesmo que involuntariamente, num grande apóstata. A escola, especialmente, passa a ser sobrecarregada de obrigações que talvez até possam ser suportadas por aquelas voltadas para a educação dos mais ricos mas não por aquelas que já são destituídas de recursos mínimos para o seu funcionamento. O que levaria a ampliar ainda mais a distância entre pobres e ricos também no campo educacional na formação de seus egressos e na obtenção de uma colocação no mercado de trabalho. Os defensores da escola não enxergam que as crescentes demandas exigidas das escolas têm prejudicado prioritariamente aquelas que possuem menos recursos disponíveis - o que se constitui num grande contra-senso.

⁴⁵ Ver Sérgio Paulo Rouanet, *A Razão cativa*, São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁴⁶ Sobre essa questão ver o excelente ensaio de Alain Finkielkraut, *A derrota do pensamento*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

"Para quebrar o ciclo da pobreza é preciso que a escola pública para a criança pobre seja melhor, mais bem equipada e com professores mais eficientes que os da escola dos ricos. Não basta ser uma escola igual à dos ricos, porque as crianças pobres têm deficiências de aprendizado originadas de sua vida sem recursos. Escola de crianças pobres tem de ser a melhor também porque é dessa maneira que ela poderá competir com a dos ricos. Seria bom que os políticos soubessem que estão enganando a sociedade quando oferecem serviços de saúde e educação para os pobres que de tão ruins apenas perpetuam a estrutura de classe"⁴⁷.

Assim, os propósitos mais elevados da Educação vão sendo deixados de lado, quando não abandonados, como coisas anacrônicas a serem esquecidas para todo o sempre. A emancipação do Homem enquanto sujeito portador da Razão, da autonomia de pensamento para se defender da tirania e da opressão continua, ainda, a fazer parte de alguns discursos que se pretendem futuristas mas não possui mais a dimensão que lhe foi dada no passado e, tampouco, possui o mesmo vigor e a confiança que foram depositadas na Educação para se alcançar tal fim. O Homem, concebido dessa maneira, é ele também um prisioneiro da História, deixando de ser o agente transformador que o caracterizou ao longo do desenvolvimento da civilização. Ao contrário de Kant, que falava na busca da maioridade do Homem, os discursos que envolvem a Educação, na atualidade, parecem querer aprisionar o Homem para sempre em seu estado de menoridade, dependente da tutela intelectual de alguns profetas que (infelizmente) não se cansam de anunciar, a cada dia, um futuro que insiste em não chegar, buscando modelar os indivíduos de acordo com as suas próprias idéias. Os religiosos, pelo menos, davam margem ao livre arbítrio. Os nossos profetas afirmam que fora deles não há salvação - o que pode ser interpretado como plena convicção de suas verdades ou, simplesmente, como arrogância daqueles que se consideram, de alguma maneira, iluminados para apontar o futuro da humanidade.

E, enquanto se clama por esse futuro, os deserdados da terra continuam abandonados em seu destino errante. Geralmente, tem se esquecido que a pobreza não gera apenas sofrimento e infelicidade mas também a degradação das relações sociais e, no limite, da moral daqueles que são vítimas da pobreza. Ao ignorar essa questão, o discurso conservador esvazia completamente o papel transformador e libertador que a Educação pode desempenhar na história. O pior é que contam com a colaboração de diversos intelectuais que, imaginando estar prestando uma crítica contundente aos conservadores, acabam por convalidar essas teses em função da superficialidade de seus discursos recheados de frases genéricas e eufemismos que não levam a lugar nenhum.

⁴⁷ Cf. Herbert Gans, "Pobreza tem solução" in Revista *Veja*, 17 de janeiro de 1996. Não só os políticos deveriam ficar mais atentos como também educadores em geral que ignoram o que ocorre, de fato, nas escolas de vários países do mundo.

Nesse sentido, seria bastante oportuno deixar registradas as pungentes palavras de um economista cujo pensamento continua a ser uma referência importante em meio a um debate que tem sido deformado cada vez mais porque os seus participantes não primam pela clareza e objetividade de suas idéias: "Temos de reconhecer que nada nega tão amplamente as liberdades do indivíduo quanto a ausência total de dinheiro"⁴⁸.

Quando deslocamos todas essas questões abordadas ao longo deste capítulo para o caso específico do Brasil, podemos enxergar de maneira mais clara como funciona a dinâmica da realidade que pretendemos estabelecer como referencial. Numa sociedade marcada por seculares desigualdades em seu interior e pela contínua exclusão social das camadas menos favorecidas, os efeitos perversos da globalização e do desemprego aparecem de forma mais evidente e com cores mais intensas. E é onde, também, a Educação possui um peso ainda maior para tentar diminuir as desigualdades sociais e possibilitar a ascensão social dos mais pobres. Por isso, apesar de todos os aspectos negativos que foram apontados, temos que manter o maior número possível de canais abertos para o diálogo e o debate acerca dos problemas vitais que rondam a nossa sociedade. Contudo, penso que não podemos nos deixar seduzir pelos discursos excessivamente abertos e generosos, cheios de promessas, sejam eles provenientes da direita - costumeiramente autoritária e elitista - sejam da esquerda - habitualmente dotada da estranha capacidade de distanciar-se daqueles que pretensamente estão a defender. Se se conseguir levar adiante os aspectos positivos da legislação educacional em vigor, escapando da inércia que tem tomado conta do poder público e de amplos setores da intelectualidade e voltarmos para as questões mais concretas (e prementes) que temos que enfrentar, talvez, dessa maneira, possamos tornar possível fazer da Educação um meio para a emancipação do Homem e para a equalização dos problemas que rondam o nosso tempo. Afinal, não chegamos tão longe para morrermos de forma tão triste.

⁴⁸ John Kenneth Galbraith, *A sociedade justa*, Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 4.

CONCLUSÃO

"Não juremos sobre o futuro, esperemo-lo
para ver se ele nos reconhece."

(José Saramago - *História do cerco
de Lisboa*, p. 239.)

A maioria dos discursos relacionados à Educação contém uma grande utopia - no sentido positivo da palavra. Esses discursos apregoam que, através da Educação e dos seus desdobramentos sociais e individuais, é possível construir uma sociedade melhor e mais justa. Para os liberais, essa sociedade deve ser mais aberta e livre; para os marxistas, a Educação deve ser um meio de libertação dos oprimidos; e, para os partidários da chamada Educação para a Paz, a Educação deve buscar um *novo* Homem compatível com os novos valores que a sociedade vem adquirindo devido ao acelerado desenvolvimento tecnológico das últimas décadas. Ao procurar imaginar o futuro da sociedade e, até indicando os meios para se chegar a esse futuro, os intelectuais em geral continuam a depositar na Educação um papel redentor para toda humanidade. A promessa de felicidade toma novos contornos, porém, esse futuro insiste em não se concretizar.

Acredito que lançar promessas que se realizarão num futuro não delimitado tem sido a marca registrada dos discursos mais recentes que versam sobre a Educação. Essa idéia seduz não apenas os que devem, por obrigação, defender a ordem das coisas mas também tem influenciado as mentes de intelectuais que, por uma série de razões, perderam as dimensões que os seus discursos podem alcançar nessa época de globalização. A questão é que não se pode alimentar eternamente a sede por discursos pouco consistentes como esses que nos vêm desde o estruturalismo. É certo que os modismos intelectuais continuam a existir, arrebanhando seguidores em todos os lugares; todavia, fica cada vez mais difícil esconder que o pensamento crítico está perdendo a sua capacidade de gerar um discurso tão ou mais consistente do que os discursos que justificam a ordem das coisas. Pelo contrário, os discursos, pretensamente críticos, adotam a ordem estabelecida para procurar uma justificação para os seus próprios argumentos.

Sendo assim, é difícil estabelecermos uma diferenciação entre o que é crítico nos discursos sobre a Educação e o que está, implicitamente, justificando a ordem estabelecida pelo universo neoliberal. Ao falar sobre coisas estranhas como "antropo-ética", "os sete saberes necessários à educação do futuro", "o ócio criativo", "as dez novas competências para o futuro" e outras esquisitices, o que se pretende é apenas procurar ocultar a incapacidade de se formular um discurso mais rigoroso sobre o que realmente está ocorrendo com a Educação no mundo todo. Acredito que podemos - e devemos - compreender os liberais ao longo da História, mas não concordar totalmente com eles; assim como não podemos aceitar as teses superficiais defendidas pelos conservadores na atualidade. Podemos compreender a decepção que a Teoria Social de Marx provocou em amplos segmentos de intelectuais que apostaram as suas vidas na utopia socialista de um mundo melhor e mais justo através da formação de um Homem *novo*, consciente de seus direitos e deveres. Porém, é difícil para nós compreender os discursos vagos e evasivos que fazem parte do rosário de escritores pretensamente bem informados que pretendem ser *novos* somente porque se utilizam de um vocabulário composto de combinações de palavras cuidadosamente trabalhadas para procurar descrever as situações presentes. E, tampouco, é de se acreditar que através da Educação - e apenas dela - se possa atingir um ideal de sociedade mais igualitária e tolerante. É isso que me assusta nos discursos de intelectuais da estirpe de Alain Touraine e Edgar Morin, aceitos de forma indiscriminada como sendo o farol a iluminar o futuro da humanidade. O que esses discursos acabam efetivando é a justificação (e, de certa maneira, a legitimação) de um ideário cujo maior símbolo é o relatório da Unesco coordenado por Jacques Delors, e que se constitui na síntese do pensamento conservador no campo da Educação.

É esse pensamento que tem privilegiado demasiadamente o *ser* em detrimento do indivíduo socialmente definido; o voluntarismo em detrimento da ação política; o respeito à pluralidade que carrega consigo a enorme tolerância para com a desigualdade social; enfim, a recuperação da auto-estima e da felicidade em detrimento da experiência histórica que coloca que nem tudo pode ser resolvido num passe de mágica com palavras de ordem como "o sucesso é ser feliz", "vamos trabalhar em equipe" e outras pieguices que somente o clima de final de século poderia suportar com tamanha credulidade. E se a maioria dos indivíduos ainda passa por privações e condições degradantes de vida; se alguns continuam a *fracassar* no sistema escolar; e se a infelicidade continuar a fazer parte da vida de milhões de pessoas, a culpa deve ser da escola e do sistema educacional que não se preocupa com os alunos. Uma coisa que ninguém quer perceber é que a Educação é *meio* e não um *fim* em si mesma. Através da Educação, a sociedade pode alcançar inúmeras coisas que a satisfaçam em sua existência histórica mas, a Educação em si, não se constitui na tábua de salvação de nenhuma civilização que construiu as suas bases sobre a desigualdade e a violência.

Esse discurso *atual* encontrou, também, uma grande ressonância entre nós. No Brasil, a LDB de 1996 procura copiar o modelo de Educação encampado pela Unesco, que se transformou, ao longo do tempo, na porta-voz do discurso neoliberal nesse campo, atuando como mentora dos projetos financiados pelo Banco Mundial. A nossa legislação tratou de incorporar os principais elementos do relatório da Unesco acerca da Educação, impondo, em nome da atualidade de suas concepções, uma série de mudanças estruturais e funcionais no interior do sistema. Mais uma vez, os nossos tecnocratas querem iludir as pessoas, fazendo-as acreditar que mudando algumas terminologias (ensino médio em vez de segundo grau), inserindo algumas outras disciplinas (Sociologia e Filosofia), pregando um aprendizado mais *eficiente* voltado para o cotidiano e promovendo a adequação *série/idade* dos alunos sem nenhum critério mais rigoroso, poder-se-á alterar significativamente o estado de coisas em relação ao nosso combalido sistema educacional. Trata-se de uma falácia, cometida pelas elites conservadoras do país que imaginam que a situação real da Educação encontra-se refletida em números e estatísticas que podem ser interpretadas de acordo com os interesses de cada um.

Na ausência de um projeto mais consistente para a Educação nacional, os nossos tecnocratas preferem o caminho mais fácil das propostas genéricas que lançam a responsabilidade sobre o sistema educacional nas costas das escolas destituídas de recursos materiais, dos professores despreparados e mal remunerados, dos voluntários "amigos da escola" e outras iniciativas que não servem nem mesmo como paliativos para a situação em que nos encontramos. Enquanto isso, a iniciativa privada vai ocupando todos os espaços do sistema, contribuindo para o desmonte de um dos poucos meios que os mais pobres possuem para sonhar com a ascensão social de seus descendentes. Ao privilegiar os modismos como a recuperação da auto-estima das crianças, um aprendizado prático para o cotidiano, a cidadania etc., a legislação brasileira se orgulha de ser *atual* e, por isso, carrega consigo todos os pontos fracos do discurso neoliberal acerca da Educação. Questões como a desigualdade social, a pobreza e o desemprego, estão sendo simplesmente ignoradas pelos debates que ocorrem sobre o assunto. Associar escola e sociedade parece ter se tornado crime intelectual que alguns fantasmas insistem em ressuscitar. Muitos intelectuais não querem perceber que o nosso maior fantasma ainda atende pelo nome de subdesenvolvimento.

Nesse sentido é preciso desmistificar um pouco a visão que a nossa elite - e que muitos intelectuais têm contribuído para legitimá-la - possui acerca da escola e do sistema educacional. Uma elite que sempre foi indiferente para com os destinos da nação, prepotente e autoritária desde as suas origens, mesquinha quanto aos seus ganhos e corrupta no que tange à manutenção do seu poder político clientelista. Que a escola necessita de uma remodelação e de uma nova atitude diante do mundo em que vivemos é algo reconhecido por todos. Todavia, crucificá-la em

nome da redenção de uma sociedade que não possui um projeto coletivo por parte de sua elite política e econômica é subestimar o que ainda restou de vida inteligente nos que vivem no andar de baixo da sociedade. Condenar a escola pelos nossos fracassos e esquecê-la nos momentos de nossas vitórias constitui-se numa grande ingratidão para com o nosso passado. Para não dizer falta de caráter - que ao longo do tempo tem sido a marca registrada da nossa elite que só se contenta com a riqueza que possui quando rodeada de miseráveis que ela observa protegida pelos altos muros de suas mansões.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor *et* HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ASH, Timothy Garton. **Nós, o povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BLACKBURN, Robin (org). **Depois da queda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo: Edunesp, 1995.
- BOURDIEU, Pierre *et* WACQUANT, Loïc. "A nova vulgata planetária" *in* **Movimento** (Revista de Educação da UFF). Niterói: Nº 2 - setembro de 2000. pp. 161-7.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOXBERGER, Gerald *et* KLIMENTA, Harald. **As dez mentiras da globalização**. São Paulo: Aquariana, 1999.
- CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Edunesp, 1999.
- CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A construção da democracia**. São Paulo: Siciliano, 1993.
- _____. **As idéias e seu lugar**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: LTC Editora, s/d.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTANEDA, Jorge. **Utopia desarmada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTRO, Cláudio de Moura. **Educação brasileira: consertos e remendos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- CATANI, Denice *et alli*. **Universidade, escola e formação de professores**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1989.
- COOMBS, Philip. **A crise mundial da Educação**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- COSTA, Jurandir Freire. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- DELORS, Jacques *et alli*. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez/Brasília: MEC-Unesco, 2000.
- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- _____. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Esfera, 1999.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DUSSEL, Enrique. **Método para uma Filosofia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.
- FERNANDES, Florestan (org). **Marx e Engels**. São Paulo: Ática, 1984.
- FINKIELKRAUT, Alain. **A derrota do pensamento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **A Ingratidão**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da. **Vícios privados, benefícios públicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Auto-engano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.
- FROMM, Erich. **O medo à liberdade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FUSER, Igor. **México em transe**. São Paulo: Scritta, 1995.
- GADOTTI, Moacir. **Os caminhos da autonomia escolar**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- GALBRAITH, John Kenneth. **A sociedade justa**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- GENTILI, Pablo A. *et SILVA*, Tomaz Tadeu da (orgs). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GENTILLI, Pablo. **A falsificação do consenso**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GENTILLI, Pablo (org). **Pedagogia da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GIANNOTTI, José Arthur. **A universidade em ritmo de barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. **Auto-subversão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOBBS, Thomas. **De Cive**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. **Leviatã**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HUGHES, Robert. **Cultura da reclamação**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- KRUGMAN, Paul. **Globalização e globobagens**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. **A rebelião das elites e a traição da democracia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- _____. **O mínimo Eu**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LEBRUN, Gérard. **O que é Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **O avesso da dialética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96**. Curitiba: APP, 1997.
- LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o governo**. São Paulo: Ibrasa, 1963.
- LOTTMAN, Herbert. *A rive gauche*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. **Razão e Revolução**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARTIN, Hans-Peter et SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**. São Paulo: Globo, 1998.
- MARX, Karl et ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo - antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- _____. **De Praga a Paris**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- _____. **O marxismo ocidental**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- _____. **Foucault ou o nihilismo de cátedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez/Brasília: Unesco, 2000.
- MORSE, Richard. **A volta de McLuhanaíma**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.